



DOUGLAS BAPTISTA



A Supremacia das Escrituras

*a Inspirada, Inerrante
e Infalível Palavra de Deus*

A Supremacia das Escrituras

*a Inspirada, Inerrante
e Infalível Palavra de Deus*

DOUGLAS BAPTISTA

A Supremacia das Escrituras

*a Inspirada, Inerrante
e Infalível Palavra de Deus*

1ª Edição



CPAD

Rio de Janeiro
2022

Todos os direitos reservados. Copyright © 2021 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na web e outros), sem permissão expressa da Editora.

Preparação dos originais: Daniele Pereira
Revisão: Cristiane Alves / Ester Soares
Capa e projeto gráfico e editoração: Elisangela Santos
Conversão para ebook: Cumbuca Studio

CDD: 220 – Bíblia
e-ISBN: 978-65-5968-145-7

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 2009, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site:
<http://www.cpad.com.br>.

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ
CEP 21.852-002

1ª edição: 2021



APRESENTAÇÃO

Estimado(a) leitor(a), com muita alegria no coração e imensa gratidão a Deus lhe apresento a obra *Supremacia das Escrituras*. A Escritura Sagrada é o livro mais traduzido em todo o mundo. Em agosto de 2020, as Sociedades Bíblicas Unidas (SBU) divulgaram que a tradução da Bíblia alcançou a marca de 700 idiomas. Isso significa que *pouco mais de 5 bilhões de pessoas (mais ou menos 80% da população do mundo) agora têm a Palavra de Deus completa na sua língua materna. Esse crescimento na tradução bíblica é motivo de louvor e adoração ao autor das Escrituras: o Senhor Deus Todo-Poderoso!*

Contudo, apesar dessas notícias alvissareiras, de outro lado, multiplicaram-se as correntes ideológicas que buscam desconstruir a autoridade da Bíblia Sagrada. Nossa sociedade convive com a chamada “Modernidade Líquida” que, de acordo com o sociólogo Zygmunt Bauman (1925-2017), teve início após a Segunda Guerra Mundial e continua se intensificando. Dentre as ideologias desse tempo, destaca-se o “relativismo cultural”, em que nenhum valor é absoluto, tudo é relativo e toda a verdade depende da cultura em que se está inserida. Em vista disso, os valores morais e éticos da Bíblia Sagrada são contestados e negados.

Não fossem suficientes as mazelas da “modernidade líquida”, também denominada por alguns sociólogos e cientistas sociais de

“pós-modernidade”, enfrentamos, ainda, o crescimento das teologias liberais e de seus adeptos. Cita-se o racionalismo teológico, especialmente a teoria de desmitologização de Rudolf Bultmann (1884-1976) e a sua heresia de que o discurso bíblico é mitológico, e como tal não pode ser proposto ao homem de hoje. Acrescenta-se a esse disparate a hermenêutica pós-moderna que busca ressignificar o sentido do texto focado no leitor em detrimento do Autor sagrado, e a isso se soma a não aceitação da inerrância bíblica.

Diante desse quadro, surgem vários desafios, tanto de defesa da fé cristã como da necessidade de reafirmar a ortodoxia bíblica e de motivar os cristãos à leitura e ao estudo da Bíblia Sagrada. Nesse sentido, essa obra se propõe a expressar a supremacia das Escrituras, sua autoridade, inspiração, inerrância e infalibilidade de maneira compreensível para a Igreja. A obra também apresenta os princípios hermenêuticos a fim de dirimir dificuldades interpretativas quanto a linguagem, tempo, cultura e espiritualidade. Nesse propósito, ratifica-se autoridade suprema da Bíblia. O que está escrito deve ser obedecido, e não questionado ou relativizado.

A obra também possui a pretensão de formar bons leitores da Bíblia, e, desse modo cumpre o papel de meio auxiliar para as *Lições Bíblicas* da Escola Dominical (ED). Ressalta-se que o pressuposto doutrinário e as afirmações dogmáticas escudam-se na *Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil*. A fonte de

consulta bibliográfica, tal como as demais obras de minha autoria, baseia-se em renomados escritores da teologia pentecostal. Este livro, contudo, não ignora os bons intérpretes da teologia romanista e/ou reformada, cuja abordagem identifica-se, ao menos nos pontos tratados no livro, com a confissão de fé das Assembleias de Deus.

Aproveito esse espaço para anotar que, no decorrer da redação desta obra, eu e minha esposa fomos “imunizados” com duas doses da vacina Oxford/AstraZeneca, porém, cerca de vinte dias após a última dose, fomos infectados pelo Covid-19. Os sintomas como febre, dor de garganta, tosse, coriza, ausência de olfato e paladar colocaram toda a família em quarentena e em estado de alerta, aliás, todos foram infectados, exceto a netinha de pouco mais de um aninho. Contudo, a misericórdia do Senhor operou a cura em nossas vidas. Desse modo, registro nossa adoração e gratidão ao nosso bom Deus pela dádiva da vida e da salvação em Cristo Jesus.

Agradeço a honra da oportunidade que me é concedida pelo Pr. José Wellington Costa Júnior — presidente da CGADB. Externo meus agradecimentos ao Dr. Ronaldo Rodrigues de Souza, diretor executivo da CPAD, e ao pastor Alexandre Claudino Coelho, gerente de Publicações, pelo privilégio de publicar esse livro. Ainda, minha gratidão especial ao Pr. José Wellington Bezerra da Costa, presidente do Conselho Administrativo da CPAD, pela deferência e confiança, bem como pela gentileza de prefaciar esta obra.

Agradeço também aos membros do ministério da Assembleia de Deus de Missão no Distrito Federal (ADMDF) pelas orações, apoio, incentivo e compreensão. Por fim, dedico este livro ao nosso Deus Eterno, Único, Santo e Verdadeiro, a minha querida mãe, Maria Regina de Almeida Baptista, a minha amada esposa, missionária Dirlei da Silva da Costa Baptista, as nossas lindas filhas Priscila e Jéssica, aos estimados genros Maurício e Matheus, e a princesinha Catarina — a bela e charmosa netinha com que o Senhor agraciou a nossa família.

Desejo-lhe uma abençoada leitura!

Brasília, 12 de setembro de 2021.

Pr. Douglas Roberto de Almeida Baptista
Comentarista de *Lições Bíblicas* da CPAD



PREFÁCIO

A supremacia das Escrituras é doutrina fundamental do pentecostalismo clássico. A fé pentecostal se alicerça na inspirada, inerrante e infalível Palavra de Deus. O tema é de relevada importância, especialmente nesse período de pós-modernidade e relativização da verdade. A Igreja atual enfrenta o avanço de ideologias anticristãs que buscam desconstruir os valores preconizados na Bíblia Sagrada. Portanto, se faz necessário reafirmar o nosso compromisso inegociável com a revelação escrita de Deus. Na obra em comento, o autor discorre acerca de verdades práticas que são essenciais na formulação e na sustentação doutrinária professada pelas Assembleias de Deus.

Já no capítulo de abertura, a Bíblia Sagrada é apresentada como autoridade final da nossa regra de fé e prática. Assuntos como a origem da Bíblia, sua autenticidade e a mensagem revelada na Palavra de Deus são descritos com clareza e fidelidade às doutrinas pentecostais. A inspiração divina, verbal e plenária da Bíblia Sagrada é explicada e ratificada em consonância com a nossa *Declaração de Fé*. Nesse compromisso, os conceitos de infalibilidade e inerrância dos textos bíblicos são analisados e reafirmados. A veracidade das Escrituras é atestada. E isso significa que ela é a verdade em tudo o que diz, tanto em questões espirituais quanto históricas e científicas.

Somado a esses temas, o autor trabalha os critérios para avaliação da canonicidade bíblica, e assim destaca a uniformidade, validade e a coerência entre o Antigo e o Novo Testamento. Ressalta que os livros sagrados são de origem divina e possuem igual autoridade como regra de fé e prática, porém com funções distintas. Descreve, ainda, as técnicas de interpretação por meio da hermenêutica e da exegese com a ressalva que nenhum método pode ser colocado acima da autoridade da Palavra de Deus. Enfatiza que a Bíblia é um guia seguro para a nossa caminhada cristã e que, baseados nos ensinamentos da Palavra de Deus, somos instigados a viver com sabedoria e prudência.

A obra igualmente salienta a eficácia da Palavra de Deus, que transpassa o interior do ser humano; tal qual uma espada, anula os conselhos do mundo e nos capacita a viver em humildade diante de Deus. São estudados, também, os preceitos e as narrativas da Lei e as aplicações dos Evangelhos, bem como a relação entre o Pentateuco e a Mensagem de Cristo. Os livros históricos e poéticos são aplicados de modo a mostrar a soberania e a sabedoria divina. Os livros proféticos são abordados como mensagens que expressam a soberana vontade do Senhor e como alerta ao povo de Deus com o propósito de produzir esperança e confiança nas promessas divinas.

O exame de Atos dos Apóstolos focaliza a atividade do Espírito Santo e suas implicações na vida cristã como padrão bíblico

adotado pelo crente pentecostal. As Epístolas são estudadas como instruções vitais na compreensão da doutrina cristã, bem como na formação do povo de Deus. A leitura e o estudo da Bíblia são incentivados na busca do fortalecimento da fé e da comunhão com Deus. Por fim, parabênizo ao pastor Douglas Baptista, líder do Conselho de Educação e Cultura da CGADB, por presentear as Assembleias de Deus com essa primorosa e indispensável abordagem. Recomendo a leitura, a defesa e a prática das lições esboçadas neste livro.

Pr. José Wellington Bezerra da Costa

Presidente do Conselho Administrativo da CPAD



SUMÁRIO

Apresentação

Prefácio

CAPÍTULO 1

A Autoridade da Bíblia

CAPÍTULO 2

A Inspiração Divina da Bíblia

CAPÍTULO 3

A Inerrância da Bíblia

CAPÍTULO 4

A Estrutura da Bíblia

CAPÍTULO 5

Como Ler as Escrituras

CAPÍTULO 6

A Bíblia como um Guia para a Vida

CAPÍTULO 7

A Bíblia Transforma as Pessoas

CAPÍTULO 8

A Lei e os Evangelhos Revelam Jesus

CAPÍTULO 9

As Histórias e as Poesias Falam ao Coração

CAPÍTULO 10

As Profecias Despertam e Trazem Esperança

CAPÍTULO 11

Lucas-Atos: O Modelo Pentecostal para Hoje

CAPÍTULO 12

As Epístolas Instruem e Formam os Cristãos

CAPÍTULO 13

A Leitura da Bíblia e a Educação Cristã

Referências

Capítulo 1



A AUTORIDADE DA BÍBLIA

“Bem-aventurados os que trilham caminhos retos e andam na lei do Senhor.” (Sl 119.1)

Em 18 de abril de 1521, Martinho Lutero foi conduzido ao local da Primeira Dieta Imperial em Worms na Alemanha. A assembleia estava lotada, o número dos que ocupavam as antessalas, as janelas e as escadarias somavam cinco mil pessoas.¹ Na ocasião, Lutero foi instigado a retratar-se de seus escritos e sua resposta diante daquela multidão entrou para a história como uma convicção e fé na autoridade das Escrituras Sagradas:

Minha consciência está atrelada à palavra de Deus. Enquanto não me tiverem convencido pelas Sagradas Escrituras, não posso, nem quero retratar-me de coisa alguma, pois é perigoso agir contra a consciência. Não posso falar de outro modo. Eis-me aqui. Que Deus me ajude! Amém.²

A partir dessa declaração, surgia o embrião de um dos relevantes princípios teológicos da Reforma Protestante: “*Sola Scriptura*”. Para Lutero, o sentido dessa expressão latina era literal, ou seja, somente a Escritura — e não a Escritura somada à tradição da Igreja — é a fonte final de revelação cristã. Sua defesa era pela centralidade da Palavra de Deus. Lutero não reconhecia nenhuma outra fonte como autoridade infalível de fé e conduta que não fosse as Escrituras.³

Nessa perspectiva, a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil* professa crer e ensinar que “a Bíblia Sagrada é a Palavra de Deus, única revelação escrita de Deus dada pelo Espírito Santo para a humanidade [...] nossa única regra de fé e prática, a inerrante, completa e infalível Palavra de Deus”.⁴ Nesse sentido, a autoridade da Bíblia se fundamenta em seu autor, que é Deus. Assim sendo, a autoridade dela depende do Altíssimo, e não dos homens. Desse modo, além da Bíblia, a Igreja não possui outra fonte infalível de autoridade.

I – ORIGEM DA BÍBLIA E REVELAÇÃO DIVINA

1. A Origem da Bíblia

O teólogo Norman Geisler assegura que “um resumo a respeito do que a Bíblia alega sobre si mesma pode ser encontrado em duas passagens principais”.⁵ A referência diz respeito a dois dos textos bíblicos de autoria dos proeminentes apóstolos Pedro e Paulo (2 Pe 1.20,21; 2 Tm 3.16). Essa constatação é importante, uma vez que tais apóstolos têm seus ministérios reconhecidos como cheios do poder de Deus (At 5.14-16; 19.11,12), e isso tanto entre os judeus como entre os gentios (Gl 2.7-9).

Em 2 Pedro 1.20,21, o apóstolo enfatiza que os escritos sagrados não têm sua origem nos homens, mas no próprio Deus.

Nessa passagem, Pedro atribui a origem da revelação à obra do Espírito de Deus. O *Comentário de Aplicação Pessoal* destaca que tal assertiva petrina significa que “as Escrituras não se originaram

do homem, nem foram interpretadas pelos próprios profetas à medida que transmitiam as preciosas mensagens”.⁶ Quer dizer que não se trata de opinião ou fruto do desejo humano. Na sequência, o apóstolo esclarece que os autores da Bíblia são homens santos, que nos transmitiram a vontade de Deus por meio da inspiração do Espírito Santo.

Por sua vez, o apóstolo Paulo corrobora que a mensagem bíblica veio da parte de Deus: “Toda a Escritura é inspirada por Deus” (2 Tm 3.16a, ARA). Aqueles que fazem objeção que o texto de Pedro se refere apenas ao Antigo Testamento, aqui no texto paulino “toda” a Escritura é autenticada como inspirada, inclusive o Novo Testamento. *Matthew Henry* enfatiza que esse versículo descreve a excelência das Escrituras como “revelação divina, de que podemos depender como infalivelmente verdadeira”.⁷

Além dessas duas citações, temos ainda outras referências bíblicas nas quais os apóstolos ratificam que a Bíblia foi escrita por homens, porém, sob a inspiração e supervisão divina (confira 1 Co 2.13,14; 1 Co 14.37; Gl 1.12; Ap 1.1). O artigo de fé número um da *Declaração das Assembleias de Deus* corrobora com essa verdade ao professar crer “na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada”.⁸ Portanto, as Escrituras são a revelação que Deus fez de si mesmo. Dessa maneira, por ter a sua origem em Deus, a Bíblia é portadora de autoridade, e, por isso, constitui-se em única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter do cristão.

2. Revelação Geral

Nesse ponto, convém ressaltar que “como Deus é infinito e os seres humanos são finitos, se estes quiserem conhecer a Deus, tal conhecimento deverá ocorrer pela iniciativa do próprio Deus em se revelar”.⁹ A palavra revelação significa “descobrimento, desvelamento, divulgação”.¹⁰ Em vista disso, o conhecimento de Deus é o conhecimento revelado por Ele mesmo. Nessa compreensão, o estudo da autorrevelação de Deus para a humanidade é classificado de duas formas: (i) a revelação geral e (ii) a revelação especial. Chama-se de revelação geral aquela em que Deus se fez conhecer em toda parte por três maneiras:

(a) *Na História*. As Escrituras indicam que Deus se revela na história por meio da sua soberania. A soberania divina não deve ser entendida como “uma propriedade da natureza divina, mas uma prerrogativa oriunda das perfeições do Ser Supremo”.¹¹ Em outras palavras, a soberania é um direito divino, pelo fato de Ele ser o criador, poderoso, santo, eterno e imutável. Indica o total domínio que o Senhor exerce sobre toda a criação. Significa que tudo pertence a Deus, e que Ele tudo faz conforme lhe agrada sem necessitar prestar contas a ninguém (1 Cr 29.11; Sl 115.3; Dn 4.35). Ele controla o curso dos acontecimentos, remove e estabelece governos e nada acontece fora de sua vontade (Dn 2.21; 4.25; Rm 11.22). Para J. Williams, “a história possui um caráter teológico: toda

ela carrega a marca da atividade divina [...] a história de todas as nações representa algum desvendar de Deus em ação”.¹²

(b) *No Universo*. As Escrituras também mostram que Deus se revela no Universo por meio do seu poder (Is 40.26; 45.18); sua majestade (Am 4.13); e sua soberania (Sl 89.11-13). O primeiro versículo da Bíblia assevera: “No princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gn 1.1). O emprego do verbo hebraico “*bara*” (criar) indica que, “do nada” (latim *ex-nihilo*), Deus trouxe a existência todos os fenômenos físicos.

A obra *Teologia Sistemática Pentecostal* registra que “no Antigo Testamento, ‘os céus e a terra’ abrangem a inteireza do ‘Universo ordeiro e harmonioso’. Nada existe que não tenha sido criado por Deus”.¹³ Em vista disso, Deus se manifesta onipotente, magnificente e soberano nas coisas criadas: o Céu, a Terra, o mar, e tudo quanto há neles (Sl 19.1-4; At 14.15-17; Rm 1.18-21).

(c) *No Ser Humano*. Ainda as Escrituras demonstram que Deus se revela na criação do ser humano. A Bíblia afirma que a raça humana foi criada à imagem e à semelhança de Deus (Gn 1.26,27). Ao abordar o tema, o *Comentário Bíblico Beacon* salienta três aspectos do homem feito à imagem de Deus: i) um ser espiritual apto para a imortalidade (Gn 1.26); ii) um ser moral que tem a semelhança de Deus (Gn 1.27); e iii) um ser intelectual com a capacidade da razão e de governo (Gn 1.26c,28-30).¹⁴

Dessas três características, a natureza moral da humanidade, embora de maneira inadequada por causa do pecado, revela o caráter moral de Deus (Ef 4.24; Cl 3.10). Acerca disso, Paulo falou de uma lei escrita no coração das pessoas, que por meio dos pensamentos e da consciência as acusa ou as defende diante de Deus (Rm 2.11-16).

3. Revelação Especial

Ela é o complemento da revelação que Deus fez de si mesmo na história, na criação do Universo e da humanidade (Rm 10.11-17; Hb 1.1-3). A revelação especial é necessária porque, a partir da Queda no Éden, o relacionamento do homem com Deus foi afetado. O pecado original de Adão passou a todos os homens (Rm 5.12). Jacó Armínio salienta que a “abrangência deste pecado [...] não é peculiar aos nossos primeiros pais, mas é comum a toda a raça humana e a toda sua posteridade”.¹⁵

Por causa disso, não basta ao homem saber da existência de Deus ou conhecer algo sobre Ele; faz-se necessário restaurar a comunhão com o Senhor. Não obstante, se, por um lado, na revelação geral, Deus se faz conhecer, por outro lado, ela também denuncia a culpa humana em rejeitar o conhecimento acerca de Deus (Rm 1.18-21). Assim, no propósito de reconciliar a humanidade com Deus, a revelação especial oferece redenção para os perdidos pecadores (Cl 1.9-14).

Nesse sentido, reconhecemos a revelação especial tanto no Verbo vivo, Jesus Cristo, quanto nas Escrituras Sagradas (Jo 1.1; 5.39). cremos que a encarnação do Senhor Jesus era absolutamente necessária para que o Redentor tivesse duas naturezas inseparavelmente unidas, a fim de realizar a obra da redenção.¹⁶ E ratificamos que a Bíblia Sagrada é a única revelação escrita de Deus dada pelo Espírito à humanidade.¹⁷ É por meio da revelação contida nas Escrituras que conhecemos a Pessoa de Cristo (Jo 20.31).

II – EVIDÊNCIAS DA AUTENTICIDADE DA BÍBLIA

1. Evidências Internas

A palavra autenticidade tem origem no grego “*authentês*” com o significado daquilo que é “verdadeiro”. Quando aplicado às Escrituras, o termo indica a autoridade e a fidedignidade da Bíblia Sagrada. Significa que todos os livros que compreendem o cânon bíblico são autênticos. Dessa forma, a Bíblia autentica-se a si mesma (2 Tm 3.16). O apoio em favor dessa autenticidade divide-se em “evidência interna” e “evidência externa”. Dentre as evidências internas que examinam o conteúdo da Bíblia destacam-se:

(a) *Unidade e consistência*: No período aproximado de 1.600 anos, a Bíblia foi escrita em dois idiomas principais (hebraico e grego), e um dialeto (aramaico). Seus escritores somam cerca de quarenta pessoas de diferentes classes sociais, que viveram em lugares e circunstâncias diferentes, e abordaram centenas de temas distintos.

O texto foi redigido em uma variedade de estilos literários, tais como história, profecia, poesia, alegorias, parábolas, dentre outros. Apesar de todas essas implicações, o conteúdo bíblico é consistente e os seus escritos se harmonizam formando um todo sem qualquer contradição (Sl 18.30; 33.4).

Essa unidade não é superficial, mas profunda. John Higgins reproduz a compreensão de que “quanto mais profundamente a estudamos, mais completa essa unidade se nos revela”.¹⁸

No entanto, embora as evidências sejam conclusivas, o liberalismo teológico faz objeção aos argumentos acima listados e desdenha da unidade bíblica. Os críticos argumentam que os autores bíblicos conheciam o conteúdo deixado pelos escritores que o antecederam e, por isso, se preocuparam em não os contradizer, e ainda sustentam que o cânon só foi organizado pelas gerações futuras, em função disso, foram aceitos no cânon apenas os livros que se harmonizavam com o todo.

Porém essas objeções são contraditórias e podem ser refutadas do seguinte modo: (i) nem todos os autores tiveram acesso aos outros livros enquanto escreviam a revelação divina: Ezequiel escreveu no exílio; Ester, em país estrangeiro; o escritor de Hebreus, no Oriente; e João, na Ásia Menor; entre outros; (ii) nem todos os autores tinham consciência de que seus escritos fariam parte do cânon, portanto, não os escreveram buscando harmonizar sua obra com as demais; (iii) não é verdade que os livros foram

aceitos centenas de anos após serem escritos. Por exemplo, os livros de Moisés foram guardados próximo à Arca da Aliança logo após serem escritos (Dt 31.26).

Os livros eram aceitos à medida que a autenticidade era confirmada por seus destinatários; e (iv) mesmo que os autores tivessem tomado conhecimento prévio de todos os livros, a Bíblia continuaria tendo uma unidade que ultrapassa a capacidade humana.¹⁹

(b) *Ação do Espírito Santo*: Por meio da leitura da Bíblia, é possível ouvir a voz de Deus agindo como uma espada que “penetra até à divisão da alma, e do espírito” (Hb 4.12). Como os discípulos no caminho de Emaús, aquele que aceita a mensagem da Palavra experimenta a chama do Espírito arder no coração e passa a compreender o plano da salvação (Lc 24.31,32).

Nossa *Declaração de Fé* ensina “que o Espírito Santo possui o papel de regenerar, purificar e santificar o homem e a mulher e que é Ele quem convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.7,8)”.²⁰ O apóstolo João disse que escreveu para que seus leitores cressem no Filho de Deus e recebessem a vida eterna (Jo 20.31; 1 Jo 5.13). João também registrou que o Consolador, o Espírito de verdade, que procede do Pai, é Ele quem testifica de Cristo, o Filho de Deus (Jo 15.26). Desse modo, o Espírito Santo dá testemunho da Bíblia como Palavra de Deus, e de que o Cristo nela revelado é o Filho de Deus.²¹

c) *Profecias de eventos futuros*. A exatidão no cumprimento das profecias comprova a veracidade das Escrituras. As suas profecias foram anunciadas muito séculos antes de os eventos acontecerem com clareza e precisão. Por exemplo, a Bíblia cita o nome do rei Ciro e o que ele iria fazer cento e cinquenta anos antes de ele nascer (Is 45.1), registra cerca de trezentas profecias acerca de Cristo, centenas de anos antes do seu nascimento, e cada uma delas se cumpriu com exatidão.

Os críticos e incrédulos sugerem que por conhecer as profecias, Jesus agiu deliberadamente para cumprir o que estava predito. Porém, isso é humanamente impossível. Seria necessário a cumplicidade de um número considerável de personagens (reis, astrólogos, governadores, sacerdotes, militares) dispostos a manipular os eventos e manter esses arranjos sob sigilo. E isso sem falar em todas as pessoas envolvidas nos inúmeros milagres operados. A única explicação possível para o cumprimento específico dessas predições é de que o Eterno, onisciente, onipotente e soberano, revelou aos seus servos as coisas que haveriam de acontecer (Am 3.7).

2. Evidências Externas

Compreendem-se como evidências externas aquelas em que os acontecimentos narrados nas Escrituras são também ratificados por outras fontes históricas. Por vezes essas comprovações se

identificam e se fundem aos conceitos de inerrância, isto é, que a Bíblia não contém erros. Nessa direção, tanto o registro da história das nações quanto as descobertas arqueológicas e os pressupostos da ciência apontam para a autenticidade da Palavra de Deus.

A título de exemplo, cita-se a disponibilidade de cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) manuscritos bíblicos, produzidos antes do advento da imprensa no século XV, que confirmam a suficiência dos textos sagrados. Assim, ratifica-se que nenhuma obra da antiguidade — Platão, Aristóteles, Escritos Hindus, história chinesa e outros — foi tão confirmada e creditada como a Bíblia Sagrada.²² E, a despeito de ser contestada por alguns, permanece como o livro mais traduzido e lido de toda a história (cf. Mc 13.31).

III – A MENSAGEM DA BÍBLIA

1. A Supremacia da Bíblia

Como já visto, a expressão latina *Sola Scriptura* indica que somente a Bíblia é regra infalível e autoridade final em matéria de fé e prática. Nossa *Declaração de Fé* professa que a Bíblia fornece o “conhecimento essencial e indispensável à nossa comunhão com o Pai Celeste e com o nosso próximo. Assim sendo, não necessitamos de uma nova revelação extraordinária ou pretensamente canônica para a nossa salvação e o nosso crescimento espiritual”.²³ Desse modo, ratifica-se que a Bíblia Sagrada é a fonte final de autoridade. Na obra intitulada *Do Cativo Babilônico da Igreja*, ao questionar os dogmas e as

indulgências praticadas pelo catolicismo, dentre outras abordagens, Lutero escreveu:

contendemos pela firmeza e pureza da fé e das Escrituras [...] Pois devemos estabelecer a distinção mais nítida possível entre o que nos foi entregue por Deus nos textos sagrados e o que foi inventado na Igreja pelos homens, não importa a eminência da santidade ou da erudição deles.²⁴

O reformador holandês Jacó Armínio (1560-1609) igualmente defendeu a supremacia das Escrituras:

Elas merecem obediência, pela credibilidade conferida a elas, quando ordena ou proíbe alguma coisa [...] A autoridade de qualquer palavra ou texto depende de seu autor [...] Deus é de infalível veracidade [...] Ele é o autor das Escrituras, a autoridade delas depende total e exclusivamente dEle.²⁵

Nessa perspectiva, Armínio considerava que a perfeição das Escrituras era retirada e solapada quando “a inspiração perfeita dada aos profetas e apóstolos, que administram as Escrituras, é negada, e a necessidade e a frequente ocorrência de novas revelações depois daqueles homens santos são declaradas abertamente”²⁶. E no debate III “Sobre as Sagradas Escrituras e às tradições humanas”, Armínio assevera que todas as doutrinas necessárias para a salvação já nos foram transmitidas pelas Escrituras e que nenhuma tradição humana pode acrescentar ou retirar alguma coisa (Ap 22.18,19).

2. O Poder da Palavra de Deus

O seu poder se assemelha ao fogo que consome e purifica, bem como um martelo que despedaça a penha (Jr 23.29). As qualidades de fogo e martelo indicam que nada pode impedir o cumprimento da Palavra de Deus (Is 55.11; Jr 5.14). O seu poder também é capaz de derrubar fortalezas espirituais que fazem oposição ao conhecimento divino (2 Co 10.4,5). A Palavra de Deus tem poder para penetrar, tal qual espada de dois gumes, no mais íntimo do ser humano e julgar os pensamentos e intenções do coração (Hb 4.12). Quando tentado no deserto, o próprio Cristo derrotou Satanás usando o poder da Palavra. Ele venceu as sugestões do Diabo ao fazer citações das Escrituras (Mt 4.4,7,10).

Outrossim, nossa *Declaração de Fé* ressalta que “a Bíblia revela o seu poder de forma clara e inconfundível. Ela emprega uma metáfora para mostrar esse poder quando chama a si mesma de “a espada do Espírito, que é a palavra de Deus” (Ef 6.17)”.²⁷ Assim, fazendo uso de linguagem retirada do contexto militar romano, Paulo exorta os cristãos a empunharem a “espada do Espírito” identificada como a “Palavra de Deus”.

3. O Propósito da Bíblia

Nossa *Declaração de Fé* ensina que “a Bíblia é a mensagem clara, objetiva, entendível, completa e amorosa de Deus, cujo alvo principal é, pela persuasão do Espírito Santo, levar-nos à redenção em Jesus Cristo”²⁸ (Jo 16.8; 1 Jo 1.1-4).

Nesse diapasão, o teólogo pentecostal Antonio Gilberto escreve que:

Tudo que Deus tem para o homem e requer do homem, e tudo o que o homem precisa saber espiritualmente da parte de Deus, quanto à sua redenção, conduta cristã e felicidade eterna, está revelado na Bíblia. Tudo o que o homem tem a fazer é tomar o livro e apropriar-se dele pela fé. O autor da Bíblia é Deus, seu real intérprete é o Espírito Santo, e seu tema central é o Senhor Jesus Cristo.²⁹

Nessa perspectiva, reconhecemos em ambos os Testamentos a presença da história da salvação com o propósito de restaurar o homem a Deus. Neles também estão revelados os códigos morais para a sociedade. Enfatiza-se que a mensagem bíblica e seu propósito não se relativizam, pois seus valores são absolutos e portadores de autoridade divina (Ap 22.18,19). Nessa compreensão, consolida-se a Bíblia como a revelação de Deus e de sua vontade à humanidade. Dessa forma, o compromisso inegociável da Igreja deve ser de fidelidade e propagação da Palavra de Deus para a salvação e libertação de pecadores (1 Tm 1.15).

¹ JUST, Gustav. **Deus despertou Lutero**. Porto Alegre: Concórdia, 2003, p. 77.

² SAUSSURE, A. de. **Lutero — o grande reformador**. Rio de Janeiro: Vida, 2003, p. 73.

³ LUTERO, Martinho. **As 95 teses e a essência da igreja**. São Paulo: Vida, 2016, p. 126.

⁴ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das assembleias de Deus**. Rio Janeiro: CPAD, 2017, p. 25-26.

⁵ GEISLER, Norman. **Teologia sistemática**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 213.

- ⁶ **Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal.** Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 748.
- ⁷ HENRY, Matthew. **Comentário bíblico do Novo Testamento.** Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 717.
- ⁸ SOARES (Org.), 2017, p. 21.
- ⁹ ERICKSON, Millard. **Teologia sistemática.** São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 140.
- ¹⁰ VINE, W. E; UNGER, Merrill; WHITE, William Jr. **Dicionário Vine.** Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 952.
- ¹¹ HODGE, Charles. **Teologia sistemática.** São Paulo: Hagnos, 2001, p. 331.
- ¹² WILLIAMS, J. R. **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal.** São Paulo: Editora Vida, 2011, p. 29.
- ¹³ HORTON, S. (Ed.). **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 225.
- ¹⁴ HARPER, A. F. **Comentário bíblico Beacon.** Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 33.
- ¹⁵ ARMÍNIO, Jacó. **As obras de Armínio.** Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, p. 439.
- ¹⁶ CAMPOS, C. **A pessoa de Cristo: As duas naturezas do redentor.** São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 108.
- ¹⁷ SOARES (Org.), 2017, p. 25-26.
- ¹⁸ HORTON, 1996, p. 89.
- ¹⁹ GEISLER, vol. 1, 2010, p. 512.
- ²⁰ SOARES (Org.), 2017, p. 44.
- ²¹ GEISLER, vol. 1, 2010, p. 515.
- ²² GEISLER, vol 1, 2010, p.185.
- ²³ SOARES (Org.), 2017, p. 29.
- ²⁴ LUTERO, 2016, p. 126.
- ²⁵ ARMÍNIO, vol. 1, 2015, p. 364.
- ²⁶ ARMÍNIO, vol. 1, 2015, p. 377.
- ²⁷ SOARES (Org.), 2017, p. 28.
- ²⁸ SOARES (Org.), 2017, p. 29.
- ²⁹ SILVA, Antonio Gilberto da. **Bibliologia: introdução ao estudo da Bíblia.** Campinas: EETAD, 2007, p. 6.

Capítulo 2



A INSPIRAÇÃO DIVINA DA BÍBLIA

“Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça.”(2 Tm 3.16)

A inspiração divina é a operação sobrenatural do Espírito Santo, que por meio de seus autores resultou na composição das Escrituras, única revelação escrita de Deus para a humanidade. Neste capítulo, veremos que a inspiração da Bíblia é divina, verbal e plenária. Desse modo, sublinha-se que “o Espírito Santo garantia a exatidão e a suficiência de tudo quanto era escrito como a revelação da parte de Deus”.¹ Por essa razão, a Bíblia é para o salvo a inspirada, inerrante e infalível Palavra de Deus.

Nosso pressuposto teológico e doutrinário sustenta que a Bíblia Sagrada é a Palavra de Deus escrita. Ela foi inspirada verbalmente, seus autores a escreveram orientados e supervisionados pelo Espírito Santo. A inspiração da Bíblia é plena, todos os livros e palavras da Bíblia têm total e completa autoridade. Esse ensino concorda com a nossa *Declaração de Fé*, que professa crer “na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter cristão”.²

I – A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO BÍBLICA

1. A Inspiração Bíblica É Divina

No capítulo anterior, estudamos que Deus se fez conhecer à humanidade por meio da revelação geral e especial. Portanto, é fato

que Deus se revelou à sua criação. A inspiração das Escrituras diz respeito ao registro, ou à escrita, dessa revelação divina.³ O *Dicionário Bíblico Wycliffe* anota que “o conceito teológico de inspiração se refere ao fato de a Escritura Sagrada ser o pronunciamento do Deus que não pode mentir, e constituir, portanto, a infalível Palavra de Deus”.⁴

Nesse sentido, reitera-se que a inspiração das Escrituras é compreendida como a influência sobrenatural do Espírito Santo, exercida nos escritores bíblicos, que fez com que as transcrições sucedessem um registro preciso da revelação recebida.⁵ Concordes com essa verdade, a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* professa que todos os livros da Bíblia foram produzidos sob inspiração divina, e reitera que as Escrituras Sagradas são de origem divina.⁶

Os escritores da Bíblia estavam conscientes de que falavam em nome de Deus. Nas páginas do Antigo Testamento, a expressão “Assim diz o Senhor” e similares são usadas mais de 3.800 vezes. Ao receber a revelação no monte, Moisés “escreveu todas as palavras do Senhor” (Êx 24.4). O profeta Jeremias foi advertido pelo Senhor: “dize [...] todas as palavras que te mandei que lhes dissesse; não esqueças nem uma palavra” (Jr 26.2).

No texto do Novo Testamento, Paulo disse que usava as palavras “que o Espírito Santo ensina” (1 Co 2.13). João assegura que o Senhor lhe revelou “coisas que brevemente devem acontecer” (Ap

1.1). E, o Senhor Jesus asseverou que até os *sinais diacríticos* do texto hebraico eram inspirados: “nem um jota ou um til se omitirá da lei” (Mt 5.18). Assim sendo, as Escrituras reivindicam que a mensagem bíblica veio da parte de Deus.

2. A Inspiração Bíblica É Verbal

Ratificamos que a Bíblia é “divinamente inspirada” (2 Tm 3.16). Essa tradução vem do adjetivo grego “*theopneustos*” composto por dois vocábulos: “*Theos*” (Deus) e “*Pneō*” (soprada), significando literalmente “soprada por Deus”.⁷ J. I. Packer lembra que o sentido da palavra somente pode ser usado no passivo. Dessa forma, “as palavras de Paulo significam não que a Escritura seja inspiradora (embora isso seja verdade), mas que a Escritura é um produto divino, devendo ser encarada e validada como tal”.⁸

A inspiração é chamada de verbal porque Deus soprou nos escritores sagrados aquilo que deveria ser escrito (Ap 19.9; 1 Co 14.37). Assim sendo, refutamos a “*teoria da inspiração por ditado*”, que ensina que o texto bíblico foi ditado de forma mecânica e gradual sem levar em conta as particularidades de cada escritor; a “*teoria da intuição*”, que ensina ser os autores da Bíblia possuidores de genialidade religiosa para redigir documentos sagrados; a “*teoria da iluminação*”, em que a inspiração é apenas uma influência divina na assimilação religiosa; e a “*teoria da inspiração dinâmica*”, em que Deus não inspirou os vocábulos a ser grafados, mas os

pensamentos e/ou as ideias. Essa teoria faz com que a razão humana seja intérprete do divino.

Isso posto, enfatiza-se que nossa *Declaração de Fé* ensina que “toda a Escritura foi respirada ou soprada por Deus, o que a distingue de qualquer outra literatura, manifestando, assim, o seu caráter *sui generis*”.⁹ Todavia, os autores bíblicos não foram usados automaticamente como se escrevessem um ditado; eles foram instrumentos de Deus e, cada qual com sua própria personalidade e talento, escreveram “inspirados pelo Espírito Santo” (2 Pe 1.21). Essa ação divina foi tão intensa que cada palavra escrita é o vocábulo exato daquilo que Deus queria ver empregado nas Escrituras.

3. A Inspiração Bíblica É Plenária

A inspiração da Bíblia também é plenária, isto é, a inspiração é total e completa, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento. Paulo afirma que “toda” a Escritura, e não apenas parte dela, é inspirada (2 Tm 3.16, ARA). Pedro esclarece que “nenhuma profecia da Escritura” foi redigida por vontade humana, mas todas são de origem divina (2 Pe 1.20,21). Norman Geisler ressalta que a “inspiração da Bíblia não é somente verbal (ou seja, reduzida apenas às palavras), mas também plena, isto é, ela se estende a todas as partes das palavras e a tudo o que elas ensinam ou implicam”.¹⁰

Nossa *Declaração de Fé* professa que a “inspiração da Bíblia é especial e única, não existindo um livro mais inspirado e outro menos inspirado, tendo todos o mesmo grau de inspiração e autoridade”. Significa que nenhum texto deve ser desprezado, pois não existem diferentes graus de inspiração na Bíblia. Em Romanos, lemos que “tudo que dantes foi escrito para nosso ensino foi escrito” (Rm 15.4). Nesse aspecto, ratificamos que a Bíblia não apenas “contém” ou “torna-se” a Palavra de Deus, mas, sobretudo, ela “é” a inspirada Palavra de Deus — plena, sem erros e sem falha alguma. Higgins enfatiza que “a inspiração verbal e plenária eleva o conceito da inspiração até à plena infalibilidade, posto que todas as palavras são, em última análise, palavras de Deus”.¹¹

Em suma, todas as partes das Escrituras são inspiradas e foram escritas com exatidão. Porém, por ser um livro imparcial, a Escritura também registra os erros de muitos de seus personagens, tais como as mentiras de Abraão e de Isaque (Gn 12.13; 20.2; 26.7). Porém, faz-se necessário avaliar o contexto para não incorrer na interpretação equivocada daquilo que a Bíblia não diz para ser obedecido. Não obstante, a totalidade da Escritura Sagrada é inspirada, seus autores a escreveram sob a supervisão do Espírito Santo.

II – INSPIRAÇÃO DIVINA E OS AUTORES DA BÍBLIA

1. A Inspiração dos Autores

O Espírito Santo garantiu a liberdade dos escritores bíblicos conforme a capacitação de cada um. Portanto, a Bíblia possui particularidades quanto ao gênero literário, gramática, vocabulário e outros. Apesar disso, reafirma-se que os autores não se tornaram intérpretes do divino. Isso porque Deus não inspirou aos escritores apenas os pensamentos ou as ideias. Desse modo, reitera-se que o Espírito Santo também inspirou cada uma das palavras que expressam com exatidão a mensagem divina (1 Co 2.10,11).

Nessa concepção, J. I. Packer, ao formular a ideia bíblica sobre a inspiração dos autores, estabelece quatro pontos a ser considerados, os quais são:

(1) A ideia não é a do ditado mecânico, ou escrita automática, ou qualquer outro processo que envolva a suspensão da ação da mente humana do escritor; (2) O fato de que, na inspiração, Deus não obliterou a personalidade, estilo, perspectiva e condicionamento cultural do escritor não significa que seu controle sobre eles fosse imperfeito ou que no processo de registrar por escrito a verdade que tinham recebido para transmitir inevitavelmente a distorcessem; (3) A inspiração não é uma qualidade ligada às alterações que foram se introduzindo à força no curso da transmissão do texto, mas está vinculada apenas ao texto como originalmente produzido pelos escritores inspirados; e (4) A inspiração dos escritos bíblicos não deve ser igualada com a inspiração das grandes obras da literatura [...] A ideia bíblica da inspiração não se relaciona com a qualidade literária do que é escrito, mas com sua característica de ser revelação divina escrita.¹²

Essas considerações demonstram que a participação humana na produção das Escrituras foi a de transmitir de modo fidedigno a mensagem recebida. Essa mensagem veio diretamente de Deus, isso significa que a Escritura é a Palavra de Deus, tendo o homem

como instrumento para escrevê-la. Portanto, embora cada autor fizesse uso de estilo literário próprio, a Escritura é de inteira criação divina.

2. As Limitações dos Autores

Os escolhidos por Deus para escrever a Bíblia eram pessoas assim como nós, inclinadas às mesmas paixões e falhas (Tg 5.17). Moisés, por exemplo, mesmo sendo o autor do Pentateuco, foi impedido de entrar na Terra Prometida porquanto transgredira contra o Senhor no deserto de Zim (Dt 32.51,52). O rei Davi, a quem é atribuída a autoria de setenta e quatro dos salmos, cerca da metade dos salmos da Bíblia, cometeu adultério com Bate-Seba, maquinou e ordenou o assassinato do marido dela, o capitão Urias (2 Sm 11.3-15)

Dos autores do Novo Testamento, a fé do apóstolo Pedro era volúvel. Por ocasião da prisão de Jesus, ele puxou da espada e arrancou a orelha de Malco, servo do sumo sacerdote (Jo 18.10). Em seguida, na casa do sumo sacerdote, negou ao Senhor por três vezes (Jo 18.16-27). A Escritura também registra que ele era homem sem letras e indouto (At 4.13); provavelmente por essa razão precisou de Silas para escrever a sua primeira Epístola (1 Pe 5.12), o que justifica a diferença literária com a sua segunda Carta. Entretanto, nenhum texto das Escrituras, quanto à sua inspiração e

veracidade, está condicionado às limitações de seus autores humanos (2 Co 4.7).

3. Os Diferentes Gêneros Literários e Figuras de Linguagem

Cada autor bíblico fez uso de gêneros literários distintos. Todo um livro ou partes de um livro refletem o estilo de escrever de seu autor. Leland Ryken leciona que “uma conscientização do gênero pode programar nossa leitura de certa passagem, dando-lhe uma forma familiar e permitindo que os detalhes incidam em um padrão identificável. Saber como atua um determinado gênero também pode nos ajudar a evitar fazer uma interpretação errônea do texto”.¹³ Portanto, o estudante das Escrituras não pode negligenciar a abordagem literária da Bíblia. Contudo, jamais deve se esquecer de que o texto é, sobretudo, o resultado da inspiração divina.

Dentre os gêneros literários, a narrativa é a forma dominante na Bíblia. Gordon Fee estima que mais de 40% do Antigo Testamento é narrativa, tais como Gênesis, Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Daniel, Jonas e Ageu. No Novo Testamento, parcela dos Evangelhos e grande parte do livro de Atos também são narrativas.¹⁴ As narrativas registram as histórias tal qual elas ocorreram com o propósito de mostrar Deus agindo nas obras criadas e entre o seu povo. As narrativas podem ensinar explícita ou implicitamente. Cabe ao intérprete, por meio das regras da hermenêutica e iluminação do Espírito Santo, distinguir a

presença ou não de princípios doutrinários a ser seguidos pela Igreja.¹⁵

Acrescenta-se às narrativas, entre outros estilos e técnicas literárias, uma porção significativa de escritos sapienciais e poéticos: poesia (Jó, Salmos e Cânticos); prosa (Eclesiastes); provérbios (livro de Provérbios). Temos ainda os Evangelhos e as Epístolas. Os autores sagrados também fizeram uso de figuras de linguagem, tais como: o emprego de parábolas e enigmas (Jz 14.14; Ez 17.2); de alegorias (Gl 4.22-24; Hb 9.9); de hipérboles (Jo 21.25; Cl 1.23); de metáforas e símiles (Zc 2.8; Tg 3.3-5); de vocabulário simples ou rebuscado a depender do grau de instrução do autor (2 Pe 3.15,16). O emprego dos recursos literários evidencia o grau de cultura do escritor, mas em hipótese alguma invalida a inspiração ou a autoridade da Palavra de Deus (Pv 2.6; Tg 1.17).

4. A Linguagem do Senso Comum

Na descrição de fenômenos científicos, por exemplo, os autores sagrados usaram a fraseologia comum e popular. Para ilustrar, cita-se o exemplo do emprego da linguagem figurada ao se referir ao sol. Na batalha dos israelitas contra Amaleque, Arão e Ur sustentaram as mãos de Moisés “até que o sol se pôs” (Êx 17.12). Ao descrever a herança dos rubenitas, Josué fez alusão ao “nascente do sol” (Js 1.15); e, na batalha contra os amorreus, ele registrou que o “sol parou” (Js 10.13, NVI). No livro de Eclesiastes, o

pregador afirma “nasce o sol, e põe-se o sol” (Ec 1.5). Marcos registra que as mulheres foram ao sepulcro no Domingo de Páscoa “ao nascer do sol” (Mc 16.2).

Essas passagens sinalizam aparente contradição científica nos textos da Bíblia. Isso porque a astronomia já comprovou que o sol não nasce e nem se põe, ele está sempre parado. Sabemos que é a Terra que se movimenta, sendo que dois desses movimentos se relacionam com as horas e os dias: (i) o *movimento de translação* da Terra em torno do sol define o ano em 365 dias e 6 horas, e determina as estações, verão, outono, primavera e inverno; (ii) o *movimento de rotação* da Terra em torno de seu próprio eixo que gera o dia de 24 horas. Esse movimento é o responsável pela sensação que o sol gira em torno da Terra, nascendo e se pondo.

Quando os escritores bíblicos registram que o sol “nasceu”, se “pôs” ou que o sol “parou” estavam fazendo uso de figura de linguagem chamada de prosopopeia ou personificação. Trata-se de uma figura de pensamento que procura dar “vida” ou “personificar” seres inanimados. Nesse e nos demais casos, os autores bíblicos fizeram uso da linguagem figurada para melhor atingir seus objetivos. Essa linguagem não ignora os fundamentos científicos e nem desacredita a inspiração da Palavra de Deus, apenas busca alcançar a compreensão de todos (1 Co 14.9-11).

III – O ESPÍRITO SANTO E A BÍBLIA

1. A Inspiração do Antigo Testamento

A Bíblia é categórica em reiterar sua inspiração divina. O registro de Juízes ensina que os livros de Moisés são “mandamentos do Senhor” (Jz 3.4). Esdras reconhece como inspirados os livros de Jeremias, Ageu e Zacarias (Ed 1.1; 5.1). A respeito da inspiração da Lei de Moisés e dos profetas, Zacarias ensinou que os seus escritos eram “as palavras que o Senhor dos Exércitos enviara pelo seu Espírito, mediante os profetas precedentes” (Zc 7.12). O próprio Cristo mencionou a Lei de Moisés, os Profetas e os Salmos como livros inspirados (Lc 24.44). Essas declarações atestam o Espírito Santo como a fonte originária de inspiração do Antigo Testamento.

Soma-se a esses textos, como já visto, o uso frequente da expressão “Assim diz o Senhor” e palavras equivalentes que ocorrem mais de 3.800 vezes no Antigo Testamento. Wayne Grudem, sublinha que “quando os profetas dizem ‘assim diz o Senhor’ eles estão reivindicando a condição de mensageiros do soberano Rei de Israel, ou seja, o próprio Deus, e declarando que suas palavras são palavras de Deus com autoridade absoluta”.¹⁶ Nessa compreensão, toda palavra que o profeta falava em nome de Deus era de fato Deus quem falava (1 Rs 13.21-26; Ag 1.12). Em vista disso, rejeitar, descumprir ou desobedecer à palavra de um profeta era o equivalente a não dar crédito ao próprio Deus (1 Sm 10.18;13.13,14).

Ao tratar da inspiração dos trinta e nove livros do Antigo Testamento, Archer Jr. destaca que “estes livros exibem uma

unidade marcante de propósito e de programa, que se explica da maneira mais satisfatória como sendo a operação de uma mente única, a mente do próprio Autor divino”.¹⁷ Essa consistência nos registros do Antigo Testamento demonstra que cada palavra vinha diretamente de Deus. Não obstante, Lewis Chafer lembra que “a autoridade das Escrituras não é derivada de homens inspirados ou devida à inspiração propriamente atribuída a eles”.¹⁸ A autoridade está na fonte definitiva da inspiração das Escrituras que é o Espírito Santo (2 Pe 1.20,21).

2. A Inspiração do Novo Testamento

O Novo Testamento possui dois pressupostos básicos de sua inspiração: (a) a promessa de Cristo de enviar o Espírito Santo para guiar os discípulos (Jo 14.26); e (b) os escritos bíblicos que vindicam esse cumprimento (At 2.4; 1 Co 2.10; Ef 3.5). Nesse aspecto, Norman Geisler enfatiza que “Jesus não somente confirmou que o Antigo Testamento é a Palavra de Deus, como também prometeu o mesmo para o Novo Testamento, ao afirmar que o Espírito Santo ensinaria “todas as coisas” aos apóstolos e os guiaria em toda a verdade”.¹⁹

Por conseguinte, os escritores do Novo Testamento reivindicam falar em nome de Deus. Paulo declara que suas Epístolas são a Palavra de Deus. Aos Romanos, o apóstolo declara estar ministrando o “evangelho de Deus” (Rm 15.16); Aos Coríntios,

ratifica que as coisas que escreve são “mandamentos do Senhor” (1 Co 14.37); para os irmãos na Galácia, assevera que o evangelho por ele anunciado não era segundo os homens, mas pela “revelação de Jesus Cristo” (Gl 1.11,12); e, aos Tessalonicenses, enfatiza que os exortava não como palavra de homens, mas “como palavra de Deus” (1 Ts 2.13).

Pedro também reconhece a autoridade divina nos escritos paulinos e os classifica como Escrituras (2 Pe 3.16). O apóstolo Pedro ainda testifica que as palavras escritas por ele próprio procediam da parte de Deus (2 Pe 1.16,17). Do mesmo modo escreveu o apóstolo João: “o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram da Palavra da vida [...] o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos” (1 Jo 1.1,3).

Além desses textos incontestes, Paulo, ao escrever para Timóteo, citou o Antigo Testamento e os Evangelhos em um mesmo versículo, e os equiparou como Escritura divinamente inspirada: “Porque diz a Escritura: Não ligarás a boca ao boi que debulha. E: Digno é o obreiro do seu salário” (1 Tm 5.18). A primeira parte da citação reproduz o texto de Deuteronômio 25.4: “Não atarás a boca ao boi, quando trilhar”, e, a segunda citação faz referência aos ensinamentos de Jesus: “digno é o obreiro de seu salário” ou “do seu alimento” (Lc 10.7; Mt 10.10;). Nessa direção, vários outros textos apontam para a ação do Espírito Santo nos escritos da Nova

Aliança (Jo 16.13). Em vista disso, ratifica-se que tanto o Antigo como o Novo Testamento são autenticados como Palavra de Deus.

3. A Obra da Regeneração e a Iluminação

Concordes com as Escrituras, a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil*, no artigo de fé número quatro, afirma crer “no Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade, consubstancial com o Pai e o Filho, Senhor e Vivificador; que convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo; que regenera o pecador; que falou por meio dos profetas e continua guiando o seu povo”.²⁰ Nas páginas seguintes, complementa que “o Espírito Santo possui o papel de regenerar, purificar e santificar o homem e a mulher”,²¹ e conceitua a regeneração nos seguintes termos: “Regeneração é a transformação do pecador numa nova criatura pelo poder de Deus, como resultado do sacrifício de Jesus na cruz do Calvário (2 Co 5.17-19). Essa obra é também conhecida como novo nascimento, ou nascer de novo (Jo 3.3) e nascer do Espírito (Jo 3.5,6)”.²²

Desse modo, o Espírito Santo atua no processo da salvação e produz a fé regeneradora. A Bíblia diz que a fé antecede a regeneração (Ef 2.8; Mc 16.16; Rm 10.9) e assegura que a fé vem pelo ouvir da Palavra de Deus (Rm 10.17). Nesse aspecto, o Espírito Santo não apenas inspirou as palavras da salvação, mas também as aplica ao coração humano a fim de regenerar os

pecadores (1 Pe 1.23). Sem esse mover do Espírito não é possível nem aceitar e nem entender a Palavra de Deus (Mt 13.15; 1 Co 2.14).

Foi nesse propósito que Cristo condenou a religiosidade mecânica e impessoal (Mt 6.1-7); Paulo escreveu contra ter aparência de piedade, e negar a eficácia dela (2 Tm 3.5); e Tiago advertiu os crentes a ser “cumpridores da Palavra e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos” (Tg 1.22). Essa ação em conduzir o pecador a compreender as verdades bíblicas chama-se iluminação (Ef 1.18). Paulo era ciente da impossibilidade de alguém discernir as Boas Novas se elas não fossem ensinadas por Deus (1 Co 2.14-15). Por isso, rogava para que os crentes recebessem a capacidade de compreender o plano da salvação, por meio da iluminação do Espírito Santo (Ef 1.18,19). Porém, ressalta-se que o Espírito Santo ilumina o que Ele já tem inspirado, não se trata de nenhuma nova revelação (Gl 1.8,9).

¹ HORTON, S. (Ed.). **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 103.

² SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 21.

³ HORTON, 1996, p. 98,99.

⁴ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 973.

⁵ ERICKSON, Millard. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 189.

⁶ SOARES (Org.), 2017, p. 25.

⁷ VINE, W. E; UNGER, Merrill; WHITE, William Jr. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p.714.

⁸ COMFORT, Philip Wesley (Ed.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 49.

⁹ SOARES (Org.), 2017, p. 25.

¹⁰ GEISLER, Norman. **Teologia sistemática**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 219.

¹¹ HORTON, 1996, p. 107.

¹² COMFORT, 1998, p. 57,58.

¹³ COMFORT, 1998, p. 174.

¹⁴ FEE, Gordon; STUART, Douglas. **Entendes o que lêes?** São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 63.

¹⁵ Não confundir com o conceito herético da “teologia narrativa”, cuja proposta é entender a Bíblia não como obra proposicional, que apresenta doutrinas, mas tão somente como uma grande narrativa devocional que deve ser lida e interpretada sem preocupação com as regras de hermenêutica. (DANIEL, Silas. **A sedução das novas teologias**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 75.)

¹⁶ GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 45.

¹⁷ ARCHER Jr, Gleason L. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 15.

¹⁸ CHAFER, L. S. **Teologia sistemática**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 129.

¹⁹ GEISLER, vol. 1, 2010, p. 249.

²⁰ SOARES (Org.), 2017, p. 22.

²¹ SOARES (Org.), 2017, p. 44.

²² SOARES (Org.), 2017, p. 112.

Capítulo 3



A INERRÂNCIA DA BÍBLIA

“Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei sem que tudo seja cumprido.” (Mt 5.18)

Infalibilidade e inerrância são vocábulos que apontam à veracidade das Escrituras. Indicam que a Bíblia Sagrada não falha e não erra. Significa afirmar que ela é a verdade em tudo o que diz, tanto nas questões espirituais, nas de ordem moral e ética, e ainda quanto aos fatos históricos e científicos (Mt 5.17,18; Jo 10.35). Por isso podemos confiar em sua mensagem que é incorruptível.

Apesar de alguns considerarem redundante o uso dos termos inspiração, inerrância e infalibilidade para legitimar a autoridade das Escrituras Sagradas, nossa ortodoxia professada e ensina que a Bíblia é a inspirada Palavra de Deus, inerrante e infalível com plena autoridade naquilo que diz e ensina. Neste capítulo, veremos a inerrância, a preservação e a verdade da Palavra de Deus.

I – O QUE É INERRÂNCIA DA BÍBLIA

1. O Conceito de Inerrância Bíblica

Compreender a inerrância dos textos bíblicos é doutrina essencial para assegurar a supremacia da Palavra de Deus. John Higgins alerta que “abrir mão da doutrina da inerrância é o primeiro passo para se abrir mão da autoridade da Bíblia [...] se for admitida a existência de algum erro nas Sagradas Escrituras, estaremos alijando a veracidade divina, fazendo a certeza desaparecer”.¹

Apesar dessa advertência, constata-se uma tendência em certos círculos cristãos de abandono da doutrina da inerrância da Bíblia. O perigo repousa, sobretudo, na adoção de princípios hermenêuticos que valorizam o ceticismo racionalista como o emprego da “alta crítica negativa” e o “método histórico-crítico” na interpretação das Escrituras Sagradas.²

Em virtude dessas discrepâncias e outros equívocos, surgiram no cristianismo conceitos e níveis distintos de inerrância. Contudo, nesta obra reafirmamos a posição ortodoxa pentecostal de “ser a Bíblia inteiramente a verdade; nenhuma falsidade ou mentira lhe pode ser atribuída”.³ No clássico livro *A Origem da Bíblia*, o conceito de inerrância é apresentado com “a conotação de que a Bíblia não contém nenhum erro de ação (erros materiais), nem contradições internas (erros formais).⁴

Em síntese, a inerrância é a doutrina segundo a qual a Bíblia não contém erro algum. Significa que ela é verdadeira em tudo o que afirma. Desse modo, a Escritura é isenta de erros nos aspectos doutrinários, espirituais, éticos, morais, históricos, culturais, científicos e em todos os demais temas. O argumento é irrefutável: Deus não pode errar, e, como a Bíblia é divinamente inspirada, ela não pode conter erros. Assim sendo, a inerrância, a infalibilidade e a inspiração estão entrelaçadas. Nesse sentido, nossa *Declaração de Fé* professa que “a Bíblia é a nossa única fonte de autoridade, a

inerrante, infalível, completa e inspirada Palavra de Deus” (Sl 19.7; Jo 10.35).⁵

2. A Bíblia Reivindica a sua Inerrância

O termo “inerrância” não aparece na Bíblia, mas a ideia está presente nas páginas do texto sagrado. No livro de Provérbios está escrito que “toda palavra de Deus é pura” (Pv 30.5). Essa declaração implica dizer que a “autorrevelação inerrante por meio da sua Palavra está ao alcance de todos os que confiam nEle. Deus é completamente confiável, e as suas palavras não necessitam de especulação humana para torná-las completas”.⁶ Não são apenas algumas palavras das Escrituras que são verdade, mas cada uma das palavras é verdadeira. O salmista afirma que “a palavra do Senhor é provada” (Sl 18.30). O comentário bíblico de Albert Barnes avalia que a ideia do salmista é que a Palavra de Deus tenha sido testada como prata ou qualquer outro metal que esteja no fogo, e foi descoberto que ela era tudo o que prometia ser.⁷

O profeta Samuel assegura que “o caminho de Deus é perfeito, e a palavra do Senhor, refinada” (2 Sm 22.31). Esse texto é paralelo com Salmos 18.30. Ratifica que Deus nunca erra; que o caminho do Senhor é sempre o correto; que todas as suas palavras têm sido cabalmente aprovadas no teste da veracidade. O próprio Cristo atestou a inerrância das Escrituras ao afirmar que nem um jota ou um til se omitirá da Lei (Mt 5.18). Essa assertiva do Senhor é

precedida pela expressão “em verdade vos digo”, denotando que a afirmação é sagrada. O *Comentário Bíblico Pentecostal* pondera que “Jesus assevera que nem um jota, a menor letra, nem um serifa ou adorno numa letra, de maneira nenhuma passará até que tudo se cumpra”.⁸ Esse enfático pronunciamento demonstra que o texto bíblico é imutável, absoluto e inerrante.

Cristo igualmente ratificou que “a Escritura não pode ser anulada” (Jo 10.35). Matthew Henry salienta que “nós temos certeza de que as Escrituras não podem ser anuladas, nem se pode introduzir nada a elas, nem se pode encontrar falhas nelas”.⁹ Desse modo, sublinha-se que a Palavra de Deus é fidedigna, o texto bíblico é irrepreensível e imexível, nada deve ser alterado ou pode ser corrigido. No Evangelho de João, o Senhor ainda declarou que a “palavra é a verdade” (Jo 17.17). Em vista disso, Norman Geisler enfatiza que “a Bíblia é a Palavra de Deus, e Deus não se desvia da verdade em momento algum. Todas as partes são verdadeiras, bem como o conjunto por elas formado”.¹⁰ Essas declarações indicam que inexistente erro nas Escrituras, a Bíblia é plenamente confiável sem nenhuma falsidade ou equívoco.

3. A Infalibilidade e a Inerrância da Bíblia

O vocábulo “infalível” indica o “que não pode, nem consegue falhar”. Em relação à Bíblia, significa que as suas palavras hão de se cumprir cabalmente (Is 55.11). Por causa da etimologia, os termos

“inerrância” e “infallibilidade” são por vezes confundidos como sinônimos. Não obstante, alguns afirmam que a Bíblia é somente infalível quanto a sua mensagem salvífica, e não a consideram como isenta de erros em outras questões. Harold Brown informa que alguns eruditos creem que a Bíblia “pode ser infalível (no cumprimento do propósito de Deus) sem ter de ser livre de erros”.¹¹ Ele menciona o ensino neo-ortodoxo de Karl Barth (1886-1968) e a sua premissa de que, por ser um livro humano (ainda que também seja divino), a Bíblia deve conter erros.¹²

Essa controvérsia conduziu a ortodoxia cristã a formular uma declaração em defesa da veracidade das Escrituras, baseada na premissa da inspiração divina, em que a Bíblia não falha, e não erra. Em 1978, na cidade de Chicago, foi realizado o Concílio Internacional da Inerrância Bíblica. Ao término do evento, quase trezentos eruditos publicaram a “Declaração de Chicago”, ratificando a autoridade suprema das Escrituras. Entre seus dezenove artigos, a Declaração afirma:

A Escritura na sua inteireza é inerrante, e está livre de toda a falsidade, fraude ou logro. Negamos que a infalibilidade e a inerrância da Bíblia se limitam aos temas espirituais, religiosos ou redentores, excluindo-se as asseverações nos campos da história e das ciências.¹³

O manifesto de Chicago esclarece que, embora escrita por homens, a Bíblia é divinamente inspirada. Portanto, a Escritura é infalível em todas as matérias que trata; não possui erros e nem se

acha equivocada quanto a todos os seus ensinamentos. Por esse motivo, na ortodoxia pentecostal fazemos o uso de ambos os termos, isto é, cremos e ensinamos que a Bíblia é infalível (incapaz de falhar), e, é igualmente inerrante (livre de erro). Professamos que aquele que crê numa Bíblia inerrante também deve crer numa Bíblia infalível. Negar essas verdades é desacreditar de sua autoridade e inspiração divina (Jd 1.3,4). Desse modo, reitera-se a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* que ensina ser a Bíblia Sagrada: “a inerrante, completa e infalível Palavra de Deus”.¹⁴

II – O ESPÍRITO SANTO PRESERVOU AS ESCRITURAS

1. Os Manuscritos Autógrafos

Os manuscritos originais são chamados de *autógrafos* ou *autográficos*. São os textos com a grafia de próprio punho do autor bíblico ou de seu escrevente e no idioma original (Fm 19; Rm 16.22). Neles foram primeiramente registradas as palavras inspiradas pelo Espírito Santo (2 Pe 1.21). A obra *Teologia Sistemática Pentecostal* discorre que a inerrância bíblica atesta a veracidade dos autógrafos:

Isso só pode acontecer se tivermos certeza de que os autógrafos eram de fato a Palavra de Deus, e que foram escritos infalivelmente por meio da inspiração sobrenatural. É essencial a inerrância (seja em que ponto for) para sabermos o que é a verdade. O valor dos autógrafos inerrantes é que sabemos que, o que os homens registraram, foi exatamente o que Deus queria deixar por escrito. Os autógrafos derivam seu valor do fato de serem, em essência, a Palavra de Deus.¹⁵

Nesse aspecto, a objeção levantada por alguns diz respeito à inexistência dos documentos autógrafos. Esses documentos originais não sobreviveram; o que temos disponíveis são cópias desses manuscritos. Desse modo, Wayne Grudem registra o racional questionamento de teólogos divergentes: “De que serve, então, atribuir tamanha importância a uma doutrina que se aplica só a manuscritos que ninguém possui?”.¹⁶ Essa dúvida é humanamente plausível e requer respostas convincentes. Ao mesmo tempo, o debate fortalece o conceito de inerrância, pois solidifica a posição da ortodoxia.

Em resposta a essas objeções, a Declaração de Chicago sobre a inerrância da Bíblia, publicada em 1978, no artigo de número X, assim se expressou:

Afirmamos que, a rigor, a inspiração diz respeito somente ao texto autográfico das Escrituras, o qual, pela providência de Deus, pode-se determinar com grande exatidão a partir de manuscritos disponíveis. Afirmamos ainda mais que as cópias e traduções das Escrituras são a Palavra de Deus na medida em que fielmente representam o original. Negamos que qualquer aspecto essencial à fé cristã seja afetado pela falta dos autógrafos. Negamos ainda mais que essa falta torne inválida ou irrelevante a afirmação da inerrância da Bíblia.¹⁷

Nessa perspectiva, concordes com a Declaração de Chicago, cremos que a inerrância das Escrituras Sagradas pertence aos documentos autógrafos, e, que as cópias fiéis desses manuscritos preservaram a exatidão dos originais. O Espírito Santo providencialmente manteve a revelação divina incorruptível (Jo

14.17; 16.13,14). Fora dessa compreensão, a Bíblia não seria fonte de autoridade (Jo 5.39; Gl 3.8-22).

2. Os Manuscritos Apógrafos

As cópias dos manuscritos originais são chamadas de *apógrafos*. Atualmente, existem cerca de 25.000 cópias dos manuscritos bíblicos, a maior parte deles em hebraico, grego e latim. Inclusas nesse número estão as cópias em aramaico, árabe, copta, siríaco, armênio, gótico, etiópico, eslavônico, anglo-saxônico dentre outras.

Norman Geisler, na obra *Resposta aos Céticos*, afirma que os escribas judeus tiveram uma precisão milimétrica em guardar os manuscritos originais e de realizar cópias seguras do Antigo Testamento durante o decorrer da história. Assevera que “as tradições judaicas definiram todos os aspectos da cópia de textos como se fossem leis, desde o tipo de materiais a serem utilizados até o número de colunas e linhas que poderiam estar numa página”.¹⁸ Desse modo, conclui que não há qualquer prova científica ou histórica de que houve alguma mudança ou alteração nos textos sagrados.

Nesse mesmo sentido, pode-se atestar a veracidade do cânon do Novo Testamento, haja vista a preservação de cerca de 5.800 manuscritos gregos (sem contar as cópias em outros idiomas). As primeiras cópias surgiram apenas cem anos após a escrita dos originais e afiançam a credibilidade, a confiabilidade e a suficiência

desses escritos.¹⁹ Em contraste aos Escritos Sagrados, arrazoa-se que, na maioria dos livros antigos da humanidade, existem apenas de dez a vinte manuscritos, que foram surgindo aproximadamente mil anos após a escrita do original. Portanto, a confiabilidade e a suficiência dos textos bíblicos são demonstradas inequivocamente durante os séculos. Nesse entendimento, Greg Bahnsen arrazoa que:

Podemos ter certeza de que possuímos a Palavra de Deus em nossas Bíblias graças à providência divina. Ele não permite que seu propósito em se revelar seja frustrado. Na verdade, os resultados da crítica textual confirmam que possuímos um texto bíblico substancialmente idêntico ao dos autógrafos.²⁰

Dessa forma, temos evidências suficientes para afirmar que o ato da inspiração aconteceu uma só vez na redação primária da Palavra de Deus (*os autógrafos*), mas a qualidade dessa inspiração foi preservada pelo Espírito Santo nas cópias dos originais (*os apógrafos*). Assim sendo, a versão da Bíblia fidedigna aos originais não deixou de manter a exatidão do real significado das palavras inspiradas por Deus (Mt 5.18; 24.35). Por conseguinte, Bahnsen reitera que “a doutrina da inerrância original é recomendada a todos os crentes que creem na autoridade da Bíblia e a consideram Palavra de Deus”.²¹

3. Os Apócrifos e Pseudoepígrafos

A palavra “apócrifo” (adjetivo grego) significa secreto ou oculto, e muitas vezes foi usada para referir-se às escrituras secretas de

alguma seita. Mais tarde, a palavra foi aplicada aos livros espúrios, heréticos ou falsificados. Em outras palavras, os livros apócrifos são os que têm sido julgados não canônicos, ou seja, não inspirados tanto pelos israelitas, hebreus ou judeus (referindo-se ao Antigo Testamento) e pela Igreja Cristã (referente ao Novo Testamento). Em 1546, no Concílio de Trento, o catolicismo romano adotou sete desses livros, denominou-os de *deuterocanônicos* (reconhecidos após estudo) e os inseriu no cânon católico do Antigo Testamento.

Nossa *Declaração de Fé* assegura que esses livros apócrifos (“escondidos”), tais como Tobias, Judite, Baruque, Macabeus I e II, Sabedoria de Salomão (não confundir com Cânticos de Salomão), Eclesiástico (não confundir com Eclesiastes), apresentam erros, anacronismos, doutrinas falsas e práticas divergentes das Escrituras, a exemplo da oração pelos mortos.²² O teólogo E. J. Young observa, entre outras incongruências, que “não existe nenhum sinal nesses livros que ateste origem divina [...] os livros justificam a falsidade e a fraude, fazem com que a salvação dependa de obras meritórias [...] e inculcam uma moralidade baseada em conveniências”.²³

Os *pseudoepígrafos* (palavra que significa “falso escrito”), dentre eles, para citar um de cada Testamento, a *Assunção de Moisés* (Antigo Testamento) e o *Apocalipse de Pedro* (Novo Testamento), foram produzidos por autores anônimos e espúrios, que atribuíram indevidamente sua autoria a profetas e apóstolos.²⁴ Na Bíblia dos

judeus, equivalente ao nosso Antigo Testamento, atestada por Jesus como a Lei, os Profetas e os Salmos (Lc 24.44), não faziam parte os livros apócrifos, e nem os pseudoepígrafos. No Novo Testamento, nem mesmo o catolicismo romano ousou reconhecer esses livros. Por essas razões, nenhum deles integra o cânon bíblico protestante. Dessa forma, não reconhecemos a autoridade desses livros por não serem inspirados pelo Espírito Santo.

III – A VERDADE NAS ESCRITURAS

1. A Bíblia É a Verdade Plena

O termo “verdade”, do hebraico “*emeth*”, significa o que é “confiável” e “correto”. O vocábulo grego “*aletheia*” tem o sentido de “real” e “fidedigno”. Nas Escrituras corresponde à realidade exata dos fatos em concordância com o pensamento de Deus. Teólogos da modernidade oriundos das escolas de linha neo-ortodoxa e liberal negam que a verdade seja absoluta. Esse conceito afirma que a verdade é relativa, que não é algo fixo, e que, portanto, a verdade sofre modificações e está condicionada a cada sociedade de acordo com a época e sua cultura. Contudo, na visão ortodoxa, a revelação da Palavra de Deus é a verdade inalterável. Reiteram-se aqui as palavras de Cristo: “o céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar” (Mt 24.35).

Por conseguinte, alicerçados na autoridade das Escrituras, a posição cristã reconhece a existência da verdade absoluta e discorda que a revelação bíblica deva ser avaliada pela medida da

cultura, pensamentos ou ideologias humanas. Reconhecemos e respeitamos a diversidade cultural e a pluralidade de ideais, porém rejeitamos o conceito de relativização da verdade bíblica divinamente revelada à humanidade. O teólogo John Higgins relaciona uma série de declarações que atestam a verdade plena e absoluta da Palavra de Deus. Dentre elas, destacamos:

(1) A verdade de Deus é expressada com exatidão, e sem quaisquer erros, nas próprias palavras da Escritura ao serem usadas na construção de frases inteligíveis; (2) A verdade de Deus é expressada com exatidão através de todas as palavras da totalidade da Escritura, e não meramente através das palavras de conteúdo religioso ou teológico; (3) A verdade de Deus é expressada de modo inerrante somente nos autógrafos (escritos originais), e de modo indireto, nos apógrafos (cópias dos escritos originais).²⁵

Além dessas proposituras teológicas, a própria Escritura reivindica a sua veracidade. A Bíblia afirma categoricamente que Deus é a verdade (Jo 14.6; Rm 3.4) e a sua Palavra também é a verdade (Jo 17.17). Portanto, se a verdade depende de Deus, e Deus é a verdade em pessoa, então a verdade absoluta revela Deus e a sua vontade.²⁶ O livro aos Hebreus declara que “é impossível que Deus minta” (Hb 6.18). Paulo ratifica que Deus “não pode mentir” (Tt 1.2). Em vista disso, cremos que a Palavra de Deus possui autoridade final (Mt 5.17,18); e, por conseguinte, deve ser obedecida acima de qualquer autoridade humana (Mt 15.3-6). Em vista disso, os textos acima citados reiteram a verdade plena das Escrituras, e servem de base para a afirmação: “o que a Bíblia diz é o que Deus diz”.

2. A Verdade Espiritual e Moral

Nossa *Declaração de Fé* afirma que a Bíblia nos revela o conhecimento completo de Deus, não sendo necessária nenhuma nova revelação para a nossa salvação e crescimento espiritual (Dt 4.2; Pv 30.5,6).²⁷ Nesse sentido, Charles Hodge, ao tratar da completitude das Bíblia, argumenta que “nada pode ser legitimamente imposto à consciência dos homens como verdade ou dever que não esteja diretamente ensinado ou obrigatoriamente implicado nas Escrituras Sagradas”.²⁸ Nesse diapasão, Antonio Gilberto ensina que tudo o que Deus requer do homem, e tudo o que homem precisa saber, quanto a sua redenção, está revelado na Bíblia.²⁹ Em nossa obra *Valores Cristãos*, destacamos que:

A ética e a moral cristã têm como principal fundamento o texto inspirado das Sagradas Escrituras. É verdade que não se pode desprezar a tradição da Igreja, as leis civis e criminais, as variadas literaturas e nem tampouco os bons costumes adotados pela sociedade, entretanto, para o cristão, toda e qualquer prática e conduta precisa passar pelo crivo e pelo aval da Palavra de Deus (Hb 4.12).³⁰

Nessa compreensão, quando os princípios adotados pela ética e moral cristã são essencialmente bíblicos, então eles também são imutáveis. Isso implica dizer que a verdade bíblica não pode ser relativizada ou flexibilizada para atender o egoísmo, as vãs filosofias e o hedonismo da raça humana. Os padrões bíblicos para o nosso viver espiritual, moral e ético não podem sofrer mudanças. Aquilo que a Palavra de Deus diz ser pecado permanece sendo pecado.

Por isso, os valores cristãos são permanentes, pois a fonte de autoridade é permanente (Mt 24.35). Assim, enfatizamos que a Bíblia é a inerrante verdade tanto espiritual quanto ética e moral.

3. A Verdade Histórica e Científica

Quando a ortodoxia declara que a Bíblia Sagrada é a nossa regra infalível de fé e prática não é uma referência apenas às questões de ordem espiritual ou de nossa conduta ética e moral. A inspiração plena, inerrância ilimitada e infalibilidade total do texto bíblico também se aplicam aos registros históricos e aos fatos científicos. Wayne Grudem formula o seguinte problema: “Será que poderia ser descoberto algum fato novo, científico ou histórico, que vá contradizer a Bíblia?”.³¹

E a resposta para essa intrigante questão é apresentada de modo enfático com as seguintes palavras:

Nunca virá à tona nenhum fato que Deus não conhecesse eras atrás e não tenha levado em conta quando fez com que as Escrituras fossem produzidas. Cada fato verdadeiro é algo que Deus conhece desde a eternidade e que, portanto, não pode contradizer o que o Senhor fala nas Escrituras.³²

Em suma, cremos que a Bíblia é divinamente infalível em toda a matéria que aborda (Sl 12.6; 19.8). John Wesley escreveu que se houver um erro, pode haver mil. E, se existir alguma falsidade, então a Bíblia não é o livro da verdade de Deus.³³ Por conseguinte, a Escritura não se equivoca quando descreve a criação, os eventos da história e os fenômenos da ciência. Significa que Deus guiou os

autores bíblicos e os preservou do registro de inverdades de qualquer natureza (2 Pe 1.21). Assim sendo, endossamos que a Bíblia Sagrada é a verdade inspirada de Deus, inerrante em sua totalidade, isenta de toda falsidade, fraude ou engano.

¹ HIGGINS, John. “A Palavra inspirada por Deus”. In: HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia sistemática: na perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 109.

² Para uma melhor compreensão dos problemas desses métodos interpretativos, consulte o artigo “Os pentecostais e os métodos de interpretação da Bíblia”, publicado pela CPAD. (Revista *Obreiro Aprovado*. Ano 44, n. 92, 1º Trimestre 2021, p. 14-20).

³ HORTON, S. (Ed.). **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 107.

⁴ BROWN, Harold O. “A inerrância e a infalibilidade da Bíblia”. In: COMFORT, Philip Wesley (Ed.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 63.

⁵ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 18.

⁶ HARPER, A. F. **Comentário bíblico Beacon**. Vol. 3. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, p. 414.

⁷ Disponível em: <<https://www.bibliaplus.org/pt/commentaries>>.

⁸ STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário bíblico pentecostal: Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 44.

⁹ HENRY, Matthew. **Comentário bíblico do Novo Testamento**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 913.

¹⁰ GEISLER, Norman. **Teologia sistemática**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p. 461.

¹¹ BROWN, 1998, p. 64.

¹² BROWN, 1998, p. 64.

¹³ HIGGINS, 1996, p. 108.

¹⁴ SOARES (Org.), 2017, p. 18.

¹⁵ HIGGINS, 1996, p. 113.

¹⁶ GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 63.

- ¹⁷ GRUDEM, 1999, p. 1036.
- ¹⁸ GEISLER, Norman. **Resposta aos cétricos**: saiba como responder questionamentos sobre a fé cristã. Rio de Janeiro: CPAD, 2015, p. 183.
- ¹⁹ GEISLER, vol. 1, 2015, p. 183.
- ²⁰ BAHNSEN, Greg L. "A inerrância dos autógrafos". In: GEISLER, Norman (Org.). **A inerrância da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2003, p. 185.
- ²¹ BAHNSEN, 2003, p. 185.
- ²² SOARES (Org.), 2017, p. 28.
- ²³ GRUDEM, 1999, p. 32.
- ²⁴ SOARES (Org.), 2017, p. 29.
- ²⁵ HIGGINS, 1996, p. 110.
- ²⁶ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1991.
- ²⁷ SOARES (Org), 2017, p. 29.
- ²⁸ HODGE, Charles. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001, p. 137.
- ²⁹ SILVA, Antonio Gilberto da. **Bibliologia**: introdução ao estudo da Bíblia. Campinas: EETAD, 2007, p. 6.
- ³⁰ BAPTISTA, Douglas. **Valores cristãos**: enfrentando as questões morais de nosso tempo. Rio de Janeiro: CPAD, 2018, p. 10.
- ³¹ GRUDEM, 1999, p. 54.
- ³² GRUDEM, 1999, p. 54.
- ³³ GEISLER, vol. 1, 2010, p. 284.

Capítulo 4



A ESTRUTURA DA BÍBLIA

“E disse-lhes: São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas, e nos Salmos.” (Lc 24.44)

A Bíblia Sagrada foi escrita majoritariamente em hebraico e grego, em um período aproximado de 1.600 anos, por cerca de 40 homens, e se estrutura em Antigo e Novo Testamento. Seus livros são divinamente inspirados e constituem o cânon bíblico. O conjunto dos 66 livros forma um único livro: a Bíblia Sagrada. Os critérios para avaliação da canonicidade são a inspiração, o reconhecimento e a preservação dos livros como Palavra de Deus.

A comprovação desses critérios revela que as Escrituras foram aceitas e preservadas como livros autorizados por Deus. O testemunho do próprio autor divino no coração das pessoas é quem provoca o reconhecimento de que a Escritura é a Palavra de Deus. Toda ela é nossa única regra de fé e prática. Neste capítulo, veremos como a Bíblia está organizada, a classificação de seus livros, a canonicidade e as particularidades dos Testamentos.

I – COMO A BÍBLIA ESTÁ ORGANIZADA

1. Definição do Termo Bíblia

A palavra “Bíblia” tem origem tanto no vocábulo grego como no latim. O termo grego “*biblos*” significa “livro” e tem conotação de qualidade sagrada. A palavra “*bíblia*” no latim é um substantivo feminino singular que igualmente exprime a ideia de “livro”. Por volta

do ano 150 d.C., os cristãos passaram a usar o termo em latim “*ta bíblia*” (os livros) para referir-se ao conjunto de livros inspirados por Deus. O *Dicionário Bíblico Wycliffe* explica que o singular *bíblia* em latim testemunha que os 66 livros (39 no AT e 29 no NT) revelam uma unidade de pensamento e uma pureza. Por isso, a coleção dos livros sagrados forma um único livro.¹

O erudito F. F. Bruce esclarece que o uso da expressão “*a Bíblia*” entre os cristãos foi inaugurado por Clemente de Roma. Essa declaração é referendada pela chamada segunda epístola escrita por Clemente (150 d.C.), em que o bispo redigiu: “os livros (*ta bíblia*) e os apóstolos declaram que a igreja existiu desde o princípio”.² Porém, antes disso, o profeta Daniel, por volta do ano 538 a.C., já havia se referido às Escrituras do Antigo Testamento como sendo “os livros” (Dn 9.2). No Novo Testamento, termos sinônimos são utilizados para identificar “os livros sagrados”. O vocábulo mais comum e mais conciso empregado pelo Senhor Jesus é “as Escrituras” (Mt 21.42; Jo 5.39). Paulo também usa as expressões “as Santas Escrituras” e “as sagradas letras” (Rm 1.2; 2 Tm 3.15).

O *Dicionário Bíblico Wycliffe*, também anota que vários outros termos descritivos são encontrados no Novo Testamento para referir-se aos escritos do Antigo Testamento, tais como “a Lei” (Mc 5.18; Lc 16.17; Jo 12.34); “Moisés e os Profetas” (Lc 16.29; 24.27); “a Lei e os Profetas” (Mt 22.40; Lc 16.16); “a Lei de Moisés, os Profetas e os Salmos” (Lc 24.44).³ Nesse aspecto, é importante

ressaltar que a designação de uso mais frequente no texto bíblico é o termo “as Escrituras” (plural) ou “a Escritura” (singular), e refere-se tanto aos livros inspirados do Antigo como do Novo Testamento (2 Tm 3.16; 2 Pe 3.16). E, pelo fato de a Bíblia ser a única revelação escrita de Deus dada pelo Espírito Santo, ela ainda é identificada como a “Palavra de Deus” (Mc 7.13; At 12.24; Ef 6.17).

2. O Cânon da Bíblia

A expressão “cânon” procede do hebraico “*qãneh*” com o sentido de “vara de medir”. O *Dicionário Vine* elucida que “a cana” abalada pelo vento (Mt 11.7; Lc 7.24) e a “cana” quebrada (Mt 12.20) citadas por Jesus são referência a essa palavra hebraica que representa uma das várias canas do Antigo Testamento (Is 42.3; Jó 40.21; Ez 29.6).⁴ O termo correspondente em grego é *kanōn*, que significa “régua”. Aparece no Novo Testamento com o sentido de regra moral (Gl 6.16) e também é traduzido como “medida” (2 Co 10.13,15). Quanto ao emprego entre os cristãos, Esequias Soares esclarece que:

Nos três primeiros séculos do cristianismo, o termo se referia ao conteúdo normativo, doutrinário e ético da fé crista. A partir do quarto século, os pais da igreja aplicaram as palavras “cânon” e “canônico” aos livros sagrados, para reconhecer sua autoridade como textos inspirados por Deus e instrumentos normativos para a vida e a conduta dos cristãos, portanto separados de outras literaturas.⁵

Desse modo, na teologia o vocábulo “cânon” é empregado como “norma” de avaliação para identificar os livros sagrados. Em vista disso, o termo “canônico” passou a designar os 66 livros aceitos

como divinamente inspirados (39 livros no A.T., e 27 no N.T.). Isso quer dizer que o Espírito Santo guiou o seu povo a reconhecer a autoridade desses escritos como regra de fé e prática. Nesse sentido, o cânon bíblico está completo. Nada pode ser acrescentado ou retirado das Escrituras canônicas (Ap 22.18,19).

Com o propósito de aprofundar essa compreensão, Norman Geisler enfatiza a diferença entres os livros canônicos e outros escritos religiosos:

Os livros canônicos fornecem o critério para a descoberta da verdade, mediante o qual todos os demais livros (não-canônicos) devem ser avaliados e julgados. Nenhum artigo de fé deve basear-se em documento não canônico, não importando o valor religioso desse texto. Os livros divinamente inspirados e autorizados são o único fundamento para a doutrina.⁶

Nessa perspectiva, apenas os livros inspirados ou canônicos são os que constituem a regra e a autoridade final de fé para os cristãos. Isso não significa dizer que outros textos e literaturas cristãs, tratados, sermões e estudos teológicos não possuam algum valor devocional ou que não sirvam à edificação espiritual. Porém, todo e qualquer texto ou ensino não-canônico jamais deve ou pode ser usado para definir ou delimitar as doutrinas cristãs. Assim sendo, nossa *Declaração de Fé* ratifica que, no encerramento do cânone divino, o Senhor Jesus chancelou a integridade e a completude da Bíblia Sagrada (Ap 22.18,19).⁷

3. Os Dois Testamentos Bíblicos

O termo “testamento” vem do latim “*testamentum*”, que é tradução da palavra grega “*diatheke*” e da hebraica “*berith*”. Ambos os termos têm o sentido de “aliança”, “pacto” ou “concerto” de Deus com a humanidade. O *Dicionário Bíblico Wycliffe* reforça que o substantivo significa a obrigação autoimposta por Deus à reconciliação dos pecadores consigo mesmo (Gn 17.7; Dt 7-6-8; Sl 89.3,4).⁸ O *Dicionário Vine* esclarece que, no ato de “fazer concerto”, era habitual o sacrifício de uma vítima (Gn 15.10; Jr 34.18,19).⁹ O autor aos Hebreus revela que “um testamento tem força onde houve morte” (Hb 9.17); por isso, os dois testamentos bíblicos foram consagrados com sangue (Hb 9.18); o primeiro com sangue de animais (Hb. 9.19), e o segundo com o sangue do próprio Cristo (Hb 9.11-22).

A expressão “Antigo Testamento” foi inaugurada por Paulo (2 Co 3.14). Essa expressão paulina é traduzida como “Velho Testamento” (ARC); e “Antiga Aliança” (NAA). Embora outras passagens tenham ideia similar (Gl 4.24; Hb 9.25,26), essa expressão ocorre somente aqui em todo o Novo Testamento, e refere-se aos 39 livros canônicos dos judeus reconhecidos por Jesus como “as Escrituras” (Mt 22.29), “a Lei, os Profetas e os Salmos” (Lc 24.44). Esses livros revelam que Deus estabeleceria uma aliança com Israel, porém a nação falhou em obedecer aos termos desse pacto (Jr 31.32). Por essa razão, o profeta Jeremias anunciou que um dia Deus estabeleceria uma aliança diferente. A promessa era que Deus

realizaria um concerto no lado dentro das pessoas: “porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo (Jr 31.33).

Nessa direção, o termo “Novo Testamento” é usado nas Escrituras para se referir ao cumprimento profético de Jesus como o Mediador da Nova Aliança (1 Co 11.25, 2 Co 3.6; Hb 8.6-13; 12.24). Essa expressão também passou a designar os 27 livros inspirados dos cristãos igualmente reconhecidos como “as Escrituras” (2 Pe 3.15,16). Como já mencionado, a palavra grega “*diatheke*” utilizada no texto bíblico pode significar tanto “aliança” como “testamento”. A preferência pelo emprego da expressão “testamento” deve-se à versão da Vulgata Latina. Desse modo, as designações “Antigo e Novo Testamento” como divisões principais da Bíblia, tal qual a conhecemos em nossos dias, teve início ao tempo de Tertuliano (150 d.C) e compreende os 66 livros canônicos que integram as Escrituras Sagradas.

II – O ANTIGO TESTAMENTO

1. Os Livros do Antigo Testamento

A classificação dos livros do Antigo Testamento, tal qual a conhecemos e utilizamos nos dias de hoje, se divide em 39 livros. A divisão utilizada pelos judeus é diferente da adotada pela Igreja cristã. A coletânea dos judeus somava 24 livros porque o agrupamento usava critérios distintos.¹⁰ Observe essa diferença e consequente correspondência nas tabelas abaixo:

Tabela 1. Disposição dos Livros do Antigo Testamento Hebraico

A Lei (Torá)	Os Profetas (Nebhiim)	Os Escritos (Kethubhim)
1. Gênesis	A. Profetas anteriores	A. Livros poéticos
2. Êxodo	1. Josué	1. Salmos
3. Levítico	2. Juízes	2. Provérbios
4. Números	3. Samuel	3. Jó
5. Deuteronômio	4. Reis	
	B. Profetas posteriores	B. Cinco rolos (Megilloth)
	1. Isaías	1. Cantares
	2. Jeremias	2. Rute
	3. Ezequiel	3. Lamentações
	4. Os Doze	4. Ester
		5. Eclesiastes
		C. Livros históricos
		1. Daniel
		2. Esdras
		3. Neemias
		4. Crônicas
5 livros	8 livros	11 livros
	Total: 24 livros	

Tabela 2. Disposição dos Livros do Antigo Testamento Adotado pela Igreja Protestante

Pentateuco - 5 livros	Históricos - 12 livros	Poéticos - 5 livros
1. Gênesis	1. Josué	1. Jó
2. Êxodo	2. Juízes	2. Salmos
3. Levítico	3. Rute	3. Provérbios
4. Números	4. 1 Samuel	4. Eclesiastes
5. Deuteronômio	5. 2 Samuel	5. Cantares
	6. 1 Reis	
	7. 2 Reis	
	8. 1 Crônicas	
	9. 2 Crônicas	
	10. Esdras	
	11. Neemias	
	12. Ester	
	Proféticos	
Profetas Maiores – 5 livros	Profetas Menores – 12 livros	
1. Isaías	1. Oseias	
2. Jeremias	2. Joel	
3. Lamentações	3. Amós	
4. Ezequiel	4. Obadias	
5. Daniel	5. Jonas	
	6. Miqueias	
	7. Naum	
	8. Habacuque	
	9. Sofonias	
	10. Ageu	

11. Zacarias
12. Malaquiass

Total: 39 livros

Como observado na tabela 1, a divisão utilizada pelos judeus era tripartida: a) a Lei, b) os Profetas e c) os Salmos ou Escritos. O Senhor Jesus fez menção da Bíblia tripartida dos judeus quando disse: “convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas, e nos Salmos” (Lc 24.44). Conforme visto na tabela 2, a divisão adotada pelos cristãos protestantes constitui-se de quatro partes e baseia-se na disposição dos livros por tópicos, com origem na tradução das Escrituras Sagradas para o grego, a versão da septuaginta iniciada por volta do III século a.C.¹¹ Apesar de a cultura judaica fazer uma categorização diferente, o conjunto do Antigo Testamento soma os mesmos 39 livros divinamente inspirados, tanto para os judeus como para os cristãos protestantes.

2. Canonicidade do Antigo Testamento

Muito se discute acerca dos critérios utilizados para a admissão dos livros sagrados no cânon do Antigo Testamento. Algumas propostas — como considerar como teste de canonicidade a antiguidade do livro, se foi escrito na língua hebraica e se havia algum valor de cunho religioso — foram ideias sugeridas e rejeitadas. A conclusão da erudição bíblica é de que os livros canônicos foram divinamente revelados e que, na sua boa providência, Deus fez que seu povo

reconhecesse e recebesse sua Palavra.¹² Nessa perspectiva, existem três fatores basilares na avaliação de um livro canônico, a saber:

(a) *a inspiração divina*, que atesta se o livro é inspirado pelo Espírito Santo (Ne 9.30; Zc 7.12; 2 Pe 1.21). Acerca desse critério, R. T. Beckwit afirma que “o que qualifica um livro para um lugar no cânon do Antigo ou do Novo Testamento não é simplesmente o fato de ser antigo, informativo ou útil, e de fazer muito tempo que é lido e valorizado pelo povo de Deus, mas sim que tenha autoridade de Deus para o que diz”.¹³ Significa dizer que o livro tinha de ser testado como divinamente inspirado por meio de provas irrefutáveis de sua veracidade. O teólogo Gleason Archer Jr. assevera que este é o único teste de canonicidade que permanece de pé, isto é, o testemunho que Deus o Espírito Santo dá à autoridade da sua própria Palavra.¹⁴

(b) *reconhecimento do povo de Deus*, que atesta se o livro era aceito como autêntico por seus primeiros leitores (Êx 24.3,7; Dn 9.2). Esse critério está relacionado com a inspiração divina. Nesse aspecto, Norman Geisler enfatiza que “Deus dá autoridade divina a um livro, e os homens de Deus o acatam. Deus revela, e seu povo reconhece o que o Senhor revelou. A canonicidade é determinada por Deus e descoberta pelos homens de Deus”.¹⁵ Para exemplificar, citam-se os livros de Moisés (Êx 24.3), os de Josué, sucessor de Moisés (Js 24.26), os livros do profeta Samuel (1 Sm 10.25), dentre

outros, que foram imediatamente reconhecidos pelo povo de Deus. Acrescenta-se a isso o reconhecimento autenticado pelo próprio Senhor Jesus nos Evangelhos (Lc 24.44).

(c) *preservação pelo povo de Deus*, que atesta se o livro era conservado como Palavra de Deus (Dt 31.24-26; Dn 9.2). Nem todos os escritos de cunho religioso foram aceitos e conservados como inspirados pelo povo de Deus. Por exemplo, Tobias, Judite, Baruque, Macabeus I e II, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico e outros foram rejeitados e considerados apócrifos. Eles foram recusados por seus erros teológicos e históricos. Não obstante, a lei de Moisés foi preservada na Arca (Dt 31.26) e dentro do Templo nos dias de Josias (2 Rs 23.24). Os ensinamentos de Samuel foram escritos “num livro e [colocados] perante o Senhor” (1 Sm 10.25). O profeta Daniel e Esdras possuíam uma coletânea com cópias dos livros de “Moisés e os Profetas” (Dn 9.2,6,13; Ne 9.14,26-30).

Por conseguinte, a confirmação desses elementos revela algumas verdades cruciais: (i) não se pode afirmar que é a Igreja que determina a canonicidade de um livro por meio de regras de reconhecimento; (ii) desde o início, os livros do Antigo Testamento foram recebidos e guardados como inspirados e autorizados por Deus, dotados de veracidade e de autoridade (Jz 3.4); (iii) talvez não saibamos explicar totalmente como Deus implantou essa convicção no coração de seu povo; e (iv) podemos confiar na autoridade do Antigo Testamento, pois a sua canonicidade é

irrefutavelmente atestada pelo Senhor Jesus e pelos apóstolos (Mt 5.17,18; Lc 24.27; Rm 5.12, 1 Co 10.1-5).

3. Particularidades do Antigo Testamento

Quase a totalidade dos livros foi escrita em hebraico chamado na Bíblia de língua de Canaã (Is 19.18). Algumas porções foram escritas em aramaico, uma espécie de dialeto que deu origem à língua árabe.¹⁶ Destaca-se que as descobertas dos rolos do Mar Morto (entre 1947 e 1964 d.C.) confirmam a preservação e a suficiência dos textos do Antigo Testamento. Esequias Soares revela que, com exceção ao livro de Ester, todos os demais livros estão representados e confirmados pelos mais de 800 rolos encontrados nas 11 cavernas de Qumran, muitos deles vindo da Babilônia e do Egito, e alguns desses manuscritos ainda eram escritos com a grafia do hebraico arcaico.¹⁷

Outra particularidade a destacar é que os judeus e os cristãos protestantes jamais aceitaram a inserção dos livros apócrifos no Antigo Testamento. Porém, o catolicismo romano os declarou canônicos no Concílio de Trento (1546). Desse modo, o Antigo Testamento católico possui os sete livros apócrifos acima citados, perfazendo um total de 46 livros. Além disso, a Bíblia católica inseriu acréscimos em Ester (Et 10.4ss), oração de Azarias (Dn 3.34-90); Suzana (Dn 13), e Bel e o Dragão (Dn 14).

Reitera-se que tais livros e acréscimos não são divinamente inspirados; eles são desprovidos de autoridade tanto espiritual como doutrinária. O último livro canônico foi o do profeta Malaquias, que o concluiu antes do ano 430 a.C.; desde então, nada mais pode ser acrescentado ao cânon do Antigo Testamento. E, conforme o teólogo Norman Geisler, para facilitar a tarefa de citar a Bíblia, em 1.227 d.C. o texto foi dividido em capítulos e, por volta de 1.445 d.C., o Antigo Testamento foi dividido em versículos.¹⁸

III – O NOVO TESTAMENTO

1. Os Livros do Novo Testamento

Esses livros foram reconhecidos pela Igreja após a morte e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e estão classificados em quatro grupos principais: a) *Evangelhos*, que são os quatro livros de Mateus, Marcos, Lucas e João; b) *Histórico*, formado pelo livro de Atos dos Apóstolos; c) *Epístolas*, que se subdividem em *Epístolas Paulinas*, com 13 cartas de Romanos a Filemom; as *Epístolas Gerais*, com 8 cartas de Hebreus a Judas; e d) *Revelação*, constituído pelo livro de Apocalipse. O conjunto totaliza 27 livros inspirados e autorizados que são chamados de canônicos (1 Co 2.4,13). Observe essa categorização na tabela abaixo.

Tabela 3. Descrição dos Livros do Novo Testamento

Evangelhos - 5 livros	História - 1 livro	Revelação – 1 livro
1. Mateus 2. Marcos 3. Lucas 4. João	1. Atos dos Apóstolos	1. Apocalipse

Epístolas

Paulinas – 13 livros

1. Romanos
2. 1 Coríntios
3. 2 Coríntios
4. Gálatas
5. Efésios
6. Filipenses
7. Colossenses
8. 1 Tessalonicenses
9. 2 Tessalonicenses
10. 1 Timóteo
11. 2 Timóteo
12. Tito
13. Filemom

Gerais – 8 livros

1. Hebreus
2. Tiago
3. 1 Pedro
4. 2 Pedro
5. 1 João
6. 2 João
7. 3 João
8. Judas

Total: 27 livros

Nos primórdios do cristianismo, ainda no século I d.C., surgiram muitos falsos ensinamentos e falsos profetas conforme Cristo já tinha alertado a Igreja (Mt 7.15; Mc 13.22). Durante os séculos II e III, diversos livros heréticos foram escritos e receberam o nome de *livros espúrios* (pseudepígrafos e apócrifos). O conteúdo desses livros se resume em falsos ensinamentos permeados de erros gnósticos, docéticos e ascéticos acompanhados de desmedida fantasia religiosa.¹⁹ Faz-se ainda menção de livros que desfrutavam de algum prestígio histórico e devocional, tais como “o Pastor de Hermas” (c. 15-140 d.C) e “o didaquê” (c. 100-120 d.C). Contudo, os livros espúrios e não canônicos jamais foram reconhecidos como inspirados. Somente os 27 livros acima listados é que são aceitos como autênticos e fidedignos de integrar o cânon do Novo Testamento.

2. Canonicidade do Novo Testamento

O princípio básico adotado para a canonicidade do Novo Testamento é similar ao do Antigo Testamento, ou seja, a questão da autoridade atestada pela inspiração divina. Milton Fischer sublinha que o reconhecimento de que os apóstolos e seus companheiros eram autênticos porta-vozes de Deus é o que determina a canonicidade de seus escritos.²⁰ Assim sendo, os critérios de avaliação do Novo Testamento são iguais aos que determinam o cânon do Antigo, isto é, a inspiração, o reconhecimento e a preservação dos livros como Palavra de Deus.

Nesse sentido, a Bíblia oferece indiscutíveis provas de *inspiração* do Novo Testamento. Os apóstolos sempre reivindicaram que as palavras que escreviam não eram suas, mas as recebiam diretamente da parte de Deus (1 Ts 2.13; 2 Tm 3.16; 2 Pe 1.21). Wayne Grudem observa que, uma vez que estabelecemos que um escrito do Novo Testamento pertence à categoria especial de “Escritura” (2 Tm 3.16), implica dizer que ele possui igualmente a característica que Paulo atribui a “toda a escritura”, isto é, “inspirada por Deus” e assim todas as suas palavras são verdadeiras palavras de Deus.²¹

Quanto ao *reconhecimento* dos livros como fidedignos, desde o início os escritos falsos foram refutados pela Igreja. Paulo exorta a Igreja a permanecer firme na fé e nos ensinamentos inspirados, entre eles os preceitos de Moisés e dos profetas, bem como as instruções das epístolas (2 Ts 2.15). Pedro alertou para que a Igreja não desse

ouvidos às heresias de perdição que seriam propaladas por falsos profetas e falsos mestres (2 Pe 2.1). João advertiu os irmãos a não derem crédito a todo espírito, mas colocar a prova toda e qualquer revelação (1 Jo 4.1). O *Comentário Bíblico Beacon* assinala que os crentes deveriam desconsiderar as opiniões de teóricos e fanáticos, e aderir-se a “palavra”.²²

Em relação à *conservação* das Escrituras, os primeiros cristãos adotaram a prática de leitura dos livros autorizados em suas reuniões e cultos. Essa tradição de leitura pública das Escrituras era um costume antigo entre os judeus. Moisés e Josué eram adeptos dessa conduta (Êx 24.7; Js 8.34); Josias, Esdras e os levitas fizeram o mesmo (2 Rs 23.2; Ne 8.8). Essa cultura foi incorporada na liturgia cristã. Essa ação de leitura pública dos livros do Novo Testamento auxiliou no processo de canonicidade dos escritos divinamente inspirados (1 Ts 5.27; Cl 4.16; Ap 1.3).

Mediante tais fatos, atesta-se que, desde o começo, a Igreja Primitiva reconheceu e preservou os livros canônicos, alicerçada sobre o fundamento dos Apóstolos e dos Profetas (Ef 2.20). Norman Geisler afirma que os primeiros cristãos, apesar de terem sido bombardeados por muitos escritos falsos, pelo final do século I, já tinham concluído o cânon do Novo Testamento. Os debates prosseguiram em virtude de várias desinformações e falha de comunicação, mas desde o século V a Igreja cristã tem reconhecido esses 27 livros como o cânon do Novo Testamento.²³

3. Particularidades do Novo Testamento

Como particularidade, destaca-se que sete livros do Novo Testamento foram classificados como “*antilegomena*”. Essa designação significa que, em algum momento e por alguma razão, a autenticidade desses livros foi questionada por alguns dos Pais da Igreja e, por causa disso, por volta do século IV, esses livros ainda estavam desprovidos do reconhecimento universal. De acordo com o historiador Eusébio de Cesareia, tais livros são os seguintes:

Não se deve esconder, porém, que alguns põem de lado a *Epístola aos Hebreus*, dizendo ser contestada, alegando não ser uma das epístolas de Paulo [...] Entre os livros questionados, ainda que sejam bem conhecidos e aprovados por muitos, são reputados aquele chamado *Epístola de Tiago* e de *Judas*. Também a *Segunda Epístola de Pedro* e os chamados a *Segunda* e a *Terceira de João* [...] além disso, como já afirmei, caso pareça correto, o *Apocalipse de João*, que alguns como já se disse, rejeitam, mas outros colocam entre os genuínos.²⁴

Norman Geisler pondera que isso não significa que não haviam tido aceitação inicial por parte das comunidades cristãs primitivas.²⁵ O próprio Eusébio assegura que não eram espúrios, mas que, embora reconhecidos por muitos, estavam sendo contestados por outros. Geisler anota que “o problema básico a respeito da aceitação da maioria desses livros não era sua inspiração, ou falta de inspiração, mas a falta de comunicação entre o Oriente e o Ocidente a respeito de sua autoridade divina”.²⁶ Desse modo, assim que tais dúvidas foram dirimidas, a partir do século V, esses livros deixaram de ser questionados.

Uma especificidade do Novo Testamento repousa no fato de que todos os seus livros foram escritos em grego *koiné*, um dialeto comum e presente por toda a cultura de fala grega e que muito auxiliou na propagação do Evangelho nos primórdios do cristianismo (At 19.10). Algumas expressões, mesmo redigidas no vernáculo grego, possuem significado em aramaico. Dentre elas, citamos: *Talitá cumi* — “Menina, levanta-te” (Mc 5.41); *Aba Pai* — “Lit.: Pai, pai; ‘Meu Pai’” (Mc 14.36); *Eloí, Eloí, lemá sabactâni?* — “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mc 15.34).

O conjunto dos livros canônicos do Novo Testamento foi escrito antes do término do século I. O último livro é o Apocalipse de João, datado por volta do ano 96 d.C.; e ratificamos que, desde o encerramento do cânon, os cristãos reconhecem apenas os 27 livros como inspirados. Como já visto, em 1.227 d.C., o texto foi separado em capítulos. Em torno de 1.555 d.C., o Novo Testamento também foi dividido em versículos. A divisão em capítulos e versículos facilitou a leitura e a memorização, além de possibilitar o estudo sistemático da inspirada Palavra de Deus.

¹ PFEIFFER, 2006, p. 295.

² BRUCE, F. F. “A Bíblia”. In: COMFORT, Philip Wesley. **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 13.

³ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 295.

⁴ VINE, W. E; UNGER, Merrill; WHITE, William Jr. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 448.

⁵ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio Janeiro: CPAD, 2017, p. 12.

⁶ GEISLER, Norman; NIX, William. **Introdução bíblica**. São Paulo: Vida, 1997, p. 75.

⁷ SOARES (Org.), 2017, p. 29.

⁸ PFEIFFER, 2006, p. 1928.

⁹ VINE, 2002, p. 1019.

¹⁰ GEISLER, 1997, p. 8. (Quando se adota o número de 22 livros, consideram-se Juízes e Rute um só livro, bem como Jeremias e Lamentações.)

¹¹ GEISLER, 1997, p. 7.

¹² ARCHER JR, Gleason. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 81.

¹³ BECKWITT, R.T. “O Cânon do Antigo Testamento”. In: COMFORT, Philip Wesley. **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 80.

¹⁴ ARCHER JR, 1984, p. 81.

¹⁵ GEISLER, 1997, p. 65.

¹⁶ Conforme os textos de Gn 31.47; Ed 4.7-6.18; 7.12-26; Dn 2.4-7.28; e Jr 10.11.

¹⁷ SOARES, 2017, p. 16.

¹⁸ GEISLER, 1997, p. 9.

¹⁹ GEISLER, 1997, p. 112.

²⁰ FISCHER, Milton. “O Cânon do Novo Testamento”. In: COMFORT, Philip Wesley. **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 98.

²¹ GRUDEM, 1999, p. 47.

²² HARPER, vol. 9, 2019, p. 424.

²³ GEISLER, 1997, p. 105, 109.

²⁴ CESAREIA, Eusébio. **História eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da igreja cristã. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 80, 104.

²⁵ GEISLER, 1997, p. 114.

²⁶ GEISLER, 1997, p. 115.

Capítulo 5



COMO LER AS ESCRITURAS

“E, correndo Filipe, ouviu que lia o profeta Isaías e disse: Entendes tu o que lês?” (At 8.30)

Ler e estudar as Escrituras são um dever e um privilégio. Por isso, como servos de Deus, temos o compromisso de zelar pelo conhecimento bíblico e estar conscientes da necessidade de aplicar o texto sagrado em nossas vidas. O apóstolo Tiago alerta que devemos ser cumpridores da Palavra e não apenas ouvintes (Tg 1.22). Nesse propósito, a Bíblia Sagrada deve ser lida e interpretada. No cumprimento dessa tarefa, somos auxiliados pela exegese e pela hermenêutica. Contudo, nenhuma das técnicas de interpretação está acima da autoridade da Palavra de Deus. O que a igreja crê e professa deve ser interpretado à luz da própria Escritura. Neste capítulo, veremos a importância dos princípios basilares da interpretação bíblica.

I – A BÍBLIA PRECISA SER INTERPRETADA

1. A Importância da Exegese

O termo “exegese” vem do grego “ex”, traduzido como “fora”, e “agein”, com o sentido de “guiar”. Literalmente, significa “guiar para fora”, isto é, extrair a intenção das palavras de um texto. Quando se fala de exegese bíblica, entende-se o termo como explicação e interpretação de um ou mais textos bíblicos. O exegeta reformado Uwe Wegner defende que “a exegese quer ajudar a compreender os

textos bíblicos, apesar da distância de tempo e espaço e das diferenças culturais”.¹ Os teólogos pentecostais concordam com essa assertiva, e acrescentam que o alvo da exegese é deixar que as Escrituras digam o que o Espírito Santo pretendia no seu contexto original.²

Para sustentar o alicerce da interpretação, usa-se a hermenêutica como metodologia da exegese bíblica. A palavra “hermenêutica” origina-se do verbo grego “*hermeneuein*”, cujo significado é igual ao da exegese, ou seja, “interpretar”. Contudo, deve-se deixar clara a diferenciação entre um termo e outro. A hermenêutica bíblica designa os princípios que regem a interpretação dos textos; a exegese descreve as etapas ou os passos que cabe dar em sua interpretação.³ Em síntese, a hermenêutica apresenta as regras e a exegese é a prática dessas regras.

Diante dessas conceituações e com o propósito de evitar as falácias, interpretação superficial ou equivocada da Bíblia, a hermenêutica e a exegese apresentam ferramentas que auxiliam na correta interpretação e aplicação dos textos sagrados. Nesse objetivo, para não fazer o texto significar aquilo que Deus não pretendeu, é necessário um minucioso exame das Escrituras (2 Tm 2.15). Por exemplo, o estudo das línguas bíblicas, dos fatos da história, das questões sociopolíticas, das particularidades da cultura e dos recursos literários usados no texto sagrado coopera para a compreensão do real significado das palavras inspiradas (Ef 3.10-

18). Portanto, a exegese não deve e não pode ser menosprezada durante a leitura e o estudo da Bíblia.

2. As Limitações dos Leitores

Nesse aspecto é preciso reconhecer que toda a vez que lemos a Bíblia estamos interpretando. Isso porque todos os leitores são também intérpretes (Dn 9.2). O problema dessa constatação reside nas ideias que trazemos conosco antes mesmo de começarmos a leitura da Bíblia (Ef 4.22). O erudito D. A. Carson adverte que “é fácil demais aplicarmos ao texto bíblico as interpretações tradicionais que recebemos de terceiros. Então, podemos involuntariamente transferir a autoridade das Escrituras para as nossas interpretações tradicionais”.⁴ Em vista disso, nem sempre o “entendimento” daquilo que lemos reproduz a verdadeira “intenção” do Espírito Santo (2 Pe 3.16).

Acerca dessa realidade, Walter Henrichsen anota que “nas questões de religião o cristão se submete, consciente ou inconscientemente, a uma das seguintes autoridades, acatando-a como autoridade última: a *tradição*, a *razão*, ou as *Escrituras*”.⁵ Nossa avaliação é que a *tradição* não é totalmente um erro, uma vez que muitas práticas da Igreja são essencialmente bíblicas, porém, o que se deve combater é “a elevação da tradição a um *status* igual ou até mesmo superior das Escrituras”.⁶ Cristo advertiu

que se tornar prisioneiro da tradição invalida a Palavra de Deus (Mc 7.13).

Quanto ao uso exclusivo da *razão* na interpretação bíblica, tal prática constitui-se em verdadeira tragédia para a fé. Liberalismo, cientismo e modernismo são os termos comumente utilizados para descrever esse tipo de conduta. Nossa teologia pentecostal afirma que defensores dessas teorias causam inevitáveis consequências ao Evangelho, tais como: “incredulidade, leniência para com o pecado; relativismo moral e ético; relaxo para com a evangelização, etc.”.⁷ Desse modo, contrapondo a posição que coloca a autoridade final de interpretação na “tradição” ou na “razão”, o pentecostalismo se apresenta como ortodoxo e coloca a *Escritura* “no lugar em que ela tem de estar como a nossa suprema e inquestionável árbitra em matéria de fé e prática. Se a Escritura diz, é a nossa obrigação ser-lhe obediente sem quaisquer questionamentos”.⁸

Com essa percepção, reafirma-se que a Bíblia é o supremo tribunal de recursos, isto é, a Escritura é a autoridade última em questões de fé, normas, conduta, percepção e visão de mundo para o autêntico cristão. No entanto, em virtude de nossa inclinação pecaminosa que nos induz ao erro (Rm 8.7), precisamos usar métodos sadios que nos auxiliem na interpretação das Escrituras (Rm 12.2). O teólogo D. A. Carson insiste que “estamos lidando com os pensamentos de Deus; somos obrigados a nos esforçar o máximo para entendê-los verdadeiramente e explicá-los com

clareza”.⁹ Essa é uma nobre tarefa atribuída a todo salvo em Cristo Jesus (1 Tm 4.13; Ap 1.3).

3. A Natureza das Escrituras

Nesse ponto, ratificamos que a necessidade de a Bíblia ser interpretada acha-se na natureza da própria Palavra de Deus. Como já estudado, o texto bíblico foi escrito majoritariamente em duas línguas distintas (hebraico e grego), no período aproximado de 1600 anos, por cerca de 40 autores que viveram em épocas e culturas diferentes. Portanto, os textos canônicos possuem particularidades que não podem ser ignoradas. Dentre tantas, podemos citar as narrativas, as poesias, as crônicas, as profecias e as parábolas que precisam ser interpretadas, sob a orientação do Espírito Santo, observando as regras gramaticais e o contexto histórico e literário de quando foram redigidas (Mt 5.18).

Em virtude dessas características, no período dos Pais da Igreja,¹⁰ o desenvolvimento dos princípios da hermenêutica e da exegese deu-se basicamente em três grandes centros: (a) *A Escola de Alexandria*, que era dotada de um espírito conciliatório e tentava harmonizar a doutrina cristã com a filosofia da época por meio de uma abordagem alegórica; (b) *A Escola de Antioquia*, que era caracterizada pela abordagem literal das Escrituras, na busca pelo sentido primário pretendido pelo autor; e (c) *A Escola Ocidental*, que

ficou marcada pelo acréscimo de outro elemento, a saber, a autoridade da tradição e da Igreja na interpretação da Bíblia.¹¹

Essa última escola adentrou a Idade Média, e, nessa época, a interpretação bíblica ficou refém da tradição e dos concílios da Igreja. Quanto a essa deplorável situação, Hugo de São Vitor (1096-1141 d.C.) escreveu o seguinte: “aprende-se primeiro o que se deve crer e então vai à Bíblia para encontrar confirmação”.¹² Nesse contexto, na Alemanha foi deflagrada a Reforma Protestante (1517 d.C.). E, com a influência da Renascença, se passou a dar atenção ao conhecimento das línguas originais a fim de entender a Bíblia. A compreensão histórico-gramatical começou a ser valorizada. Os dois grandes expoentes são Martinho Lutero e João Calvino. É de Calvino a célebre frase: “O intérprete deve permitir que o autor diga o que realmente diz, invés de lhe atribuir o que pensamos que devia dizer”.¹³

II – PRESSUPOSTOS PENTECOSTAIS PARA LER A BÍBLIA

1. Autoridade da Bíblia

Uma das marcas do Pentecostalismo é o seu compromisso inegociável com as Escrituras. Cremos na inspiração divina, verbal e plenária da Palavra de Deus, nossa autoridade final em questões de fé e prática (2 Tm 3.16). Portanto, ao ler o livro sagrado, temos como pressuposto sua inerrância e infalibilidade. Tudo o que está escrito é verdadeiro e serve para o nosso ensino (Rm 15.4). Nessa compreensão, refutamos a relativização, ressignificação e

desobediência dos preceitos bíblicos (Ap 22.19). Acatamos suas doutrinas, reconhecemos a realidade do sobrenatural, a literalidade dos milagres e a atualidade do batismo no Espírito Santo e os dons espirituais (At 2.39).

Esse entendimento é chancelado pelos proeminentes teólogos pentecostais William Menzies e Stanley Horton na obra *Doutrinas Bíblicas*, na qual lemos:

A origem divina e a autoridade das Escrituras asseguram-nos ser a Bíblia também infalível, ou seja: incapaz de erro, ou de orientar de maneira enganosa, ludibriadora ou desapontadora a seus leitores [...] Tal inerrância e infalibilidade aplicam-se a toda a Palavra de Deus, e inclui tanto a inerrância das revelações quanto a dos fatos narrados. As Escrituras revelam-nos a verdade.¹⁴

Essa percepção pentecostal sinaliza que a autoridade da Bíblia Sagrada é suprema. O que está escrito deve ser crido e obedecido, jamais questionado ou relativizado. Com essa premissa, repudiamos o liberalismo teológico, tais como a teoria de demitização do texto bíblico proposta por Rudolf Bultmann, para quem “a Bíblia só é crível se dela extirparmos os mitos — milagres, sinais, teofanias e outras revelações sobrenaturais”.¹⁵ Contestamos o método hermenêutico proposto por Bultmann de redescobrir o significado oculto atrás de supostas concepções mitológicas.¹⁶ Nesse diapasão, a teologia pentecostal ratifica o seu compromisso com a autoridade bíblica. Essa postura identifica os pentecostais como o

povo cuja regra áurea de fé e prática repousa na autoridade da Bíblia Sagrada.

2. A Iluminação do Espírito Santo

A doutrina da Iluminação se refere à atuação do Espírito Santo na vida do crente, que o capacita a discernir as verdades da Palavra de Deus (Ef 1.17,18; 1 Jo 5.20). Portanto, a iluminação se faz necessária para a compreensão da Bíblia. O ser humano toma conhecimento da salvação por meio das Escrituras, mas somente o estudo racional não é suficiente para o entendimento da revelação escrita de Deus. É imprescindível que haja iluminação do coração e da mente.¹⁷ William Menzies atesta que o Espírito Santo “nos ilumina a mente para que compreendamos a Sua Palavra conforme no-la transmitiram os autores sagrados (1Co 2.12; Ef 1.17,18)”.¹⁸

Entre as operações do Espírito Santo está o ensino e a iluminação da verdade: “o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas” (Jo 14.26); “Ele vos guiará em toda a verdade” (Jo 16.13). Nesse quesito, Lewis Chafer argumenta que esse despertamento pode ser retardado pelo pecado ou pela imaturidade do crente. Essa realidade explica a diferença entre o cristão espiritual, que “discerne todas as coisas”, e o cristão carnal, que não pode receber as verdades mais profundas e vitais (1 Co 2.14-16).¹⁹ Nesse entendimento, *Chafer* assinala uma trílice

divisão da humanidade em sua atitude em relação à Palavra de Deus:

(1) *O homem natural* ou não-regenerado não pode receber as Escrituras, visto que elas são discernidas pelo Espírito, e o homem natural, conquanto educado com tudo o que o olho, o ouvido e o poder de raciocínio possam comunicar, não recebeu o Espírito; portanto, toda a revelação é “loucura” para ele (1Co 2.14); (2) *O homem espiritual* está numa posição de receber toda verdade (não há sugestão de que ele já a alcançou). Ele é habitado pelo Espírito Santo e todos os ajustes a respeito da sua vida diária são feitos com a finalidade de que o Espírito Santo não possa ser obstruído em seu ministério de ensino dentro do seu próprio coração (1Co 2.15); (3) *O cristão carnal* demonstra sua carnalidade por sua incapacidade de receber as verdades mais profundas que são comparados a uma comida sólida em contraste com o leite (1Co 3.1-3).²⁰

Nessa perspectiva, os cristãos na Ásia Menor foram exortados a ter “iluminados os olhos do entendimento” (Ef 1.18a). Trata-se de uma operação do Espírito que resulta em “iluminação interior”.²¹ Implica ter um conhecimento mais claro, e, certamente, inclui uma compreensão plena, não somente clareza intelectual, mas também a clareza espiritual e experimental da Palavra de Deus.²² Contudo, a iluminação não é uma fonte paralela de revelação e nem substitui o exame das Escrituras, ao contrário, pois, à medida que estudamos, o Espírito nos concede a compreensão. A iluminação não aumenta e nem altera a Bíblia; apenas elucida o que já foi revelado pelo Espírito. Assim, o conhecimento da Palavra produz comunhão com Deus, vida de oração, obediência e santificação (2 Pe 1.3-10).

3. O Valor da Experiência

O valor da experiência é, por vezes, mal interpretado em alguns círculos evangélicos. Com frequência, os pentecostais são injustamente acusados de colocar a experiência acima da autoridade da Palavra de Deus. Porém um dos princípios hermenêuticos ensina o crente a “interpretar a experiência pessoal à luz da Escritura, e não a Escritura à luz da experiência pessoal”.²³ Significa que, por mais importante que seja a experiência pessoal, ela não é a autoridade final de nossa fé. As experiências precisam do aval das Escrituras para ser validadas. Toda e qualquer experiência que contraria os preceitos bíblicos deve ser desconsiderada. Paulo asseverou que, se até um anjo do céu vos anunciar outro evangelho, tal experiência deve ser rejeitada (Gl 1.8).

De outro lado, a experiência também não pode ser negligenciada. As doutrinas bíblicas devem ser experimentadas e vividas pelos crentes em Jesus. Nossa *Declaração de Fé* faz várias assertivas acerca dessa necessidade, dentre elas estão: (a) *O aceitar Jesus* como a experiência da salvação, quando o Espírito Santo passa a habitar no novo crente (1 Co 3.16); (b) *O batismo nas águas* como um testemunho público da experiência anterior, o novo nascimento, mediante a qual o crente participa espiritualmente da morte e da ressurreição de Cristo (Cl 2.12); (c) *O batismo no Espírito Santo* como uma experiência espiritual que ocorre após ou junto à regeneração, sendo acompanhada da evidência física inicial do falar em outras línguas (At 2.4).²⁴

Nessa compreensão, o texto sagrado é útil para o ensino, repreensão e correção a fim de tornar o salvo perfeito (2 Tm 3.16,17). Essas declarações demonstram que a Bíblia deve ser aplicada ao nosso viver diário. As verdades bíblicas são confirmadas quando experimentadas pela Igreja do Senhor (Mc 16.20). Nesse aspecto, por exemplo, cremos que o livro de Atos não apenas descreve a experiência pentecostal da Igreja Primitiva, como também a torna válida para os nossos dias (At 2.1-4, 38, 39). Ressalta-se, porém, que a experiência ou a tradição da Igreja não podem estar acima da autoridade bíblica. Somente a Escritura é que pode autenticar e até mesmo corrigir a experiência ou a prática da Igreja, caso seja necessário (2 Tm 4.2).

III – REGRAS BÁSICAS DE INTERPRETAÇÃO

1. A Escritura É sua Própria Intérprete

Como já visto, a “hermenêutica” designa os princípios que regem a interpretação dos textos sagrados. E, conforme observa Gordon Fee, “embora a palavra abranja o campo inteiro da interpretação, inclusive a exegese, também é usada no sentido mais estreito de procurar a relevância contemporânea dos textos antigos”.²⁵ Nesse propósito, Martinho Lutero (1483-1546 d.C.) desenvolveu a máxima que a Escritura tem de ser interpretada e entendida por si própria (Is 8.20). Durante a Reforma Protestante, em 15 de junho de 1520, por meio da bula *Exsurge Domine*, Lutero foi acusado de interpretar as

Escrituras pelo espírito humano, em oposição à tradição e a interpretação oficial da Igreja Católica.²⁶

Em sua defesa, Lutero insistiu que a Bíblia deve ser interpretada por ela mesma: “Eu não quero ser elogiado por ser mais culto do que todos, mas por ter somente a Escritura por regra. Também não quero que ela seja interpretada pelo meu próprio espírito ou por qualquer espírito humano, mas entendida por si própria e por seu próprio espírito”.²⁷ Essa afirmação culminou na máxima “a Escritura é a sua própria intérprete”. No sentido passivo, a frase indica que as passagens obscuras da Bíblia devem ser lidas à luz das mais claras.²⁸ Porém, esse não é o único sentido possível. Em seus escritos, Lutero falou da Escritura como sujeito ativo, isto é, no engajamento com a Palavra de Deus, é tarefa do exegeta permitir que o Espírito da Escritura o ilumine (SI 119.105).²⁹

Desse modo, apesar de a Bíblia possuir uma heterogênea estrutura literária, dezenas de autores distintos, e aspectos culturais e históricos diversos, Lutero ensinou que o seu significado “era claro para quem presta atenção à gramática do texto e à liderança do Espírito”.³⁰ Essa propositura, valida o estudo das Escrituras seguindo o método pelo qual uma parte do texto auxilia na compreensão de outro texto, e assim ilumina o entendimento do intérprete. Tal afirmação é verdadeira porque a coesão da Escritura é o resultado de um único autor divino (Pv 30.5,6). Contudo, embora esse método seja legítimo, o estudante das Escrituras precisa do

auxílio de regras básicas para uma correta interpretação. Esse cuidado é importante para não incorrer no erro de fazer um texto significar aquilo que Deus nunca pretendeu.³¹

2. Princípios de Interpretação Bíblica

Nossa *Declaração de Fé* assegura que os pentecostais interpretam as Escrituras “sob a orientação do Espírito Santo, observando as regras gramaticais e o contexto histórico e literário”.³² O historiador Isael de Araujo enfatiza que o método histórico-gramatical vem sendo reafirmado como uma reação ou alternativa em relação ao método histórico-crítico, que foi intensamente difundido no século XX:

A interpretação histórica se refere ao contexto em que os livros da Bíblia foram escritos e às circunstâncias em jogo. A interpretação gramatical se refere à apuração do sentido dos textos bíblicos mediante estudo das palavras e das frases em seu sentido normal e claro. Em termos simples e objetivos, há três estágios para o método: observação (o que *diz* o texto), interpretação (o que *quer dizer* o texto) e aplicação (o que o texto quer dizer *para nós*).³³

Nessa concepção, o artigo em comento destaca que “os defensores desse método na hermenêutica pentecostal argumentam que a intenção autoral propagada pelo método histórico-gramatical é testada pelo tempo (desde os primórdios da igreja com a escola de Antioquia) e ideal para um sadio método de interpretação bíblica pentecostal”.³⁴ Em contrapartida, debate-se a construção da “hermenêutica pentecostal” em solo brasileiro. Essa discussão

resultou na publicação de um manifesto do Conselho de Doutrina e Comissão de Apologética da CGADB, com os seguintes esclarecimentos:

A Hermenêutica Pentecostal sadia não é uma negação do método histórico-gramatical. Por outro lado, não é um apego rigoroso e absoluto a esse método, cujo emprego não conduziu a fé reformada à compreensão e crença na atualidade da obra do Espírito Santo, tal qual prometida por Jesus e vivenciada pelos apóstolos e pelas igrejas do Novo Testamento. Conquanto se valha de ferramentas da erudição bíblica, a Hermenêutica Pentecostal não flerta com quaisquer das aplicações do método histórico-crítico ou da atual crítica literária e histórica que negam a plena inspiração das Escrituras e a literalidade dos milagres.³⁵

Concordes com esse posicionamento, dentre os princípios gramaticais, históricos e literários, enfatizamos que o texto bíblico tem sentido único e sempre que possível deve ser interpretado literalmente. Nesse aspecto, é preciso tomar cuidado com as expressões de uso simbólico/alegórico. Por exemplo, Cristo disse: “Tomai, comei, isto é o meu corpo” (Mt 26.26). Esse texto mostra que corpo aqui não é no sentido literal, mas no figurado. Outro princípio refere-se ao contexto, isto é, analisar os versículos que precedem e seguem o texto que se estuda. Diz a máxima que “texto fora do contexto é pretexto”. Desse modo, observados esses princípios, a Bíblia precisa ser interpretada no todo, nenhuma doutrina pode basear-se em único texto ou em hipóteses particulares (2 Pe 1.20).

3. Os Perigos da Hermenêutica Pós-Moderna

A denominada hermenêutica pós-moderna nega que existe um sentido absoluto para a verdade bíblica, e, portanto, busca rever ou ressignificar a verdade revelada na Palavra de Deus. Nesse debate, a hermenêutica na perspectiva pentecostal também foi acusada de promover interpretações exclusivamente baseadas na experiência do leitor. Diante disso, as Assembleias de Deus no Brasil se manifestaram nos seguintes termos:

É preciso estabelecer com firmeza com o que não comungam os pentecostais clássicos em termos de técnicas de interpretação. Isso é imperativo especialmente diante de métodos hermenêuticos pós-modernos, focados no leitor e não no autor e no texto, e que emprestam à experiência um lugar que a ela não cabe no processo interpretativo. Isso não é Hermenêutica Pentecostal.³⁶

Em suma, nossa ortodoxia refuta todo e qualquer método que nega a inspiração verbal e plenária da Bíblia e sua consequente autoridade (2 Pe 1.21). Assim sendo, o intérprete não pode criar outro cânon dentro do cânon bíblico, ou seja, não cabe ao estudante fragmentar ou relativizar os textos inspirados. Não se pode empregar métodos subjetivos focados nos anseios do leitor em prejuízo do texto e do autor bíblico. Ratifica-se que as experiências devem ser submetidas ao crivo das Escrituras Sagradas (At 17.11). Por fim, as Assembleias de Deus reconhecem que as técnicas hermenêuticas não são infalíveis. Durante o processo de aplicação dos métodos interpretativos, o crente necessita da iluminação do Espírito Santo (1 Co 2.12).³⁷

¹ WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 12.

² A concordância com o exegeta referenciado é meramente conceitual. Discordamos da forma de aplicação do método histórico-crítico defendido por ele, quando este ressignifica ou relativiza o texto bíblico.

³ WEGNER, 1998, p. 12.

⁴ CARSON, D. A. **A Exegese e suas falácias**: perigos na interpretação da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 15.

⁵ HENRICHSEN, Walter A. **Princípios de interpretação da Bíblia**. São Paulo: Mundo Cristão, 1997, p. 10.

⁶ COMFORT, Philip Wesley. **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 68.

⁷ SILVA, Antonio Gilberto da (Ed.). **Teologia sistemática pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 24.

⁸ SILVA (Ed.), 2013, p. 24.

⁹ CARSON, 1999, p. 15.

¹⁰ Esse termo adquiriu sentido mais técnico desde o quarto século, especialmente no contexto das controvérsias teológicas que povoaram o quarto e o quinto séculos da era cristã. Os que viveram próximo do colegiado apostólico de Cristo são chamados de Pais Apostólicos. E os que viveram depois são divididos em pais ante-nicenos e pós-nicenos em referência ao Concílio de Niceia realizado em 325 d.C.

¹¹ OLIVEIRA, Raimundo Ferreira de. **Princípios de hermenêutica**. Campinas, EETAD, 2001 p. 7,8.

¹² BERKHOF, L. **Princípios de interpretação bíblica**. Rio de Janeiro: JUERP, 1981, p. 26.

¹³ BERKHOF, 1981, p. 30.

¹⁴ MENZIES, William; HORTON, Stanley. **Doutrinas bíblicas**: os fundamentos da nossa fé. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 22.

¹⁵ Rudolf Bultmann (1884-1976) publicou uma série de obras que evidenciam a sua crença de que o discurso bíblico é mitológico e, como tal, não pode ser proposto ao homem de hoje. (GIBELLINE, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 33-56).

¹⁶ BULTMANN, Rudolf. **Jesus Cristo e mitologia**. São Paulo: Editora Novo Século, 2000, p. 29.

- ¹⁷ GEISLER, Norman (Org.). **A inerrância da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2003, p. 12.
- ¹⁸ MENZIES, 1995, p. 19.
- ¹⁹ CHAFER, Lewis Sperry. **Teologia sistemática**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 141.
- ²⁰ CHAFER, 2003, p. 144.
- ²¹ HARPER, A. F. **Comentário bíblico Beacon**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, vol. 9, p. 131.
- ²² BAPTISTA, Douglas. **A igreja eleita**. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p. 56.
- ²³ HENRICHSEN, 1997, p. 18.
- ²⁴ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 127,165-166.
- ²⁵ FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?** São Paulo: Vida Nova, 2001, p.25.
- ²⁶ STARLING, David L. **Hermenêutica**: a arte da interpretação ensinada pelos próprios escritores bíblicos. Rio de Janeiro: CPAD, 2019, p. 24.
- ²⁷ STARLING, 2019, p. 24.
- ²⁸ VANHOOZER, Kevin J. **Há um significado neste texto?** São Paulo: Vida, 2006, p. 171.
- ²⁹ STARLING, 2019, p. 26.
- ³⁰ VANHOOZER, 2006, p. 171.
- ³¹ FEE, 2001, p.26.
- ³² SOARES (Org.), 2017, p. 29.
- ³³ ARAUJO, Isael de. "História da Hermenêutica Pentecostal". Revista *Obreiro Aprovado*. Ano 44, n. 92, 1º Trimestre 2021. Rio de Janeiro: CPAD, 2021, p. 28.
- ³⁴ ARAUJO, 2021, p. 29-30.
- ³⁵ MANIFESTO DA ASSEMBLEIA DE DEUS. **Manifesto do Conselho de Doutrina e da Comissão de Apologética da CGADB sobre Hermenêutica Pentecostal**. Publicado em 12 abril 2021. Disponível em: <<https://cpadnews.com.br/assembleia-de-deus/53788/manifesto-do-conselho-de-doutrina-e-da-comissao-de-apologetica-da-cgadb-sobre-hermeneutica-pentecostal.html>>. Acesso em: 25 agosto 2021.
- ³⁶ MANIFESTO DA ASSEMBLEIA DE DEUS, 12 abril 2021.
- ³⁷ MANIFESTO DA ASSEMBLEIA DE DEUS, 12 abril 2021.

Capítulo 6



A BÍBLIA COMO UM GUIA PARA A VIDA

“Lâmpada para os meus pés é tua palavra e luz, para o meu caminho.” (Sl 119.105)

A Bíblia Sagrada, quando crida e obedecida, torna-se um seguro, autêntico e verdadeiro guia para o viver cristão. O texto sagrado aponta para Cristo como o único caminho que conduz à vida abundante (Jo 10.10). O próprio Cristo nos adverte ao exame das Escrituras porque nelas estão reveladas as palavras de vida eterna (Jo 5.39). O apóstolo Tiago assevera que a Palavra de Deus transforma a nossa natureza, e nos conduz pela vereda da salvação (Tg 1.21). Em vista disso, Peter Davids assinala “não ser suficiente que a pessoa esteja convencida a respeito de Jesus; a pessoa deve entregar-se a Cristo, aceitar seu ensino, e essa fidelidade é o estilo de uma nova vida”.¹

Nessa nobre tarefa, a imutável e inerrante Palavra de Deus alumia o caminho que devemos trilhar com plena segurança. O Senhor Jesus alerta que a porta é estreita, e o caminho é apertado, porém, é o único que leva à vida, e poucos há que o encontram (Mt 7.14). Nesse aspecto, Tasker lembra que “o que torna o caminho estreito difícil de achar é a existência de numerosos mestres falsos que têm as suas próprias fórmulas para o bem-estar do homem”.² Assim, por meio da irrestrita obediência às Escrituras e o temor a Deus,

recebemos sabedoria e prudência para andar como filhos da luz (Ef 5.8). Neste capítulo, veremos que a Escritura serve como alicerce de sabedoria e prudência.

I – A BÍBLIA É UM ALICERCE PARA A VIDA

1. A Palavra de Deus É Alicerce

Importante ressaltar que a Bíblia é a única infalível revelação escrita, divinamente inspirada (2 Tm 3.16; Ap 1.1). Quem ouve e coloca em prática a Palavra de Deus é comparado a uma pessoa prudente cuja casa é alicerçada sobre a rocha (Mt 7.24). Na última seção do sermão do Monte, pouco antes do epílogo, Cristo narra a parábola dos “construtores sábios e os construtores tolos” (Mt 7.24-27). Os editores do *Comentário Bíblico Pentecostal* chamam atenção para o paralelismo clássico apresentado na parábola: “o sábio constrói sobre a rocha; o tolo constrói sobre a areia”.³ E quem é o sábio? “Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras [de Cristo], e as pratica” (Mt 7.24); conseqüentemente o tolo é “aquele que ouve estas minhas palavras [de Cristo], e não as cumpre” (Mt 7.26).

Nessa ilustração de Jesus, a casa simboliza a vida. A pessoa prudente constrói a sua casa e estabelece toda a sua vida em submissão genuína à Palavra de Cristo. A pessoa desobediente constrói sobre o fundamento frouxo da confiança própria e de falsas esperanças. Ambas as construções sofrem com as intempéries da vida: a chuva torrencial, a inundação e o temporal (Mt 7.25,27).

Esses elementos simbolizam os tempos difíceis da nossa vida: perseguições, traições, doenças, violências e sofrimentos diversos. É importante notar que Cristo já tinha ensinado que o Pai “faz que o seu sol se levante sobre maus e bons e a chuva desça sobre justos e injustos” (Mt 5.45). Significa que ninguém está imune das adversidades da vida.

Entretanto, existe uma diferença crucial entre os dois construtores, em especial no enfrentamento desses problemas. A casa edificada sobre a rocha, apesar de ter sido ferozmente combatida, nem caiu e nem quebrou (Mt 7.25). Porém, um toque dramático é acrescentado à casa fundada na areia: “caiu, e foi grande a sua queda” (Mt 7.27). A parábola claramente ensina que nossa vida deve estar edificada nos ensinamentos de Cristo a fim de alcançar a virtude e um destino glorioso (Jo 3.16). O próprio Cristo é a rocha sobre a qual devemos edificar a nossa casa (1 Co 10.4). É somente pela nossa união com Cristo que podemos ter esperança e segurança. Ele tem as palavras de vida eterna (Jo 6.68). A síntese desse grande ensinamento é que nem as crises dessa vida e nem a eternidade poderá abalar quem está firmado em Cristo e na sua Palavra (Mt 7.25).

2. A Palavra de Deus É Luz

Os Salmos declaram que a Palavra de Deus é “lâmpada para os pés” e “luz para o caminho” (Sl 119.105). Ao dissertar acerca desse salmo, Charles Spurgeon escreveu: “um dos benefícios mais

práticos dos textos sagrados é a orientação nos atos da vida diária; esta tocha não é enviada para nos assombrar com seu brilho, mas para nos orientar com a sua instrução”.⁴ Quer dizer que a Bíblia possui orientações para cada passo do nosso viver e instruções para todo o curso da nossa vida. No salmo em questão, Davi guia os seus passos pelas Escrituras e assume o compromisso de guardar os seus estatutos (Sl 119.106).

O apóstolo Pedro fala da Palavra como “uma luz que alumia em lugar escuro” (2 Pe 1.19). Sobre essa declaração, o *Comentário de Aplicação Pessoal* discorre que “temos as Escrituras como a nossa luz e o Espírito Santo para esclarecer e nos orientar, à medida que aprendemos mais sobre a verdade”.⁵ Implica dizer que aquele que não é guiado pelas Escrituras encontra-se desorientado, cedo ou tarde irá tropeçar, e conseqüentemente sucumbirá. Somente a luz das Escrituras dissipa a escuridão espiritual e nos conduz em segurança pelo caminho da vida eterna.

A respeito disso, Cristo declarou: “Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andarรก em trevas” (Jo 8.12). Essa afirmação do Senhor Jesus lembra a coluna de fogo que orientou os filhos de Israel durante a noite nas suas peregrinações no deserto (Êx 13.21). O *Comentário Bíblico Beacon* enfatiza que “da mesma maneira como Jeová era o seu guia e Iluminador naquela ocasião, assim também Jesus é o EU SOU, sempre presente, sempre iluminado, dispersando a escuridão”.⁶ E, nessa direção, também Paulo ensina

que devemos andar como filhos da luz (Ef 5.8), isto é, afastados da prática do pecado (1 Jo 3.6).

3. A Palavra de Deus É Imutável

Tendo a inspiração divina como pressuposto, ratificamos que a Palavra de Deus é a nossa autoridade final de fé e prática (2 Pe 1.21). A Bíblia difere de outros livros porque seus ensinamentos são fidedignos e confiáveis, não erram e nem falham. O Senhor Jesus declarou enfaticamente que “a Escritura não pode ser anulada” (Jo 10.35). Compreende-se a partir dessa sentença que a Escritura não pode ser invalidada (Mc 7.13), isto é, a Palavra de Deus não pode ser colocada de lado quando seu ensino não convém ou não agrada as pessoas. Não pode ser ressignificada para atender aos ideais e aspirações do humanismo. O que está escrito permanece escrito.⁷

Desse modo, o texto bíblico permanece inalterado e “imexível”. Cristo foi quem assegurou essa certeza ao declarar: “passará o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão” (Mc 13.31). Deus não muda (Ml 3.6), Ele é fiel ao concerto estabelecido, e, por conseguinte, a sua Palavra é imutável. O apóstolo Tiago escreve que em Deus “não há mudança, nem sombra de variação” (Tg 1.17). Ele é plenamente confiável, sua Palavra é absolutamente constante. Deus não mente (Nm 23.19), e nem pode mentir (Hb 6.18). Portanto, os princípios bíblicos e as doutrinas revelados nas

Escrituras têm aplicação hoje, assim como tiveram antigamente (Is 55.11).

Em suma, os padrões da ética e da moral cristã não sofrem mudanças (1 Pe 1.20). Os valores cristãos são permanentes, pois a fonte de autoridade é permanente (Mt 5.18). Não cabe ao cristão contradizer e nem ajustar as Escrituras para atender aos interesses das ideologias pós-modernas. Assim sendo, o comportamento e o caráter do cristão se alicerçam nas doutrinas bíblicas (Ef 2.20). Os textos aqui citados, e tantos outros que por falta de espaço não foram mencionados, atestam que a Bíblia Sagrada é exatamente aquilo que ela afirma ser: a inspirada, inerrante e infalível Palavra de Deus.

II – A BÍBLIA NOS TORNA PESSOAS SÁBIAS

1. O Conceito de Sabedoria

O substantivo hebraico para sabedoria é “*hokmãh*”. O *Dicionário Vine* anota que essa palavra aparece 141 vezes no Antigo Testamento, e, na maior parte das vezes, em Jó, Provérbios e Eclesiastes. O termo significa “o conhecimento e a habilidade de fazer escolhas certas no momento oportuno. A consistência de fazer a escolha certa é indicação de maturidade e desenvolvimento”.⁸ A palavra correspondente para sabedoria em grego é “*sophia*”, e está relacionada e se assemelha com a prática da prudência, isto é, “a capacidade de discernir modos de ação com vistas aos seus

resultados”.⁹ Em síntese, ambos os termos têm o sentido de “habilidade”, “experiência” e “qualidade de quem é sábio”.

O teólogo Russel Joyner assegura que a Bíblia coloca a sabedoria no âmbito da prática, por isso a verdadeira sabedoria “reúne o conhecimento da verdade com a experiência do cotidiano”.¹⁰ Significa que o conhecimento absorvido pela mente deve ser aplicado em todas as situações da vida. A orientação de provérbios “adquire a sabedoria, adquire a inteligência” (Pv 4.5) sublinha que não é suficiente acumular informações e encher o intelecto de conhecimento. A sabedoria ultrapassa o conhecimento dos fatos, das leis e das ciências. Nesse aspecto, o conhecimento sem a prática adequada do aprendizado não produz sabedoria (Pv 3.7).

2. Deus É a Fonte da Sabedoria

A sabedoria é um dos atributos divinos (Dn 2.20). As Escrituras nos exortam a adorar “o único Deus sábio” (Rm 16.27; 1 Tm 1.17; Jd 1.25). Ele é a única fonte da genuína sabedoria (Pv 2.6; Ef 1.16,17). O erudito Louis Berkhof analisa que “pode-se considerar a sabedoria de Deus como um aspecto do seu conhecimento [...] ela indica o fato de que Ele sempre busca os melhores fins possíveis, e escolhe os melhores meios para a consecução dos seus propósitos”.¹¹ Nesse entendimento, Charles Hodge afirma que “todas as obras de Deus declaram sua sabedoria. Elas mostram, desde as menores até as maiores, a mais prodigiosa adaptação de

meios para a concretização do sublime fim do bem-estar de suas criaturas e para a manifestação de sua própria glória”.¹² Mercê dessas verdades, ratifica-se que somente Deus é detentor de tamanha sabedoria. O apóstolo Paulo assevera que a sabedoria divina é inescrutável (Rm 11.33).

A Bíblia ainda ensina que toda a sabedoria dos santos provém da parte de Deus segundo o beneplácito da sua vontade (Ef 1.8,9). Por meio da graça, Deus faz os crentes transbordarem com sabedoria e discernimento (1 Co 1.21, 24; 1 Tm 1.14). Paulo escreve que Deus fez Cristo ser a sabedoria em nós (1 Co 1.30). Nesse aspecto, William Hendriksen ratifica que essa sabedoria “é a capacidade de aplicar o conhecimento para melhor proveito, capacitando uma pessoa a usar os meios mais eficazes para alcançar a meta mais elevada”.¹³ Isso implica a compreensão do plano divino da salvação e da aplicação das Escrituras no dia a dia da caminhada cristã. Em resumo, visto que Deus é a verdadeira sabedoria, as suas palavras e seus atos são igualmente sábios (Sl 19.7; Pv 3.19). Portanto, todos que vivem de acordo com os preceitos da Palavra de Deus são considerados pessoas sábias (1 Co 2.6,7).

3. O Temor É o Princípio da Sabedoria

A Bíblia registra que “o temor do Senhor é o princípio do saber” (Pv 1.7, ARA). A expressão “temor do Senhor” aparece doze vezes no livro de Provérbios, e no modo imperativo “Temei ao Senhor” é

encontrado outras quatro vezes (Pv 1.7,29; 2.5; 3.7; 8.13; 9.10; 10.27; 14.2,26,27; 15.16,33; 16.6; 22.4; 23.17; 24.21). A reiterada repetição dessa frase denota o princípio fundamental da religião revelada: “o temor a Deus”.¹⁴ O *Dicionário Bíblico Wycliffe* apresenta o seguinte conceito para a palavra “temor”:

Um temor santo (heb. *yir'a*, gr. *phobos*) que significa ter grande temor ou respeito pela majestade e santidade de Deus, uma reverência piedosa (Gn 20.11; Sl 34.11; At 9.31; Rm 3.18). Davi fala desse temor como sendo limpo e puro (Sl 19.9); [...] Este temor é dado por Deus e permite que o homem respeite a autoridade de Deus, obedeça aos seus mandamentos, se desvie do mal (1Sm 12.14,20-25; Sl 2.11; Pv 8.13; 16.6) e busque constantemente a santidade (2Co 7.1; Fp 2.12). Os gentios convertidos ao judaísmo, que criam em Deus, eram chamados de tementes a Deus (At 10.2,22; 13.26).¹⁵

Diante dessa definição, “temer ao Senhor” não significa ter medo, fobia ou terror de Deus; ao contrário, expressa reverência, gratidão e adoração ao Todo-Poderoso (Dt 10.12). Essa atitude é o preceito pelo qual se inicia a sabedoria. O temor ao Senhor é o primeiro e controlador princípio, não é uma etapa que se abandona, não é apenas um método correto de pensamento, mas, sim, um relacionamento correto de submissão e adoração a Deus.¹⁶ O temor a Deus é o ponto de partida que produz o verdadeiro entendimento, o sábio proceder (Rm 12.1,2).

Aqui importa ressaltar, como já observado, que o conhecimento e a sabedoria não são a mesma coisa, embora os termos estejam relacionados entre si. Uma pessoa iletrada pode ultrapassar em

sabedoria quem tem elevado grau de instrução. O conhecimento é adquirido pelo estudo, mas a sabedoria resulta da compreensão de todos os fatos relevantes a respeito da vida, inclusive as coisas espirituais.¹⁷ E, assim, por meio do entendimento e obediência às Escrituras, os cristãos passam a viver como pessoas sábias (Ef 5.15). Em contraste, os que rejeitam o Senhor e a sua Palavra permanecem na ignorância (Sl 14.1).

4. Os Benefícios da Sabedoria

O salmista declara que o ato de meditar na Palavra de Deus o tornou mais sábio que todos a sua volta (Sl 119.97-100). Essa afirmação significa que ele adquiriu sabedoria ao aplicar os preceitos do Senhor na sua vida. Davi expressa seu profundo amor pela Lei do Senhor, e faz dela a sua meditação diária (Sl 119.97). Como resultado, tornou-se mais sábio do que os inimigos (Sl 119.98); mais entendido que os mestres (Sl 119.99); e mais prudente que os anciãos (Sl 119.100). Ao comentar esse texto, Spurgeon assinala que “ele tinha sido ensinado a observar no coração e na vida os preceitos do Senhor [...] Ele tinha a Palavra dentro de si, e assim superou seus adversários; ele meditava nela, e assim ultrapassou seus amigos; ele a praticava, e assim ofuscou os seus antepassados”.¹⁸

Salomão assegura que a pessoa sábia tem muitos benefícios: “Se fores sábio, para ti sábio serás; e, se fores escarnecedor, tu só o

suportarás” (Pv 9.12). Nesse versículo, destaca-se o conceito da responsabilidade individual. Derek Kidner sublinha que as pessoas recebem benefício ou sofrem por causa do caráter que cada um possui (Pv 10.1). O texto bíblico ressalta que, em última análise, quem ganha ou perde é a própria pessoa.¹⁹ Desse modo, aquele que teme ao Senhor desfruta das benesses da sabedoria, dentre elas, acumula conhecimento para usar na ocasião certa (Pv 10.14); conquista outras almas para também serem sábias (Pv 11.30); em virtude do bom senso, torna-se próspero em todos os seus caminhos (Pv 19.8); e não apenas controla seus impulsos, mas exerce o domínio próprio (Pv 29.11). Em vista disso, a Escritura nos adverte com frequência a empregar esforços na busca da sabedoria (Pv 2.2; 3.21; 4.5,7; 16.16; 23.23).

III – A BÍBLIA E A PRUDÊNCIA PARA A VIDA

1. O Conceito de Prudência

O *Dicionário Bíblico Wycliffe* informa que o termo hebraico “*arum*” é usado no sentido positivo para identificar uma pessoa sensata: “a sabedoria do prudente é entender o seu caminho” (Pv 14.8); “o prudente atenta para os seus passos” (Pv 14.15); “os prudentes se coroarão de conhecimento” (Pv 14.18); e “o que observa a repreensão prudentemente se haverá” (Pv 15.5). Porém, a expressão ainda pode ser empregada no mau sentido para identificar alguém sagaz ou astuto: “Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo” (Gn 3.1); “Ele aniquila as

imaginações dos astutos [...] Ele apanha os sábios na sua própria astúcia” (Jó 5.12,13); “tu escolheste a língua dos astutos” (Jó 15.5); e “tomaram astuto conselho contra o teu povo” (Sl 83.3, ACF).²⁰ Destaca igualmente que a expressão hebraica “*bin*” e o adjetivo grego “*synetos*” apontam para uma decisão inteligente: “o sábio de coração será chamado prudente” (Pv 16.21); “o procônsul Sérgio Paulo, que era um homem inteligente” (At 13.7, NAA). Desse modo, no aspecto positivo, os textos sinalizam uma conduta não precipitada.

O *Dicionário Vine* enfatiza que o substantivo grego “*phronesis*” e suas declinações implica “ter entendimento” e denota “sabedoria prática, prudência na administração dos negócios” (Lc 1.17; Ef 1.8). Já o substantivo “*synesis*” é traduzido por “inteligência” e sugere “rapidez de apreensão”, a “consideração penetrante que precede a ação” (1 Co 1.19).²¹ Essa concepção pode ser vista equitativamente nos tratados da filosofia aristotélica:

O ato prudente considera as circunstâncias, prevê as possíveis consequências, analisa os antecedentes, compara a ação com obras semelhantes, pondera os prós e contras, reprime as paixões que escurecem a razão, delimita os interesses próprios da decisão correta. O exame e a reflexão poderão realizar-se com maior ou menor velocidade dependendo do indivíduo e da magnitude e qualidade da ação.²²

Tomás de Aquino (1225-1274 d.C) define a prudência como razão reta do agir (latim: *recta ratio agibilium*). Considera como uma virtude própria da razão prática. Em outras palavras, Aquino ensina

que é próprio do homem prudente a capacidade de deliberar bem em vista de certo fim.²³ Em vista disso, em termos gerais, a prudência é a virtude própria da boa escolha que evita ações temerárias. Refere-se à faculdade crítica de avaliar situações e encontrar a maneira adequada de abordagem na busca da melhor solução. Nesse aspecto, com cautela e bom senso, uma pessoa prudente é capaz de discernir e fazer a escolha correta. Contudo, convém esclarecer que biblicamente a prudência está unida estreitamente à sabedoria. E, como já visto, a sabedoria procede de Deus (Ef 1.8,9). Por isso, a prudência é sobretudo uma virtude de quem é sábio, e, portanto, habilitado a realizar as escolhas certas (Dt 30.19; Lc 10.42).

2. A Prudência dos Justos

Esse termo é empregado pelo evangelista Lucas quando descreve o ministério de João Batista. A missão do precursor do Messias é converter o coração “dos pais aos filhos” e os rebeldes à “prudência dos justos” (Lc 1.17). Ao discorrer sobre essa última declaração, Matthew Henry observa que “a verdadeira religião é a sabedoria dos homens justos, diferentemente da sabedoria do mundo. Sermos religiosos é, ao mesmo tempo, a nossa sabedoria e o nosso dever; nisto existe tanto equidade quanto prudência”.²⁴ Significa que o Evangelho tem como desígnio trazer as pessoas de volta para Deus. E, quando isso acontece, os ignorantes, desobedientes e

rebeldes de outrora se tornam sábios, justos e prudentes. Essa sabedoria prática que orienta e corrige o viver diário é o resultado da verdadeira conversão a Cristo. Aqueles que experimentam o novo nascimento desenvolvem o caráter e praticam a boa conduta dos justos.

Nesse sentido, a mensagem da salvação em Cristo não apenas restaura o pecador, mas também o faz andar por veredas de retidão. Salomão assegura que “a vereda dos justos é como a luz da aurora” (Pv 4.18). Hernandes Lopes considera que não se trata apenas de um caminho iluminado, “mas um caminho cuja luz vai crescendo como a luz do sol até ser dia perfeito [...] sua história começa na conversão e avança no processo da santificação, mas seu alvo é a glorificação, o dia perfeito”.²⁵ O apóstolo Paulo declara que a graça de Deus nos alcança o perdão, e ainda a sabedoria e a prudência (Ef 1.7,8). A sabedoria para compreender a verdade revelada, e a prudência para agir corretamente, segundo a vontade de Deus (Ef 1.9). Essas dádivas são aperfeiçoadas pela oração, leitura das Escrituras e comunhão com o Espírito Santo (1 Ts 5.17; 2 Tm 3.14,15; Ef 5.18).

3. Os Benefícios da Prudência

O livro de Provérbios descreve os propósitos e os benefícios da prudência (Pv 1.1-6). Nessa direção, o preâmbulo articula os objetivos do texto (Pv 1.2-6) e o seu destinatário (Pv 1.4,5). Cada

versículo começa com a expressão “para”, com exceção do versículo 5, em que o termo não aparece, mas está implícito. Essa série de frases é um sumário das finalidades dos provérbios de Salomão, a saber: “para se conhecer a sabedoria e a instrução” (Pv 1.2a); “para se entenderem as palavras da prudência” (Pv 1.2b); “para aceitar o comportamento prudente” (Pv 1.3a); “para fazer o que é reto, justo e íntegro” (Pv 1.3b); “para dar perspicácia e discricção” (Pv 1.4); “[para] o sábio aumentar o aprendizado” (Pv 1.5a); “[para] o criterioso adquirir orientação” (Pv 1.5b); e “para entender um provérbio e os ditos dos sábios” (Pv 1.6).

Para alcançar essas metas, o livro apresenta instruções éticas no intuito de moldar o caráter que resulta em benesses para os que escutam e praticam as sábias instruções. Dentre elas, destaca-se: o autocontrole para não revidar ofensas (Pv 12.16). Ao contrário, aquele que não tem a capacidade de controlar as emoções é insensato. Bruce Waltke salienta que “os sábios consideravam essa disposição interna de exasperação uma emoção perigosa: ela mata o insensato (Jó 5.2) e deve ser contida; o sábio não a demonstra”.²⁶ Outro proveito da prudência é a postura de humildade para não exibir conhecimento (Pv 12.23). Hernandez Lopes avalia que o prudente “não enaltece a si mesmo como um fariseu soberbo nem se compara aos demais apenas para se sobressair. A humildade é o caminho da honra, enquanto a altivez é a autopista da vergonha”.²⁷

A prudência, inclusive, favorece na correta tomada de decisões (Pv 13.16). Bruce Waltke comenta que a pessoa prudente se protege por meio de “um conhecimento que inclui ver o perigo de antemão e se refugiar, e que fala com cautela e prudência”.²⁸ A pessoa prudente, ainda, pensa antes de agir para não ser influenciada (Pv 14.15). Derek Kidner sublinha que o tolo ou o ingênuo “aceita de segunda fonte aquilo que deveria ser averiguado por conta própria [...] agindo de acordo com o estado dos sentimentos, e não com os méritos do caso”.²⁹ O prudente, também, alcança boa reputação e alta posição (Pv 14.35). Hernandes Lopes anota que “se formos prudentes, ceifaremos favor; se formos indignos, colheremos fúria. O empregado prudente que vive de forma irrepreensível, fala de forma irrefutável e realiza obras inegáveis goza do respeito e do favor de seus superiores”.³⁰ O prudente, igualmente, sujeita-se ao aprendizado e a correção (Pv 15.5). Todo aquele que atende a repreensão e aceita humildemente a disciplina se comporta com prudência. O caminho da vida não é a rebeldia, mas a obediência.³¹ Além disso, a pessoa prudente desvia-se do perigo por meio de soluções cautelosas e antecipadas (Pv 22.3).

Nos Evangelhos, Cristo enfatizou que a pessoa prudente tem a Palavra de Deus como alicerce e regra de vida (Mt 7.24). Nesse ponto, Tasker sublinha que “o homem cuja fé em Cristo é real e sincera poderá sobre esta fé, e o fará, construir o edifício do caráter

crisão, que resistirá às tempestades de incompreensão e desapontamento, de cinismo e dúvida, de sofrimento e perseguição, quando ameaçarem destruí-lo”.³² Ademais, o Senhor ensinou que o servo prudente procede com retidão e cumpre seus deveres com fidelidade (Mt 24.45). Mantém-se ocupado, cumprindo fielmente as suas tarefas, e desse modo se conserva preparado para quando o seu Senhor chegar.³³ Na parábola das dez virgens, Jesus ensina que a pessoa prudente cuida com esmero da sua vida espiritual e mantém acesa a chama do Espírito (Mt 25.4). Myer Pearlman considera que “as virgens prudentes representam aqueles crentes que, reconhecendo possível demora do Noivo, não somente o aguardam pacientemente, como conservam-se diligentemente num estado espiritual apropriado a qualquer chamada repentina”.³⁴ Em vista disso, a Bíblia nos exorta a viver prudentemente, e não como néscios (Ef 5.15).

¹ DAVIDS, Peter H. **Novo comentário bíblico contemporâneo**: Tiago. São Paulo: Vida, 1997, p. 58.

² TASKER, R. V. G. **Mateus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 66.

³ STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário bíblico pentecostal**: Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 62.

⁴ SPURGEON, Charles. **Os tesouros de Davi**. Vol. 3. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 414.

⁵ **Comentário do Novo Testamento**: aplicação pessoal. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 748.

⁶ HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário bíblico Beacon**. Vol. 7. Rio de Janeiro: CPAD, 2019, p. 82.

- ⁷ BRUCE, F. F. **João**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2002, p. 205.
- ⁸ VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 271.
- ⁹ VINE, 2002, p. 960.
- ¹⁰ JOYNER, Russel. “O Deus Único e Verdadeiro”. In : HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1997, p. 134.
- ¹¹ BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 67.
- ¹² HODGE, Charles. **Teologia sistemática**. São Paulo; Hagnos, 2001, p. 303
- ¹³ HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento**: Efésios e Filipenses. São Paulo; Cultura Cristã, 2013, p. 101
- ¹⁴ HARPER, vol. 3, 2005, p. 360.
- ¹⁵ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 1892.
- ¹⁶ KIDNER, Derek. **Provérbios**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 57.
- ¹⁷ BERKHOF, 2012, p. 67.
- ¹⁸ SPURGEON, p. 401.
- ¹⁹ KIDNER, 2011, p. 80.
- ²⁰ PFEIFFER, 2006, p. 1621.
- ²¹ VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 913.
- ²² ZAGAL, Héctor. “Sýnesis, Euphyía e Anchínoia em Aristóteles. Algumas habilidades para el conocimiento del singular”. In: **Anuário Filosófico**, 1999, vol. 32, p. 129.
- ²³ AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001-2006, v. II, parte II, q.47, a.2.
- ²⁴ HENRY, Matthew. **Comentário bíblico Novo Testamento**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 513.
- ²⁵ LOPES, Hernandes Dias. **Provérbios**: manual de sabedoria para a vida. São Paulo: Hagnos, 2016, p. 93.
- ²⁶ WALTKE, Bruce K. **Comentários do Antigo Testamento**: Provérbios. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 660.
- ²⁷ LOPES, 2016, p. 222.
- ²⁸ WALTKE, 2011, p. 697.

²⁹ KIDNER, Derek. **Provérbios**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 104.

³⁰ LOPES, 2016, p. 272.

³¹ LOPES, 2016, p. 279.

³² TASKER, R. V. G. **Mateus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 67,68.

³³ HARPER, 2019, vol. 6, p. 169.

³⁴ PEARLMAN, Myer. **Mateus**: o Evangelho do Grande Rei. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 195.

Capítulo 7



A BÍBLIA TRANSFORMA AS PESSOAS

“Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até à divisão da alma, e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração.” (Hb 4.12)

A Bíblia Sagrada é um livro de origem divina. Seu autor é o único Deus vivo e verdadeiro (Jo 17.3). Por isso, a sua mensagem transforma o nosso entendimento, e nos faz compreender “a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12.2). As Escrituras ensinam que o Altíssimo não tolera a soberba humana que rejeita a revelação divina. Os israelitas que se rebelaram contra ela sucumbiram no deserto. A Palavra de Deus examina os segredos humanos e desfaz todos os conselhos mundanos. Os humildes que se sujeitam a Deus e a sua Palavra são transformados e agraciados com a plenitude das bênçãos divinas. Neste capítulo, veremos que a Bíblia é viva e eficaz, transpassa o interior do ser humano; tal qual uma espada, anula os conselhos do mundo e nos capacita a viver em humildade diante de Deus.

I – A BÍBLIA É A PALAVRA VIVA DE DEUS

1. A Palavra de Deus É Viva e Eficaz

Os israelitas não entraram em Canaã por negligenciar a Palavra de Deus: “aqueles a quem primeiro foram pregadas as boas-novas não entraram por causa da desobediência” (Hb 4.6). O autor aos

Hebreus faz um alerta para os cristãos não cometerem o mesmo erro: “Procuremos, pois, entrar naquele repouso, para que ninguém caia no mesmo exemplo de desobediência” (Hb 4.11). Nesse propósito, ele lembra que a “palavra de Deus é viva” (Hb 4.12a). O Comentário Esperança descreve que “viva é a Palavra de Deus, porque jorra da fonte de toda a vida, que jamais seca (Sl 36.10) e é capaz de infundir nova vida nos corações humanos (Jo 6.63; 1Pe 1.23-25; Is 40.8)”.¹ Donald Guthrie argumenta “que a Palavra é viva e demonstra que reflete o caráter verdadeiro do próprio Deus, a fonte de toda a vida”.² Em suma, a “Palavra é viva” pois o Deus da Palavra é um “Deus vivo” (Hb 3.12; 9.14; 10.31; 12.22).

Portanto, a Palavra de Deus deve ser obedecida a fim de evitar o juízo e a morte (Dt 32.46,47). Não se trata de ensino obsoleto, ao contrário, a Palavra de Deus vive e permanece viva porque o Altíssimo vive desde a eternidade (1 Pe 1.23). A Palavra de Deus, pelo seu próprio caráter exige uma resposta autêntica por parte daqueles que a escutam.³ Por essas razões, a Palavra é igualmente eficaz, ativa e poderosa. O termo grego “*energes*”, traduzido por eficaz, descreve a Palavra de Deus como cheia de poder para alcançar resultados.⁴ O teólogo Flanigan considera que “não há ninguém, e nada, fora do alcance do seu poder. Ao ser aplicada em poder, ela revelará a fraqueza do coração incrédulo”.⁵ A Palavra de Deus desafia e reclama decisões em respostas as suas

exortações.⁶ Ela opera a vontade de Deus, jamais volta vazia e sempre realiza o seu propósito (Is 55.11).

2. A Palavra de Deus É Espada Penetrante

O texto sagrado descreve as Escrituras como “mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes” (Hb 4.12b). A comparação da Palavra de Deus como uma espada é de emprego frequente na Bíblia Sagrada (Ef 6.17; Ap 1.16; 2.12; 19.13-15). O uso figurado da espada de dois gumes simboliza que a Palavra de Deus é tão bem afiada que nada existe que ela não possa transpassar. Simon Kistemaker adverte que “o simbolismo transmite a mensagem de que o julgamento de Deus é severo, justo e terrível. Deus tem o poder supremo sobre suas criaturas; aqueles que se recusam a escutar sua Palavra enfrentam julgamento e morte, enquanto aqueles que obedecem a ela entram no descanso de Deus e têm vida eterna”.⁷ Implica dizer que a raça humana será julgada pela autoridade da Palavra de Deus.

À Igreja em Pérgamo, o Senhor ordenou o arrependimento sob pena do juízo pela espada da Sua boca (Ap 2.16). Assim sendo, nenhuma resistência humana consegue impedir a ação da espada do Espírito (Ef 6.17). Essa espada que é a Palavra de Deus “penetra até à divisão da alma, e do espírito, e das juntas e medulas” (Hb 4.12c). Neil Lightfoot anota que “nenhum segmento da personalidade humana pode escapar ao seu gume aguçado [...] Ela

peneira inteiramente tudo o que está acumulado no coração. Tem, como Deus, a capacidade de examinar tudo o que está oculto no mais íntimo do homem”.⁸ Significa que ela atinge o âmago de nosso interior, examina os segredos obscuros e revela o nosso verdadeiro caráter; ainda expõe os desejos de nossa alma e os conflitos entre o nosso espírito e a carne (Gl 5.17).

3. A Palavra de Deus É Apta para Discernir

A mensagem bíblica também “é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração” (Hb 4.12d). O termo grego “*kardia*”, traduzido como “coração”, é usado figurativamente para se referir às fontes ocultas da vida pessoal. Em seu significado moral, inclui as emoções, a razão e a vontade.⁹ No livro aos Hebreus, o termo é aplicado tanto no sentido negativo como positivo. Negativamente, o coração pode ser “endurecido” (Hb 3.8,15; 4.7); pode “errar” ou “desviar-se” (Hb 3.10); e ser “mau e infiel” (Hb 3.12). Positivamente, a lei de Deus pode ser “escrita no coração” (Hb 8.10; 10.16); o coração pode ser “purificado da má consciência” (Hb 10.22); e, ainda, o coração pode ser “fortalecido pela graça” (Hb 13.9).¹⁰ Flanigan elucida que, no texto em questão, a Palavra de Deus “tem habilidade para julgar todo movimento e sentimento do coração. Ela pode julgar nossos pensamentos antes deles se tornarem palavras, e nossas intenções antes delas se tornarem ações”.¹¹ A declaração em Hebreus ensina que nada está imune ao discernimento da

Palavra de Deus. Simon Kistemaker registra que “nada permanece intocável pela Escritura, pois ela se dirige a todos os aspectos da vida do homem [...] Todos os recessos do corpo e da alma — incluindo os pensamentos e atitudes — enfrentam o corte afiado da espada divisória de Deus”.¹² A assertiva bíblica sinaliza que até os nossos pensamentos mais íntimos e as nossas motivações mais espúrias são desvendadas. Os pecados escondidos são revelados, a hipocrisia e a rebeldia são desmascaradas. Coisa alguma pode ser escondida de Deus, toda a verdade é exposta “aos olhos daquele com quem temos de tratar” (Hb 4.13). Portanto, reitera-se que, se o nosso coração se render à Palavra, seremos salvos (Rm 10.9,10). Porém, se o endurecermos tal qual os israelitas no deserto, a Palavra nos julgará, e por fim nos condenará (Hb 3.12,13). Em vista disso, quando nos submetemos voluntariamente à autoridade da Palavra de Deus, “nossos corações podem ser abrandados e mudados de forma que possamos verdadeiramente entrar no descanso de Deus”.¹³

II – A BÍBLIA ANULA OS CONSELHOS DO MUNDO

1. As Armas da nossa Milícia

Paulo esclarece aos Coríntios que “as armas da nossa milícia não são carnis” (2 Co 10.4a). O termo “milícia” é usado para designar um “exército” preparado para a guerra, que se encontra em campanha militar contra um inimigo comum. A expressão aponta para os soldados de Cristo que combatem contra o reino das trevas

(Ef 6.11). Paulo esclarece que essa luta é de ordem espiritual (Ef 6.12). Portanto, nessa batalha o cristão não deve fazer usos das “armas carnis”. Lawrence Richards argumenta que as armas desse mundo são “provavelmente as mesmas coisas que seus oponentes enfatizam: olhares impressionantes, habilidade na oratória, coisas que parecem muito atraentes, mas somente segundo a aparência (2 Co 10.7)”.¹⁴ A esses métodos humanos, podem ser acrescentados os subterfúgios, conchavos, ameaças, calúnias e/ou difamações.

Assim, nesse combate, o poderio de ataque não é carnal, mas espiritual. O apóstolo explica que as nossas armas são poderosas em Deus (2 Co 10.4b). Warren Wiersbe enfatiza que “Paulo usava armas espirituais para destruir a oposição — oração, a Palavra de Deus, o amor, o poder do Espírito operando em sua vida. Não dependia da personalidade, das habilidades humanas e nem de sua autoridade como apóstolo”.¹⁵ As forças demoníacas não são derrotadas meramente com discursos, argumentos ou debates intermináveis. Richards sustenta que “quanto menos dependermos de nossa força no ministério, mais dependeremos de Cristo. E, quanto mais dependermos do Senhor, mais Ele poderá operar por nosso intermédio”.¹⁶ Nesse diapasão, a orientação de Paulo aos Efésios é tomar toda a armadura de Deus: a verdade, a justiça, o evangelho, a fé, a salvação, a espada do Espírito e a oração perseverante (Ef 6.13-18).

2. A Destruição das Fortalezas

A Bíblia afirma que o mundo jaz no Maligno (1 Jo 5.19). O *Comentário Bíblico Beacon* sublinha que, nas Epístolas de João, o conceito de mundo “inclui as pessoas que são controladas pelo sistema mundial maligno”.¹⁷ Pedro ratifica que o líder das forças do mal é o Diabo (1 Pe 5.8). O termo “*diabolos*” significa “acusador, caluniador”, sendo um dos nomes de Satanás.¹⁸ Nossa *Declaração de Fé* o identifica como “o inimigo de Deus e dos seres humanos, que a Bíblia chama de Satanás, opositor (Zc 3.1), Diabo (Mc 4.1), Inimigo (Mt 13.39), Belzebu, príncipe dos demônios (Mt 12.24), Tentador (Mt 4.3), Grande Dragão, a Antiga Serpente (Ap 12.9), Pai da mentira (Jo 8.44), entre outros”.¹⁹

Por meio do espírito do erro, o Diabo trabalha contra o Reino de Deus (2 Ts 2.4). Wiersbe lembra que “Satanás está em guerra contra Deus desde que, como Lúcifer, rebelou-se contra Deus e tentou usurpar seu trono (Is 14.12-15). [...] Satanás não apenas se opõe a Cristo, mas também deseja ser adorado e obedecido no lugar de Cristo (Is 14.14; Lc 4.5-8)”.²⁰ Na busca desse objetivo, ele se opõe aos valores cristãos, dissemina o ódio, o desrespeito à vida, a corrupção e a imoralidade, dentre outros males (2 Ts 2.9-11).

Contudo, o poder de Deus é capaz de destruir todas as fortalezas do Diabo (2 Co 10.4c). O *Comentário Bíblico Beacon* esclarece que “o poder de Deus é capaz de romper barreiras nas mentes e corações dos homens por meio de um ministério verdadeiramente

evangélico. O aprisionamento torna-se, então, uma libertação radical em virtude do caráter do Rei (2 Co 2.14)".²¹ Essa verdade sinaliza que por maior que seja a escravidão infringida por Satanás no coração de uma pessoa, o poder da verdade e a autoridade da Palavra de Deus quebra as correntes e coloca o cativo em liberdade. A conversão da alma é a subjugação de Satanás nessa alma.²² A Palavra de Deus anula o mal com graça e poder e liberta as almas da prisão espiritual (Jd 1.21-23).

3. A Destruição dos Falsos Argumentos

A Escritura diz que o poder de Deus também “destrói os conselhos” (2 Co 10.5a). A Bíblia na versão Nova Almeida Atualizada traduz como “raciocínios falaciosos”. São premissas falsas usadas para afastar as pessoas da verdade. Conceitos e reivindicações arrogantes e pretensiosas em oposição ao conhecimento de Deus revelado em Cristo e na Sua Palavra.²³ Matthew Henry salienta que “por esses caminhos é que o Diabo se empenha em manter os homens afastados da fé e da obediência ao evangelho e assegura a posse do coração dos homens, como sua casa ou propriedade”.²⁴ Esses raciocínios que se opõem à verdade da Palavra de Deus manipulam a mente e o pensamento das pessoas e as impede de crer e aceitar o evangelho.

Tais argumentos falaciosos se aplicam às ideologias anticristãs, entre elas, o ateísmo, o relativismo, o secularismo, o marxismo e as

heresias que contradizem a mensagem da cruz. O ateísmo rejeita a existência de Deus como um Ser pessoal e autoconsciente (Sl 53.1). O relativismo nega a existência de verdades absolutas. Afirma que a verdade não é algo fixo, e, portanto, questiona os valores bíblicos (Is 5.20). O secularismo não aceita a influência da fé na vida em sociedade e defende o laicismo antirreligioso (1 Sm 8.7). O marxismo cultural procura redefinir os conceitos mais sólidos da civilização ocidental por meio da desconstrução da cultura judaico-cristã (Rm 1.25). As heresias são todo e qualquer ensino que nega, difere ou altera as doutrinas reveladas na Palavra de Deus (2 Pe 2.1).

O método cristão para anular esses sofismas é a persuasão por meio da verdade da Palavra de Deus (Jo 8.32). Por conseguinte, a Igreja do Senhor Jesus não pode negligenciar o ensino e a pregação da Palavra de Deus. A Igreja não pode limitar-se a fazer oposição e oferecer resistência à iniquidade no poder temporal. Não pode depositar sua confiança e esperança nas decisões políticas ou judiciais. Precisamos buscar e incentivar o avivamento espiritual por meio da Palavra de Deus. O avivamento liderado por John Wesley (1703-1791) trouxe mudanças sociais na Inglaterra. O mal a ser combatido é o pecado. Quando a mensagem bíblica é anunciada de modo genuíno, as vidas são transformadas, pois o Espírito Santo opera com liberdade para convencer os ouvintes da verdade, da justiça e do juízo (Jo 16.8).

4. A Destruição de toda a Altivez

O poder da Palavra do Altíssimo, igualmente, aniquila “toda altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus” (2 Co 10.5b). Altivez se refere a toda conduta que serve de oposição para a fé em Deus. Tentativa de desqualificar o poder de Deus no propósito de impedir a conversão de pessoas. Lucas registra que o mágico Elimas Barjesus resistia à mensagem do evangelho, porque queria apartar da fé o governador da ilha de Chipre (At 13.7-8). O apóstolo imediatamente o identificou como “filho do diabo”, “cheio de engano”, “cheio de malícia”, “inimigo da justiça” e “perturbador dos caminhos do Senhor” (At 13.10). A Timóteo, Paulo advertiu tomar cuidado acerca destes, tal qual Janes e Jambres, que “resistem à verdade, sendo homens corruptos de entendimento e réprobos quanto à fé” (2 Tm 3.8).

Nessa atitude reprovável estão inclusos, entre outros, a rebeldia, o orgulho, a jactância e as demais vaidades humanas. Dentre os termos em hebraico, a palavra “*shaw*” designa a vaidade humana como algo sem fundamento, sem base firme, que torna a vida do homem vazia (Êx 23.1; Sl 41.6; Jó .3; 15.31). A palavra grega “*mataiotes*” descreve a futilidade do mundo sob a maldição (Rm 8.20), a vida sem propósito daqueles que não são cristãos (Ef 4.17).²⁵ A prática da vaidade é um mal que coloca a humanidade caída contra Deus. Wiersbe sublinha que a vaidade da altivez em destaque aqui é “o orgulho da inteligência que exalta a si mesmo. É

importante entender que Paulo não está atacando a inteligência, mas sim o intelectualismo, a atitude pedante das pessoas que pensam saber mais do que de fato sabem (Rm 12.16)".²⁶

As Escrituras asseveram que Satanás é quem atua na mente das pessoas e as mantém afastadas de Deus: "o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que não lhes resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo" (2 Co 4.4). Porém, pela pregação da Palavra de Deus, o sistema soberbo do mundo é subjugado aos ensinamentos de Cristo (2 Co 10.5c). A Palavra de Deus abre caminho em meio à ilusão satânica e abre os olhos do convertido para receber a verdade. O *Comentário Bíblico Pentecostal* assevera que "o intelectual orgulhoso que vem a Cristo deve abandonar a dependência da razão e da compreensão humana, que opera em uma vida auto-orientada e longe de Deus".²⁷ Nessa perspectiva, a pessoa convertida liberta-se dos sofismas desse mundo, e seus pensamentos e vontades passam ao senhorio de Cristo: único caminho, verdade e vida (Jo 14.6).

III – A BÍBLIA NOS TORNA HUMILDES

1. Deus Aborrece a Soberba

O apóstolo João exortou os cristãos contra o amor ao mundo e tudo o que ele oferece (1 Jo 2.15). O mundo a que João se refere é o sistema iníquo da sociedade rebelada contra Deus. James Boice enumera duas razões por que os cristãos não devem amar o mundo. A primeira razão é que o amor pelo mundo e o amor pelo

Pai são incompatíveis. Deus se coloca contra os pecados e os valores do mundo: “Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele” (1 Jo 2.15b); a segunda razão é que tudo que está no mundo é transitório e, assim, leva à destruição. O mundo é passageiro e passageiros também são seus valores e aqueles que são caracterizados pelos seus valores: “E o mundo passa, e a sua concupiscência” (1 Jo 2.17).²⁸ Desse modo, o apóstolo advertiu os crentes a não desejarem e nem praticarem as “coisas do mundo”, as quais ele descreve em três categorias principais: a “concupiscência da carne”, a “concupiscência dos olhos” e a “soberba da vida” (1 Jo 2.16).

Dentre essas ações condenadas nas Escrituras, a “soberba da vida” refere-se “tanto à atitude interior quanto à vanglória exterior devido a uma obsessão pela condição ou pelas posses de uma pessoa”.²⁹ Diz respeito ao sentimento de superioridade em relação ao próximo, conceito exagerado de si próprio, presunção de estar acima de seu próximo seja pela intelectualidade, seja pela condição social, aparência ou frivolidade de caráter. Matthew Henry destaca que a soberba da vida é conduta de “mente vaidosa que almeja toda grandeza e pompa de uma vida vangloriosa; é uma ambição desenfreada e uma avidez por honra e aplauso”. A pessoa soberba se porta com arrogância e busca exaltação por meio das riquezas, obtenção de títulos e outros meios que possam alimentar o seu próprio ego. Em sua jactância, não reconhece a existência de Deus

e tampouco submete-se a Sua Palavra: “Em sua soberba, o perverso não investiga; tudo o que ele pensa é que Deus não existe” (Sl 10.4,NAA).

Em reprovação a esse comportamento, a Escritura declara que “Deus resiste aos soberbos, dá, porém, graça aos humildes” (Tg 4.6). Esse texto é citação de Provérbios 3.34 e indica que os escarnecedores não alcançarão o favor divino; ao contrário, eles serão julgados pela lei da sementeira (Gl 6.7). Pressupõe que Deus abomina os arrogantes que confiam na sabedoria mundana e rejeitam os preceitos divinos. Por isso, Tiago exorta: “Sujeitai-vos, pois, a Deus” (Tg 4.7); e ainda, “humilhai-vos perante o Senhor” (Tg 4.10). As expressões “sujeitar-se” e “humilhar-se” significam obediência absoluta ao Todo-Poderoso. Quando nos achegamos a Deus, Ele se achega a nós (Tg 4.8). Ele nos liberta da sabedoria “terrena, animal e diabólica” (Tg 3.15) e nos agracia com a verdadeira “sabedoria que vem do alto” (Tg 3.17). Em vista disso, a bênção plena de Deus é concedida aos humildes que são transformados pela Palavra do Altíssimo (Tg 1.21,22).

2. Cristo É nosso Exemplo de Humildade

A humildade está conectada e interligada com a mansidão e a longanimidade (Ef 4.2). Em Efésios, Paulo emprega o termo grego “*tapeinophrosune*” no sentido de “humildade de mente” ou “humildade de espírito”³⁰ e denota a ideia de gentileza, cortesia e

submissão. É uma condição em que o orgulho e a arrogância humana são anulados. A humildade refere-se a uma postura despretensiosa, modesta e isenta de vaidade, que favorece o bem da coletividade, e não o egoísmo (Jo 17.21-23).³¹ O pastor e escritor sul-africano Andrew Murray (1828 -1917) estabelece o seguinte contraste entre humildade e orgulho:

A humildade é o lugar da plena dependência de Deus [...] o orgulho, ou a perda dessa humildade, é a raiz de todo pecado e mal. Foi quando os anjos agora caídos começaram a olhar para si mesmos com autocomplacência que foram levados à desobediência, e foram expulsos da luz do céu para as trevas exteriores. E também foi quando a serpente exalou o veneno do seu orgulho, o desejo de ser como Deus, no coração de nossos primeiros pais, que eles também caíram da sua posição elevada para toda a desgraça na qual o homem está, agora, afundado.³²

Nessa perspectiva, a nossa redenção compreende também a restauração da humildade perdida no Éden. O desejo soberbo de ser superior ao outro e até de igualar-se ou superar o próprio Deus é obra maligna e carnal. A humildade para reconhecer que em tudo dependemos de Deus é obra do Espírito Santo. Entrementes, a humildade é a única virtude que não aparece de modo explícito na lista do fruto do Espírito (Gl 5.22,23), e isso porque a humildade está intrinsecamente associada às demais virtudes (Mt 11.29; At 20.19; Fp 2; Cl 3.12). Denota maturidade espiritual, submissão e plena confiança na soberania divina.

Nesse aspecto, a Bíblia registra a humildade de Cristo, que “não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo,

tomando a forma de servo” (Fp 2.6,7). A atitude fundamental que demonstra a humildade de Cristo reside no ato de Ele esvaziar-se e fazer-se semelhante aos homens. Richards comenta que “ao tornar-se um ser humano, Jesus não cessou de ser Deus em sua natureza especial. Mas Ele abandonou sua posição e sua divindade, trocando-as temporariamente pela condição de servo”.³³ Ele deixou a sua glória (Jo 17.5), humilhou-se para tornar-se homem e submeter-se a vontade do Pai, e foi obediente até a morte, e morte de cruz (Fp 2.8).

Cristo novamente agiu com humildade ao lavar os pés dos apóstolos (Jo 13.14). Cristo não realizou tal prática para demonstrar qualquer espírito de autocomiseração assim como faziam os fariseus. Nosso Mestre não ensinava apenas no campo das ideias, ou seja, teoricamente, mas o verdadeiro Rabi instruía o povo e os seus discípulos com ousadia e exemplo.³⁴ Na ocasião, Ele disse que devemos aplicar esse mesmo princípio em nosso viver (Jo 13.15). O Senhor nos deu o exemplo de sincera humildade. Esse é o padrão de conduta requerido para os cristãos (Fp 2.5). Desse modo, quem é verdadeiramente sábio, humilha-se diante de Deus, obedece à Palavra e imita os passos de Jesus (1 Pe 2.21).

3. A Humildade É uma Virtude Cristã

A humildade como virtude faz parte dos ensinamentos bíblicos. Os povos pagãos e as religiões antigas entendiam que a prática da humildade

era uma atitude negativa, de fraqueza de caráter e de falta de amor-próprio. Assim, quando as Escrituras convocam os cristãos a viver e a andar com “humildade”, essa instrução entra na contramão da cultura e da religiosidade da época dos apóstolos, onde tal conduta era vista como gesto de inferioridade.³⁵ Em nosso tempo, a situação não é diferente; infelizmente, a sociedade em que estamos inseridos atravessa um estágio de putrefação moral e ética. Por exemplo, para o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), as virtudes cristãs exprimem fraqueza e incapacidade, tais como: “a compaixão, a mão solícita e afável, o coração cálido, a paciência, a diligência, a humildade, a amabilidade”.³⁶

Em oposição aos sofismas humanos, a Palavra de Deus ensina, dentre tantos textos, que “a humildade é uma virtude bendita” (Mt 5.3), que “os humildes são os maiores no reino dos céus” (Mt 18.4); que “a humildade antecede a honra” (Pv 15.33; 22.4); que “os humildes são atendidos em suas orações” (Sl 10.17); que “os humildes desfrutam da presença de Deus” (Is 57.15); e que “a falta de humildade é condenada por Deus” (2 Cr 33.23,24; Dn 4. 30-33; 5.22,23; Mt 23.12). Não obstante, a humildade como virtude não pode ser equiparada com a falsa humildade, que é o comportamento dissimulado por alguns e que é confundida por outros como baixa autoestima, timidez, complexo de inferioridade ou autocomiseração. A verdadeira humildade coopera para a harmonia

nos relacionamentos sociais e promove a comunhão e a unidade no corpo de Cristo (1 Co 12.25).³⁷

Acerca dessa verdade, Cristo ensinou que para entrar no Reino dos céus tem que se portar com humildade (Mt 18.4). Assim, somente a genuína conversão é capaz de modificar a nossa forma pecaminosa de viver (1 Co 6.9-11). Nessa direção, Paulo faz um apelo para que os salvos andem “como é digno da vocação com que fostes chamados” (Ef 4.1), e enfatiza a necessidade da prática da humildade (Ef 4.2). Desse modo, ratifica-se que ser humilde significa comportar-se com modéstia, reconhecer as próprias fraquezas e a soberania divina (Jo 15.5). Todavia, ninguém recebe virtude alguma se não for transformado pelo Espírito Santo (Gl 5.16). O *Dicionário Bíblico Wycliffe* realça que a humildade é uma graça divina desenvolvida no cristão pelo Espírito de Deus.³⁸ Em suma, uma pessoa que não foi purificada pela Palavra de Deus, e não é controlada pelo Espírito Santo não pode ser verdadeiramente humilde (Ef 5.26,27).

¹ LAUBACH, Fritz. **Carta aos hebreus**: comentário esperança. Curitiba: Editora Esperança, 2000, p. 79.

² GUTHRIE, Donald. **Hebreus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 111.

³ HAGNER, Donald. **Novo Comentário bíblico Contemporâneo**: Hebreus. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 88.

⁴ VINE, W. E; UNGER, Merrill; WHITE, William Jr. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 583.

- ⁵ FLANIGAN, J. M. **Comentário Ritchie do Novo Testamento: Hebreus**. Ourinhos: Edições Cristãs, 2001, p. 109.
- ⁶ GUTHRIE, 1999, p. 111.
- ⁷ KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento: Hebreus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 167.
- ⁸ LIGHTFOOT, Neil R. **Comentário bíblico vida cristã: aos Hebreus**. São Paulo: Vida Cristã, 1976, p. 115.
- ⁹ VINE, 2002, p. 509.
- ¹⁰ STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, French (Ed.). **Comentário bíblico Pentecostal: Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1566.
- ¹¹ FLANIGAN, 2001, p. 109.
- ¹² KISTEMAKER, 2003, p. 168.
- ¹³ STRONSTAD, 2003, p. 1566.
- ¹⁴ RICHARDS, Lawrence. **Comentário histórico-cultural do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 389.
- ¹⁵ WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico Expositivo: Novo Testamento**. Vol. 1. Santo André: Geográfica, 2019, p. 870.
- ¹⁶ RICHARDS, 2008, p. 389.
- ¹⁷ HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário bíblico Beacon: Hebreus a Apocalipse**. Vol. 10. Rio de Janeiro: CPAD, 2019, p. 330.
- ¹⁸ VINE, 2002, p. 562.
- ¹⁹ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 90.
- ²⁰ WIERSBE, vol. 6, 2019, p. 256.
- ²¹ HARPER, vol. 8, 2019, p. 460.
- ²² HENRY, 2008, p. 535.
- ²³ STRONSTAD, 2003, p. 1108.
- ²⁴ HENRY, 2008, p. 535.
- ²⁵ PFEIFFER, Charles F. (Ed.). **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 1984.
- ²⁶ WIERSBE, 2019, p. 870.
- ²⁷ STRONSTAD, 2003, p. 1109.
- ²⁸ BOICE, James Montgomery. **As epístolas de João**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 75, 76.

²⁹ **Comentário do Novo Testamento:** Aplicação Pessoal. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 774.

³⁰ VINE, 2002, p. 697.

³¹ BAPTISTA, Douglas R. A. **A Igreja eleita:** redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020, p. 148.

³² MURRAY, Andrew. **Humildade:** a beleza da santidade. Alfenas: Corpo de Cristo Edições, 2001, p. 9.

³³ RICHARDS, 2008, p. 440.

³⁴ BAPTISTA, 2020, p. 147.

³⁵ BAPTISTA, 2020, p. 147.

³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal:** prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, § 260.

³⁷ BAPTISTA, 2020, p. 148.

³⁸ PFEIFFER, 2008, p. 940.

Capítulo 8



A LEI E OS EVANGELHOS REVELAM JESUS

“Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor.” (Dt 6.4)

A Lei e os Evangelhos pertencem respectivamente ao Antigo e ao Novo Testamento. São livros sagrados de origem divina que integram o cânon das Escrituras. Possuem igual autoridade como regra de fé e prática, porém, com funções distintas. Os preceitos e as narrativas da Lei têm aplicações nos Evangelhos. A função da Lei era transitória; ela revela o pecado, mas também aponta o plano da salvação em Cristo (Gl 3.24,25).

Significa que a Lei não salva, mas esboça o plano da redenção em Cristo confirmado nos Evangelhos. A obra expiatória do Senhor Jesus nos libertou da condenação da Lei (Gl 3.10-13). Nesse sentido, todo o sistema mosaico foi abolido. Nos Evangelhos, as boas-novas dessa salvação estão reveladas. Em suma, as obras da Lei não justificam, mas pela graça somos salvos, por meio do arrependimento e da fé em Jesus Cristo. Neste capítulo, estudaremos a relação entre o Pentateuco e a mensagem de Cristo.

I – O PENTATEUCO: A LEI DE DEUS

1. Os Cinco Livros da Lei

Pentateuco é uma palavra que deriva de dois termos gregos, *penta* (cinco) e *teuchos* (estojo para o rolo de papiro). A junção desses termos tradicionalmente significa “cinco volumes”. Stanley Ellisen

informa que “os livros antigos eram escritos em rolos, geralmente de nove metros de comprimento, mais ou menos o tamanho necessário para acomodar de Gênesis até Deuteronômio”.¹ Portanto, a expressão “pentateuco” corresponde ao conjunto formado pelos cinco primeiros livros do Antigo Testamento.

O título desses livros corresponde à primeira palavra do texto hebraico, e na língua portuguesa obedece à tradução do grego da Septuaginta: *Gênesis* (“começo”), versão do hebraico *bereshit* (“no princípio”); *Êxodo* (“saída”), versão do hebraico *Shemôt* (“os nomes de”); *Levítico* (“aquilo que é dos levitas”), versão do hebraico *wayyiqrã* (“E Ele chamou”); *Números* (“aritmética, números, estatística”) versão do hebraico “*Bemidbãr*” (“no deserto de”); *Deuteronômio* (“segunda promulgação da lei”), versão do hebraico “*Debãrim*” (“palavras”).

No texto hebraico, e pelos judeus ainda hoje, esses volumes são denominados de “Torá” com o sentido de “instrução, ensino, direção, orientação”. A Torá assume o significado genérico de “livro da lei”, com abrangência de todas as normas (Dt 4.44; 17.18; 31.9) e está associado ao nome de Moisés (Js 8.31,32; 23.6; 2 Rs 14.6).²

O historiador judeu do século I Flávio Josefo menciona, centenas de vezes, Moisés como o autor do livro de Gênesis. Dentre elas, cita-se: “Moisés fala ainda mais particularmente da criação do homem [...]”, “Moisés narra em seguida como Deus plantou do lado do oriente um jardim muito delicioso [...]”.³

Quanto aos outros livros do Pentateuco, Josefo relata: “Assim falou Moisés a todos os israelitas e deu-lhes um livro, no qual estavam escritas as leis e a maneira de viver que deveriam observar”.⁴ E, no comentário de Deuteronômio 22, Josefo escreve: “essas foram as leis que Moisés deixou à nossa nação. Ele deu também as que havia escrito quarenta anos antes, das quais falar-se-á em outro lugar”.⁵

Com essas evidências, em resposta à alta crítica que questiona a concepção do Pentateuco, Stanley Elissen avalia que “rejeitar a autoria de Moisés é rejeitar o testemunho universal dos escritores bíblicos e solapar a credibilidade do Pentateuco e do resto da Bíblia. É da autoria de Moisés, e não apenas um ‘mosaico’ de diferentes autores”.⁶ Em vista disso, o melhor é permitir que a Escritura fale por si mesma.

Nas páginas da Bíblia Sagrada, a totalidade do Pentateuco é identificada como: a “Lei” (Êx 24.12; Mt 5.17); o “livro de Moisés” (Mc 12.26); a “Lei de Moisés” (Js 8.31,32; Lc 2.22; At 13.39); a “Lei de Deus” (Ne 8.8; Rm 7.22); a “Lei do Senhor” (Ne 10.29) ou simplesmente “Moisés” (Lc 24.27); e a todo o Antigo Testamento como “Moisés e os profetas” (Lc 16.29). Por fim, o próprio Senhor Jesus ratificou a autoria do Pentateuco quando disse: “convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas, e nos Salmos” (Lc 24.44).

2. A Grandeza da Lei

Estuda-se a Lei, de modo didático, sob três aspectos: (a) *morais*, que possuem validade permanente para todos os povos porque “tratam dos princípios básicos morais sem concessão”;⁷ (b) *cerimoniais*, que tratam da liturgia dos judeus e compreendem as “festividades religiosas, o sistema de sacrifício e da adoração no santuário, os alimentos limpos e imundos e as instruções sobre a pureza ritual, entre outros preceitos”;⁸ e, (c) *civis*, que dizem respeito à responsabilidade do israelita como cidadão, tais como os “regulamentos jurídicos e instruções que regiam a nação de Israel”.⁹ Contudo, na verdade, essas três partes integram uma mesma Lei, isto é, a Lei de Moisés — o Pentateuco.

Henrietta Mears resume cada livro do Pentateuco em uma frase, a saber: “em Gênesis o mundo foi feito, em Êxodo se narra a marcha, Levítico contém a Lei, em Números as tribos são contadas, em Deuteronômio a Lei é repetida”.¹⁰ Em concordância com essas sentenças, a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* ensina que “a Lei de Moisés” é o mais importante código de leis da antiguidade por sua santidade, por seu caráter espiritual e por sua autoridade divina: “a lei é santa; e o mandamento, santo, justo e bom [...] a lei é espiritual” (Rm 7.12,14).¹¹ Contudo, enfatiza o documento doutrinário que a grandeza da Lei vai além de tudo isso, pois nela Deus esboça o plano da redenção humana em Cristo:

“Porque o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê” (Rm 10.4).

3. A Lei e a Fé Cristã

A Escritura afirma que a função da Lei era transitória (Hb 10.1). O texto de Hebreus descreve que a Lei não passava de uma sombra, e não a imagem exata das coisas, e que a necessidade de oferecer sacrifícios ano após ano demonstra a ineficácia do ritual levítico. O autor da Epístola já tinha declarado que a Lei nada aperfeiçoou (Hb 7.19). Essa é uma declaração que atesta a insuficiência da antiga aliança para efetuar a redenção da humanidade. Por isso, pela Lei ninguém será justificado diante de Deus (Gl 3.11).

Donald Hagner destaca que “a lei era apenas um estágio antecipatório dos bens futuros, não possuía em si mesma significado duradouro, ou final”.¹² Martinho Lutero ensinou que “a função primária da lei de Moisés consistia em fazer com que as pessoas se sentissem culpadas, para que reconhecessem sua pecaminosidade e aceitassem que mereciam a ira de Deus”.¹³ O apóstolo Paulo assevera que a Lei era uma medida temporária, ela foi dada para revelar e punir o pecado, e assim demonstrar a necessidade da graça (Gl 3.19).

Nessa perspectiva, a Lei encerrou a toda a humanidade debaixo do pecado (Gl 3.22,23). Assim sendo, ninguém pode ser salvo pelas obras da Lei (Gl 2.16). Não obstante, a Lei também serviu de “aio”

para nos conduzir à redenção em Cristo (Gl 3.24). Rudolf Gwalther pondera que a Lei “não se opõe a Cristo, antes nos leva a Ele e incentiva a nos voltarmos para Ele”.¹⁴ Desse modo, a Lei nos faz conscientes do pecado e nos leva a buscar refúgio e misericórdia em Deus.

Nesse aspecto, a obra de Cristo nos resgatou da maldição da Lei (Gl 3.13), e nos deu vida mediante o Evangelho (2 Tm 1.10). Somente quando Cristo veio, a Lei finalmente foi cumprida (Mt 5.17-20). A revelação divina se consumou em Cristo (Hb 1.1,2). Cristo, o único sem pecado é mediador de um melhor concerto, de uma Nova Aliança: a dispensação da graça (Ef 3.2; Hb 4.15; 8.6; 12.24). Agora, livres do jugo da Lei, vivemos debaixo da graça divina (Rm 6.14). E, todo aquele que permanece em Cristo não vive pecando, porque é nascido de Deus (1 Jo 3.6,9).

II – OS EVANGELHOS: A MENSAGEM DE CRISTO

1. O Conceito de Evangelho

O termo “evangelho” tem origem no grego *evangelion* com o significado de “boas novas”. Refere-se à mensagem do Reino de Deus e da salvação por meio de Cristo (At 15.7; 20.24). Seus autores são chamados de evangelistas, que significa “portadores de boas-novas”. Benito Marconcini sublinha que os evangelistas “empregam um gênero literário novo e único que os distingue de qualquer obra daquela época e até mesmo dos outros escritos neotestamentários”.¹⁵

De fato, os Evangelhos se destacam entre as Escrituras como o principal testemunho sobre a vida, morte e ressurreição de Jesus. Philip Comfort enfatiza que os Evangelhos “mantêm consistentemente o foco das atenções em Jesus, sendo o propósito óbvio da narrativa contar a história dos ensinamentos e obras dEle [...] Mais de um quarto dos relatos é tributado ao julgamento, crucificação e ressurreição de Jesus”.¹⁶

Os três primeiros, Mateus, Marcos e Lucas, são chamados de Evangelhos “Sinóticos”. Esse adjetivo, “sinótico”, vem do termo grego “*synopsis*”, que significa “ver em conjunto”. A designação passou a ser utilizada a partir do século XVIII em razão do alto grau de semelhança desses evangelistas nas narrativas do ministério de Jesus. Os Sinóticos registram, especialmente, o ministério de Jesus na Galileia e se concentram nas curas, exorcismos e o ensino por parábolas.

D. A. Carson oferece uma sequência geográfica geral comum, a saber: ministério na Galileia, retirada para o norte, ministério na Judeia e Pereia, e o ministério final em Jerusalém.¹⁷ O quarto Evangelho, João, tem peculiaridades próprias e enfatiza o ministério de Cristo na Judeia, especialmente nas visitas periódicas de Jesus a Jerusalém. O discípulo amado registra algumas curas significativas, mas não faz referência aos exorcismos e às parábolas. João destaca os discursos mais profundos do Senhor Jesus.

Ressalta-se que, embora retratada de modo distinto, a mensagem do evangelho é única (Gl 1.8). Há somente um evangelho, apresentado de quatro maneiras.¹⁸ É indispensável lembrar que os Evangelhos não têm o propósito de fornecer um diário detalhado com o registro de todas as ações e ensinamentos de Jesus.

O evangelista João afirmou que havia “muitas outras coisas que Jesus fez; e, se cada uma das quais fosse escrita, cuido que nem ainda o mundo todo poderia conter os livros que se escrevessem” (Jo 21.25), reiterou que muitos sinais de que Jesus fez não estavam escritos no seu Evangelho (Jo 20.30), mas que os que estavam registrados serviam para despertar a fé: “para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20.31). O *Guia Cristão de Leitura da Bíblia* ratifica que os Evangelhos “não são biografia de Jesus e não nos fornecem todas as informações que poderíamos desejar ter. Entretanto, contêm tudo que precisamos saber a fim de compreender a relevância de Jesus e do que Ele fez por nós”.¹⁹

2. A Mensagem do Reino de Deus

Em Mateus, o Senhor Jesus, após o batismo nas águas (Mt 3.16) e sua vitória na tentação do deserto (Mt 4.11), deu início ao seu ministério público e passou a pregar a chegada do “Reino dos céus” (Mt 4.17). A expressão “Reino dos céus” aparece 32 vezes no

Evangelho de Mateus, em contrapartida a expressão “Reino de Deus” é usada apenas 5 vezes (Mt 6.33; 12.28; 19.24; 21.31,43).

Alguns estudiosos do Novo Testamento tentaram estabelecer uma diferença entre essas duas expressões, porém, Warren Wiersbe anota que “por uma questão de reverência ao nome santo do Senhor, os judeus não pronunciavam o nome *Deus*, substituindo-o por *céus*”.²⁰ David Stern salienta que “a palavra *céus* era utilizada numa tentativa de evitar a palavra *Deus*; e até os dias de hoje, a expressão *o reino dos céus* na religião substitui na literatura religiosa judaica *reino de Deus*”.²¹ Em suma, a expressão “Reino dos céus” é reverente substituição para “Reino de Deus”.

Nos demais Evangelhos Sinóticos, a pregação do Reino também aparece como tema central da mensagem de Cristo. Em diversos textos em que Mateus emprega a frase “Reino dos céus”, Marcos e Lucas usam “Reino de Deus” (Mc 1.15; Lc 4.43). Todos os Sinóticos registram que a condição de entrada no Reino é o arrependimento: “Arrependei-vos, porque é chegado o Reino dos céus” (Mt 4.17); “arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1.15); “eu não vim chamar os justos, mas sim os pecadores, ao arrependimento” (Lc 5.32).

João Batista, o precursor de Jesus, já exortava o povo ao arrependimento em vista do Reino de Deus que chegava (Mt 3.2; Mc 1.4; Lc 3.3). O Senhor Jesus, durante o seu ministério, constantemente alertava a seus ouvintes acerca da necessidade do

arrependimento (Mt 9.13; 11.21; 21.32; Mc 6.12; Lc 13.3,5; 15.7). Robert Mounce elucida que, “para participar do Reino de Deus, o arrepender-se não era apenas sentir tristeza por causa de alguma coisa, mas envolvia uma real mudança de direção”.²²

No seu Evangelho, João usa a expressão “Reino de Deus” (Jo 3.3,5). Em seus registros, o evangelista esclarece que o Reino de Deus não é deste mundo (Jo 18.36). Cristo ensinou que a natureza desse Reino não é terrena. Esse Reino está estabelecido no interior das pessoas (Lc 16.20,21). A riqueza, a autoridade e a glória desse Reino são espirituais (Mt 26.53). Contudo, os judeus esperavam um líder político que os libertasse do jugo romano, mas Jesus veio exercer soberania espiritual no coração do povo para os libertar do jugo do pecado (Mt 18.11; Mc 8.36; Lc 19.10; Jo 6.15). Não obstante, essa verdade não nega a realidade do Reino vindouro (Lc 22.30).

O anúncio da chegada do Reino constatava que as profecias messiânicas se cumpriram em Cristo (Lc 4.18-21). Os Evangelhos apresentam Jesus com os títulos messiânicos, tais como Filho de Davi, Rei dos Judeus, Filho de Deus, Cristo, Salvador e Senhor (Mt 1.1; 2.2; Mc 1.1; Lc 2.11; Jo 1.41). Sua vinda inaugura o começo do Reino e requer a conversão dos pecadores (Jo 3.5). O Reino abrange a obra Redentora de Cristo e a sua promessa de voltar (Jo 8.28; 14.3). O Reino aponta para a soberania de Deus sobre todas

as coisas, agora no presente (Lc 17.21) e igualmente no Reino futuro, que será tanto temporal quanto espiritual (Lc 1.33).

3. A Mensagem da Salvação

Como já observado, Jesus é identificado por vários títulos messiânicos. Nesse ponto, destacamos as expressões contidas no anúncio angelical: *Salvador*, *Cristo* e *Senhor* (Lc 2.11). Ao se dirigir aos pastores no campo, o anjo enfatiza a obra salvífica de Jesus. Em diversas outras passagens, essa mensagem de Jesus como o *Salvador* do pecado é repetida nos Evangelhos (Mt 1.21; 4.15,16; 12.21; 20.28; Mc 10.45; Lc 1.78,79; 19.10; 11.19,20; Jo 3.16,17; 4.10,14; 5.25; 6.50,51; 7.37,38). A expressão *Cristo* significa “ungido”. Jesus é anunciado como o Messias e libertador de Israel (Jo 1.41; 4.25). O termo *Senhor* não é meramente pronome de tratamento; refere-se a um título divino. Por isso, para o cristão existe um só Senhor, Jesus Cristo (1 Co 8.6).

O evangelista Mateus registra que Jesus veio para salvar o povo de seus pecados (Mt 1.21). Aqui convém lembrar que o nome “Jesus” é oriundo da expressão hebraica “*lavé salva*” ou “*lavé é salvação*” e aponta para a sua nobre missão. O propósito da vinda de Jesus se revela no nome que lhe foi dado, isto é, Ele veio salvar os pecadores (1 Tm 1.15). O evangelista Marcos afirma que é preciso crer em Cristo para ser salvo (Mc 16.16). Nossa *Declaração de Fé* ensina que “somente a fé na morte expiatória de Jesus e o

arrependimento podem remir o pecador e levá-lo ao Criador. Essa salvação é um ato da graça soberana de Deus pelo mérito de Jesus Cristo e não vem das obras (Ef 2.8,9)".²³ Dessa forma, reitera-se que a salvação está disponível a todos os que creem, estando condicionada à fé e ao arrependimento em Cristo Jesus.

O evangelista Lucas assevera que Jesus veio salvar o que estava perdido (Lc 19.10). Esse ensinamento ocorreu em casa de Zaqueu, o corrupto cobrador de impostos. Depois de crer no Salvador, o publicano demonstrou sua fé ao prometer indenizar as pessoas que tinha defraudado (Lc 19.8). A fé salvadora transformou o caráter daquele homem que outrora era ganancioso e materialista. Diante dessa mudança, disse-lhe Jesus: "Hoje, veio a salvação a esta casa" (Lc 19.9). Em passagens similares, Cristo ensinou que seu principal ofício era curar os doentes e buscar os pecadores (Mt 9.12; Mc 2.17; Lc 5.31). Craig Evans sublinha que "Jesus chama a todos ao arrependimento: religiosos e irreligiosos, sadios e doentes, ricos e pobres".²⁴

O evangelista João esclarece que Jesus é o salvador do mundo (Jo 4.42). O contexto dessa declaração envolvia os samaritanos que creram nele por causa da sua Palavra (Jo 4.41). Significa que a graça salvífica está disponível para todos os homens (Tt 2.11). Por isso, a mensagem da salvação é um ato do amor e da graça divina pelos méritos de Cristo, que foi enviado pelo Pai "para que o mundo fosse salvo por ele" (Jo 3.16,17). Em vista disso, ratifica-se que os

elementos dessa salvação incluem fé no sacrifício de Cristo, arrependimento de pecados e novo nascimento (Jo 3.3,15). Nesse sentido, Cristo declarou: “aquele que crê em mim tem a vida eterna” (Jo 6.47).

III – UMA MENSAGEM TRANSFORMADORA

1. A Transformação do Caráter

O caráter é definido como “a maneira própria de cada pessoa agir e expressar-se”. Nicola Abbagnano define o caráter como “o modo de ser ou de comportar-se habitual e constante de uma pessoa, na medida que individualiza e distingue a mesma pessoa.”²⁵

O caráter é a marca distintiva de cada pessoa que regula a sua forma de pensar, de sentir, de desejar, de proceder e reagir de forma habitual. Em vista disso, a pessoa dotada de um caráter firme mantém sua postura, persegue o mesmo ideal e não se move facilmente de seus princípios. De outro lado, a pessoa de um caráter volúvel frequentemente oscila na forma de agir, sua postura muda de acordo com as circunstâncias. Essa atitude demonstra a fraqueza e a hipocrisia de um caráter malformado.

Antonio Gilberto pondera que “o caráter é um componente da personalidade. É adquirido e não herdado. Resulta da adaptação progressiva do temperamento às condições do meio-ambiente: o lar, a escola, a igreja, a comunidade e o estado socioeconômico”.²⁶ Portanto, o caráter pode ser forjado, mudado e transformado.

Na Lei de Moisés, o Decálogo, ou os Dez Mandamentos, apresenta as orientações básicas para o modo de viver e agir dos israelitas (Êx 20.1-17). Os três primeiros mandamentos dizem respeito à teologia e os demais se referem a ética.²⁷ A ética são os fundamentos da moral. A ética e a moral referem-se ao conjunto de costumes, valores e obrigações adotados em uma sociedade. Os princípios éticos e morais do Decálogo também são aplicados nos Evangelhos (Mc 10.19), exceto a guarda do sábado (Mt 12.2-4). Contudo, a mera observância de códigos não pode salvar a ninguém (Lc 18.18-24).

Somente a graça divina é capaz de transformar o caráter humano. A mudança de caráter implica mudança de comportamento. Como já visto, quando o caráter de Zaqueu foi curado, ele mudou radicalmente de postura (Lc 19.8; cf. Ef 4.28-31). Hebreus nos adverte que, sem mudança de vida, ninguém verá a Deus (Hb 12.14). Paulo descreve que o poder transformador do evangelho opera em nós de glória em glória (2 Co 3.18). Por meio da ação do Espírito Santo, e da obediência ao evangelho, o homem pode compartilhar a natureza do caráter de Deus (Mt 5.48). Desse modo, a mensagem do evangelho de Cristo produz substancial mudança no caráter do cristão (Lc 19.8,9).

2. A Restauração da Família

A *Constituição Federal do Brasil* prescreve que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.²⁸ Assim, o conceito constitucional de família tem sua base compreensiva nas relações monogâmicas e heterossexuais.

No livro de Gênesis, Deus instituiu a família com princípios reguladores da monogamia e da heterossexualidade (Gn 1.27; 2.24). Porém, desde cedo, parte dos homens negligenciaram essa ordenança divina. Lameque instituiu a poligamia (Gn 4.19). As cidades de Sodoma e Gomorra praticavam promiscuidade sexual, incluindo a homossexualidade, e, por isso, foram destruídas para servir de exemplo aos que vivem de modo desordenado (Gn 19.24; 2 Pe 2.6).

Somada a essas práticas, a dissolução do casamento por qualquer motivo era autorizada pela Lei Mosaica (Dt 24.1-4). Essas concessões banalizavam a união conjugal, e provocava rupturas na família. Nos Evangelhos, Cristo restaura o propósito divino para o casamento: a união monogâmica e indissolúvel entre um homem e uma mulher (Gn 1.27; 2.24; Mt 19.4,5). Nesse aspecto, nossa *Declaração de Fé* rejeita “qualquer configuração social que se denomina família, cuja existência é fundamentada em prática, união ou qualquer conduta que atenta contra a monogamia e a

heterossexualidade, consoante o modelo estabelecido pelo criador e ensinado por Jesus”.²⁹

No ensino ratificado por Cristo, a indissolubilidade do casamento é enfatizada com as seguintes palavras: “o que Deus ajuntou não separe o homem” (Mt 19.6). Por essa razão, nossa *Declaração de Fé* não reconhece a união conjugal realizada entre pessoas divorciadas, em desacordo com o preconizado pelo Senhor Jesus.³⁰ As exceções são justificadas em casos de morte (Rm 7.2), infidelidade (Mt 5.32) e deserção do lar pelo descrente (1 Co 7.15). E, mesmo nas situações de traição e abandono, a mensagem cristã apresenta o perdão e a reconciliação como atitudes preferíveis (Mt 5.9,44; 18.21,22).

3. A Regeneração da Sociedade

Nossa *Declaração de Fé* afirma que “a estrutura dos Dez Mandamentos se resume no amor a Deus e ao próximo, diz respeito a Deus e à sociedade e envolve pensamento, palavras e obras”.³¹ Desse modo, todo o sistema mosaico — a Lei e os Profetas — está resumido em duas ações: “amar a Deus e amar ao próximo como a si mesmo” (Mt 22.37-40). O amor a Deus deve ser pleno. Deus requer um amor que envolve a pessoa toda: “coração, alma e entendimento” (Dt 6.5; Mc 12.30; Lc 10.27). O amor ao próximo se estende a todas as pessoas, inclusive ao inimigo (Lv 19.18; Mt 5.44; Lc 10.29-37).

Os Evangelhos asseguram que o amor de Deus para com a humanidade é a base da salvação (Jo 3.16; 15.13). Por conseguinte, a virtude do amor é o princípio basilar de todas as ações do crente salvo por Cristo, entre tantas: “o amor não faz mal ao próximo” (Rm 13.10); “o amor não se conduz de forma inconveniente” (1 Co 13.5, NAA); “o amor não se alegra com a injustiça” (1 Co 13.6, NAA). Em vista disso, os cristãos receberam a missão de proclamar a mensagem do amor de Cristo às nações (Mt 28.19). Esse amor perdoa, salva, cura, liberta e regenera a sociedade. Assim sendo, a Igreja fiel e guiada pelo Espírito, ao pregar e viver o evangelho, torna-se em sal da terra e luz do mundo (Mt 5.13,14).

¹ ELLISEN, Stanley A. **Conheça melhor o Antigo Testamento**. São Paulo: Vida, 2000, p. 13.

² SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2002, p. 46.

³ JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1990, p. 48. (Antiguidades Judaicas, I, 1.2,4)

⁴ JOSEFO, 1990, p. 119. (Antiguidades Judaicas, IV, 8.172)

⁵ JOSEFO, 1990, p. 125. (Antiguidades Judaicas, IV, 8.173)

⁶ ELLISEN, 2000, p. 13.

⁷ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 152.

⁸ SOARES (Org.), 2017, p. 152.

⁹ SOARES (Org.), 2017, p. 152.

¹⁰ MEARS, Henrietta C. **Estudo panorâmico da Bíblia**. São Paulo; Vida, 2003, p. 34.

¹¹ SOARES (Org.), 2017, p. 151.

- ¹² HAGNER, Donald A. **Novo bomentário bíblico bontemporâneo: Hebreus**. São Paulo: Vida, 1997, p. 177.
- ¹³ BRAY, Gerald L. (Org.). **Comentário bíblico da reforma: Gálatas e Efésios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 152.
- ¹⁴ BRAY (Org.), 2013, p. 162.
- ¹⁵ MARCONCINI, Benito. **Os evangelhos sinóticos: formação, redação e teologia**. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 4.
- ¹⁶ COMFORT, Philip Wesley (Ed.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 188.
- ¹⁷ CARSON, D. A. (Ed.). **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 19.
- ¹⁸ MEARS, 2003, p. 307.
- ¹⁹ **Guia cristão de leitura da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 22.
- ²⁰ WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico Expositivo**. Vol. 1. Santo André: Geográfica, 2019, p. 22.
- ²¹ STERN, David H. **Comentário judaico do Novo Testamento**. São Paulo: Didática Paulista, 2008, p. 41.
- ²² MOUNCE, ROBERT H. **Novo comentário bíblico contemporâneo: Mateus**. São Paulo: Vida, 1996, p. 44.
- ²³ SOARES (Org), 2017, p. 109.
- ²⁴ EVANS, Craig A. **Novo comentário bíblico contemporâneo: Lucas**. São Paulo: Vida, 1996, p. 318.
- ²⁵ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 116.
- ²⁶ SILVA, Antonio Gilberto da. **A escola dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 96.
- ²⁷ SOARES, Esequias. **Os dez mandamentos**. Rio de Janeiro: CPAD, 2014, p. 33.
- ²⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988, Art. 222.
- ²⁹ SOARES (Org.), 2017, p. 204.
- ³⁰ SOARES (Org.), 2017, p. 204.
- ³¹ SOARES (Org.), 2017, p. 156.

Capítulo 9



AS HISTÓRIAS E AS POESIAS FALAM AO CORAÇÃO

“Estou aflitíssimo; vivifica-me, ó Senhor, segundo a tua palavra.” (Sl 119.107)

A Bíblia Sagrada faz uso de gêneros literários para expressar a revelação divina. Para contar as histórias do povo de Deus, os livros históricos servem-se da literatura chamada de “narrativa”. As experiências do povo de Deus na conquista e posse da Terra Prometida apontam para a soberania divina. Os livros poéticos e de sabedoria recorrem ao “texto lírico” com o propósito de despertar sentimentos. Os escritos bíblicos em prosa e poesia revelam a sabedoria divina, que deve ser aplicada em nosso viver diário. Essas mensagens servem de bom remédio e conservam saudável o nosso espírito, alma e corpo (Pv 17.22). Em vista disso, neste capítulo, estudaremos as experiências e as instruções relatadas nesses livros, cujas verdades produzem fé e esperança em nossos corações.

I – AS HISTÓRIAS DO ANTIGO TESTAMENTO

1. Os Livros Históricos

A narrativa é um tipo literário que abrange mais de 40% do Antigo Testamento. O termo narrativa é preferido no uso técnico para o registro da história. Toda a narrativa é constituída de enredo, trama e personagens. Contudo, ao contrário das narrativas humanas que,

por questões ideológicas, tendem a impor o falso como verdadeiro, a narrativa bíblica é divinamente inspirada, totalmente verídica, Deus é o autor e personagem principal. Gordon Fee enfatiza que elas não são meramente histórias das pessoas que viveram no período da Antiga Aliança. As narrativas “são, antes de tudo, histórias acerca daquilo que Deus fez para aquelas pessoas e através delas”.¹

Na estrutura e classificação literária da Bíblia Sagrada, os registros da experiência dessas pessoas com Deus, e da posse da Terra Prometida, são chamados de “livros históricos”.² Refere-se à segunda seção do Antigo Testamento, imediatamente após o encerramento do Pentateuco. São um total de 12 volumes, que retratam a história de Israel desde a entrada em Canaã (cerca de 1400 a.C.) até o tempo de Esdras e Neemias (cerca de 400 a.C.).³ Após a morte de Moisés, Deus chamou Josué para liderar o povo na conquista da Terra Prometida (Js 1.1,2). Desse modo, o livro de Josué faz abertura do grupo dos “livros históricos”.

Josué pertencia ao grupo dos doze líderes escolhidos para espiar a Terra Prometida. Ele era da tribo de Efraim e, juntamente com Calebe, exortou o povo a confiar nas promessas (Nm 13.8,16; 14.6-9). Josué foi comissionado para ser o general do Exército de Israel (Êx 17.8,9); esteve junto no Sinai quando Moisés recebeu as tábuas da Lei (Êx 24.13; 32.17); quando jovem foi encarregado do Tabernáculo (Êx 33.11); e, era o aprendiz e o servidor leal de Moisés

(Êx 24.13; Nm 11.28). Foi um oficial comandante vitorioso (Êx 17.13), e um exemplo de fé, confiança, ousadia e coragem (Nm 14.36-38; Nm 32.11,12). Em sua trajetória, Josué foi forjado e aprovado, e, assim, tornou-se o legítimo sucessor de Moisés (Dt 31.23; 34.9)

A narrativa de seu livro relata a história da nação, desde a travessia do Jordão (Js 3.14-17) até a sua morte aos 110 anos de idade (Js 24.29). Durante os 30 anos de sua liderança, Josué alocou uma porção de terra para as tribos de Israel, exceto aos levitas (Js 13.14; 21.43). Contudo, ainda muitíssima terra ficou para possuir (Js 13.1-7). As gerações seguintes, para assegurar a herança, disputaram o espaço com outras nações. Nesse período, Israel experimentou, dentre outros, a fidelidade divina ao desfrutar da promessa feita aos patriarcas (Gn 17.3-8; Êx 3.13-17); a providência divina como na travessia do Jordão e na queda de Jericó (Js 4.7; Js 6.20), a repreensão e o juízo como no caso do anátema (Js 7.5;11;24-25), a proteção e a vitória sobre os inimigos (Js 24.1). Tais relatos demonstram que Deus controla o curso da história (Js 21.45).

2. As Histórias dos Juízes

O título hebraico desse livro em hebraico é “*shōphetim*” e “*kritai*” em grego, ambos os termos têm o significado de “juízes”. Refere-se ao modelo de governo adotado pelos israelitas no interlúdio da morte

do líder Josué e a coroação de Saul como primeiro rei da nação. Gleason Archer anota que “o tema básico do livro é a falha de Israel como teocracia, no sentido de não ter conseguido lealdade à aliança mesmo sob a liderança de homens escolhidos por Deus, os quais libertavam a nação da opressão do mundo pagão ao redor”.⁴ Séculos depois, as sucessivas falhas em manter fidelidade a Deus e a Lei de Moisés conduziram Israel a instituir um governo monárquico.

Após Josué, os juízes governaram Israel até ao profeta Samuel (At 13.20). Esse período abrange cerca de 400 anos de história com a atuação de doze líderes (Jz 3.11–16.30). Josué, antes de falecer, exortou a nação para não servirem outros deuses, mas cumprir a aliança com Deus (Js 24.14,15). Em resposta, o povo jurou solenemente: “Nunca nos aconteça que deixemos o Senhor para servirmos a outros deuses” (Js 24.16). Esse juramento foi cumprido enquanto viveram os anciãos conterrâneos de Josué (Js 24.31). Passada essa geração, por rebeldia e pela inexistência de uma liderança forte (Jz 18.1), cada um fazia o que achava reto a seus próprios olhos (Jz 21.25).

Por essas razões, a nação entrou em declínio espiritual. Os israelitas não expulsaram todos os povos da terra de Canaã e passaram a coabitar com eles (Js 3.5); em desobediência à Lei, realizavam casamentos mistos com os estrangeiros e serviam os seus deuses pagãos (Js 3.6). A narrativa do livro informa que se

esqueceram do seu Deus e “fizeram o que parecia mal aos olhos do Senhor” (Jz 3.7). Como resultado da rebelião, a mistura com os ímpios e a idolatria, os israelitas eram subjugados pelas nações vizinhas (Jz 3.8,12; 6.1; 10.7). Porém, mediante o arrependimento do povo, Deus levantava libertadores para resgatar a Israel da opressão (Jz 3.9,15; 6.7; 10.10).

William Lasor avalia que existe um padrão de comportamento do povo que pode ser observado na história de todos os juízes: “o povo faz o que é mau, servindo a outros deuses. Javé envia uma nação para oprimi-lo. O povo clama a Javé. Javé levanta um libertador. O opressor é derrotado. O povo tem descanso”.⁵ Esse padrão é como um círculo vicioso em Israel. A terra sossegava por um determinado tempo, e depois “os filhos de Israel [tornavam] a fazer o que parecia mal aos olhos do Senhor” (Jz 3.12) e todo o processo começava novamente. Essas histórias apontam para a fidelidade e a misericórdia divina; embora o povo fosse infiel, Deus permanecia fiel (2 Tm 2.13).

3. As Histórias dos Reis

Passado o período dos juízes, ocorreu a transição para a monarquia. A história da era dos reis é narrada nos livros de 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas. Os livros de Samuel, dentre outros relatos, mostram a ascensão de Saul e de Davi ao trono de Israel. Os livros de Reis registram o reinado de Salomão, e os reis

que se sucederam tanto no Reino do Norte como no Reino do Sul. Os livros das Crônicas, escritos após o retorno de Judá do exílio babilônico, retratam especialmente os sucessivos reis de Judá, mencionando os reis de Israel esporadicamente. Essas narrativas enfatizam que apenas os reis obedientes a Deus eram por Ele abençoados.

A monarquia tem seu início por volta do ano 1050 a.C., quando Deus constituiu a Saul como rei em Israel (1 Sm 8.5; 9.17). Até esse tempo, Israel tinha sido governado diretamente por Deus por meio de seus porta-vozes: Moisés, Josué e os juízes. O último porta-voz do governo teocrático foi Samuel (1 Sm 8.7). A partir da instituição do governo monárquico, os reis passaram a liderar Israel. A designação de um rei não encerrava a aliança de Deus com Israel, embora a motivação do povo estivesse errada (1 Sm 8.20). Contudo, Deus já tinha feito provisão para a monarquia na Lei de Moisés e, assim, manteve o pacto com a nação. Os reis deveriam obedecer à Lei, sujeitar-se à palavra profética de Deus e reinar com justiça (Dt 17.14-20).⁶

Porém, Saul não observou esses preceitos e o seu reinado fracassou (1 Sm 13.13; 16.1). Então, Deus o substituiu por “um homem segundo o seu coração” (1 Sm 13.14). Davi foi escolhido e recebeu a promessa de um reino que não teria fim (2 Sm 7.16). Essa promessa é conhecida como aliança davídica. Salomão lhe sucedeu no trono e, após a sua morte, o reino se dividiu: Israel no

Norte; e Judá no Sul (1 Rs 12.16,17). As histórias do reino dividido enfatizam a atitude de cada rei em seu relacionamento com Deus e sua postura dentro da aliança mosaica. A frase “fez o que era reto” ou o seu oposto “fez o que era mau” é empregada para avaliar o reinado e diferenciar os bons reis dos reis ímpios.

Por fim, ambos os reinos quebraram a aliança com Deus. A lista de pecados cometidos é enorme: idolatria, sincretismo religioso, imoralidade sexual, violência, litígio, injustiça social e jurídica dentre tantos. Como consequência, os dois reinos foram levados para o exílio. Em 722 a.C., Israel foi conquistado pelos assírios. Em 586 a.C., Judá caiu diante da Babilônia. Contudo, em 539 a.C., cumprindo sua promessa, Deus restaurou o trono de Davi. E, do reino de Judá, a esperança messiânica se cumpriu em Jesus (Lc 1.32,33). Essas narrativas mostram que os planos do Senhor não podem ser frustrados (Jó 42.2) e que o bem-estar de uma nação depende da fidelidade com Deus (Sl 33.12).

II – OS LIVROS POÉTICOS (E DE SABEDORIA) DO ANTIGO TESTAMENTO

1. Os Livros Sapienciais e Poéticos

Os livros sapienciais são conhecidos como “livros de sabedoria”. Os livros poéticos são conhecidos como “livros de poesia”. Trata-se de estilo literário empregado na redação do terceiro grupo dos livros do Antigo Testamento. Nesse aspecto, convém esclarecer que essa composição literária não desqualifica a inspiração divina, nem a autoridade ou canonicidade desses escritos bíblicos. A mensagem

poética traz sabedoria para o relacionamento com Deus e o viver diário em qualquer época.

Stanley Ellisen informa que “os hebreus identificavam três grandes livros poéticos: Jó, Salmos e Provérbios. Na classificação da Vulgata estão também incluídos os livros didáticos, Eclesiastes e Cantares, perfazendo um total de cinco livros”.⁷ Quanto aos livros sapienciais, Jó, Provérbios e Eclesiastes são considerados tanto poéticos como de sabedoria. A poesia veterotestamentária abrange também grande parte dos ditos proféticos ou da literatura sapiencial.⁸

Em relação à importância desses livros, transcrevemos o seguinte:

Esses livros continuam sendo importantes para os cristãos hoje. Seus principais temas — louvor e oração, orientação para uma vida santa, nosso relacionamento com Deus e com as pessoas ao nosso redor — e sua linguagem forte, evocativa, continuam a moldar o coração e a mente do povo de Deus. Ao lermos Salmos, meditarmos em Provérbios, nos comovermos com a beleza de Cantares de Salomão e nos esforçarmos para entender tópicos difíceis de Jó e Eclesiastes, o Espírito Santo transforma e renova nosso coração e nossa mente.⁹

Em suma, esses escritos ensinam a sabedoria por meio da poesia ou da prosa. Eclesiastes foi escrito quase todo em prosa, e os outros livros foram redigidos, em sua maioria, em forma de poesia. De modo geral, a prosa retrata o modo como normalmente falamos. E a poesia expressa sentimentos e pensamentos mediante versos que atingem o intelecto e as emoções. Na Bíblia, esse gênero literário trata da aplicação da verdade divina à experiência humana,

refere-se à sabedoria prática mais do que teórica (Jó 28.28; Sl 19.7; Pv 23.12; Ec 7.12, Ct 8.7).

2. Eclesiastes, Provérbios e Jó

O título de Eclesiastes é uma tradução grega do hebraico *qôhelet*, significando “aquele que convoca uma congregação” a fim de pregar para ela. Por isso, a expressão “pregador” usada por alguns é perfeitamente adequada (Ec 1.1). O livro afirma “que sua sabedoria vem do ‘único pastor’, e que ao ultrapassar os limites de tal sabedoria, o pretendente a sábio deve exercer o máximo de cuidado (Ec 12.11ss)”.¹⁰ Essa declaração reivindica sua inspiração divina. A expressão “único pastor” é referência a um dos títulos divinos. O tema de Eclesiastes está na frase “é tudo vaidade” (Ec 1.2). Indica a efemeridade e a futilidade da vida humana. O pregador convida seus leitores a abandonar a confiança na visão secular da vida.¹¹ Por isso, ao final, o autor declara que o sentido e o verdadeiro significado da vida é “teme a Deus e guarda os seus mandamentos” (Ec 12.13).

O título de Provérbios é uma tradução grega do hebraico *mãshâl*, que deriva de uma raiz que significa “ser como” ou “comparado com”. Desse modo, entende-se que o propósito do autor é apresentar o contraste existente em uma vida de sabedoria e uma vida de insensatez. Corrobora com essa compreensão a introdução do livro quando o autor estabelece seu objetivo: “para se conhecer a

sabedoria e a instrução; para se entenderem as palavras da prudência” (Pv 1.2). Provérbios oferece aos seus leitores a oportunidade de fazer a escolha pela sabedoria. Em vista disso, o tema de Provérbios afiança que “o temor do Senhor é o princípio da sabedoria” (Pv 9.10). Ensina que observar os princípios divinos nos faz pessoas sábias. Portanto, ao concluir, o escritor enfatiza que uma pessoa temente a Deus é digna de ser honrada (Pv 31.30).

O título de Jó é tradução do hebraico *‘iyyôb*, que parece significar “onde está meu pai?”. O livro narra a experiência de um personagem real. O escritor registra que Jó alcançou o testemunho de ser um servo “íntegro e reto, que teme a Deus e se desvia do mal” (Jó 1.8, NAA). Apesar de sua vida justa, Jó experimentou muita dor e sofrimento. Inexplicavelmente, ele perdeu todas as suas posses (Jó 1.13-17); tragicamente perdeu todos os seus filhos (Jó 1.18,19) e inesperadamente foi atingido por uma dolorosa doença (Jó 2.7,8). Portanto, o tema de Jó é o sofrimento do justo (Jó 1.21). Mostra que a dor não é racional, que o sofrimento nem sempre é resultado de algum pecado. Por isso, se faz necessário sempre confiar na sabedoria do Senhor. Em última instância, Jó reconheceu que a aflição o aproximou de Deus (Jó 42.5).

3. Salmos e Cantares de Salomão

O título de Salmos reflete o grego *Psalmoi*, que designa o nome do livro na Septuaginta (LXX). Outro título grego por vezes empregado

é *Psalterion*, que, na forma aportuguesada, é transliterado como “Saltério”. Ambos os termos entraram em nossas Bíblias pela Vulgata latina, que transliterou o grego. O termo *Psalmoi* descreve “um cântico ou um louvor”, e o *Psalterion* indica “uma coleção de cânticos ou louvores”. No Novo Testamento, o evangelista e historiador Lucas utiliza o título grego completo — “livro de Salmos” (Lc 20.42; At 1.20).¹² A obra completa é uma coletânea de 150 poemas distribuídos em cinco livros: *Livro 1* (Sl 1–41); *Livro 2* (Sl 42–72); *Livro 3* (Sl 73–89); *Livro 4* (Sl 90–106); *Livro 5* (Sl 107–150).

A autoria dos salmos é atribuída a vários escritores distintos. Dentre eles, citam-se os setenta e três salmos que são reputados ao rei Davi, o que equivale a quase metade deles; dois salmos são de autoria do rei Salomão (Sl 72 e 127); ao menos um salmo é de Moisés (Sl 90); doze salmos são atribuídos a Asafe (Sl 50; 73–83); dez salmos são dos filhos de Coré (Sl 42; 44–45; 47–49; 84–85; 87–88). Os tradutores da LXX atribuíram a profetas a autoria de alguns dos Salmos, tais como Jeremias (Sl 137), Ageu (Sl 146), Zacarias (Sl 147), e outros salmos são de ilustres anônimos chamados de “salmos órfãos”.¹³ Não obstante, reitera-se que a diversidade de autores não invalida a autoridade dos ensinamentos e nem a inspiração divina da totalidade do livro de Salmos.

Outro aspecto a frisar é que o título hebraico para “Salmos” é *tehillim*, com o significado de “louvores” ou “cânticos de louvor”. E era com essa finalidade utilizado pelos israelitas em suas liturgias. O

cântico sempre esteve presente na história de Israel. A nação cantava em todas as situações, por vezes acompanhada por algum instrumento musical (Êx 15.17; Nm 21.17, 27; Jz 5.1; 2 Sm 1.17; Am 5.23). Assim sendo, a mensagem principal dos Salmos é o louvor, a oração e a adoração. Também é um livro de instrução, porque nos mostra como servir ao Senhor. E ainda fala profeticamente acerca do Messias. Nesses aspectos, considera-se como verso-chave Salmo 29.2: “Dai ao Senhor a glória devida ao seu nome; adorai o Senhor na beleza da sua santidade”.

O livro de Cantares de Salomão ou “Cântico dos Cânticos” significa o cântico que supera todos os outros cânticos. O *Guia Cristão de Leitura da Bíblia* o considera como “um comovente e dramático poema sobre o desenvolvimento de um relacionamento”.¹⁴ Ilustra o compromisso, a intimidade e o amor que deve existir no casamento. Refere-se ao plano original de Deus acerca do relacionamento conjugal. O versículo-chave sintetiza o ideal da fidelidade entre o marido e a sua mulher: “Eu sou do meu amado, e o meu amado é meu” (Ct 6.3). Teologicamente, esse amor é entendido “como uma tipificação do caloroso relacionamento pessoal que Deus deseja ter com a sua noiva espiritual, composta de todos os crentes redimidos que deram o seu coração a Ele”.¹⁵

III – UMA MENSAGEM AO CORAÇÃO

1. Uma Mensagem de Soberania

A soberania indica o domínio absoluto de Deus sobre todas as obras criadas: a terra, os céus, a vastidão do universo, os seres espirituais, os animais, os homens, e sobre todo o curso da história: “Do SENHOR é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24.1); “o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens” (Dn 4.25). A soberania é demonstrada, dentre outros atributos, pela sua Onipotência que executa o plano eterno e opera no controle de tudo e de todos (Rm 9.15-19).

As Escrituras apresentam o Senhor como “*El-Shadday*”, que significa o Deus Todo-Poderoso (Gn 17.1). Seu poder é ilimitado e jamais poderá ser resistido, impedido ou anulado, seja pelo ser humano, seja pela natureza ou por seres angelicais (Jó 42.2). Somente Ele pode realizar ou fazer tudo, conforme o seu entendimento e o beneplácito da sua vontade. Contudo, Ele não faz nada que contrarie a sua natureza (Hb 6.18). A soberania divina é exercida para abençoar os piedosos e punir os rebeldes (Rm 11.22).

Lewis Chafer anota que a soberania divina “é discernida de maneira absoluta pela qual todas as coisas receberam os seus devidos lugares na criação, no assinalar aos homens sobre o dia deles e sobre a geração deles assim como os limites da habitação deles, e no exercício da graça salvadora”.¹⁶ Porém, a soberania não é arbitrária a ponto de tolher o livre-arbítrio. Todavia, a ação humana é limitada aos desígnios divinos. Dessa forma, a paciência de Deus

renova ao homem oportunidades de arrependimento para mantê-lo no centro da vontade divina (2 Pe 3.9).

Nesse sentido, ratifica-se que Deus controla o curso dos acontecimentos, remove e estabelece governos, a um abate, e a outro exalta visando a um fim auspicioso (Sl 75.7; Dn 2.21; 4.25; Jr 29.11). Por exemplo, Deus conduziu Josué de forma miraculosa na travessia do Jordão (Js 3.13). Esse feito extraordinário favoreceu o acesso à Terra Prometida (Js 5.1). Mais tarde, Deus levantou nações para punir a rebeldia de seu povo e ainda proveu o meio de escape, a fim de evitar a extinção da nação eleita (Rm 9.29).

Ele proveu o resgate do exílio babilônico ao remanescente, conforme a promessa feita a Davi (Ed 9.13). Foi Deus quem conservou a nação de Judá e assim preparou o caminho para a vinda do Messias prometido (At 13.17-23). Assim sendo, nosso coração deve se aquietar, Ele age na história e nada acontece fora da sua vontade (Mt 10.29,30). A soberania divina impede que a insensatez humana ou a malignidade de Satanás exerçam o controle. Deus é soberano, Ele é a base da paz e da confiança de todo o seu povo.¹⁷

2. Uma Mensagem de Sabedoria

Como já visto nesta obra, a sabedoria é a habilidade de aplicar o conhecimento para fazer escolhas certas no momento oportuno. Refere-se à prática da prudência que ultrapassa o mero

conhecimento intelectual ou acadêmico. A Bíblia Sagrada ensina que temer ao Senhor e observar os seus preceitos nos fazem viver como pessoas sábias (Ef 5.15) e os que rejeitam ao Senhor e sua Palavra vivem na ignorância (Sl 14.1).¹⁸ Nos chamados livros “sapienciais” ou ‘poéticos”, Deus inspirou seus autores para nos agraciar com uma mensagem de sabedoria a ser executada em nosso viver diário.

A fonte dessa sabedoria é o próprio Deus, portanto, a sabedoria é dada por Ele. Significa que quando alguém recebe a sabedoria foi porque Deus lhe deu (Pv 2.5,6). O propósito da sabedoria é agradar a Deus e confiar nEle (Pv 3.5). Os sábios não confiam em si mesmos, antes confiam no Senhor e na sua soberania que controla o Universo. Dessa forma, todo o conselho prático está subordinado à sabedoria divina. Dentre eles, citamos: andar retamente de modo ético e irrepreensível (Pv 2.7); fugir da luxúria e se conservar puro (Pv 2.16); não ser preguiçoso (Pv 6.6); e, manter boa reputação (Pv 22.1).

As orientações incluem tomar cuidado no falar. As palavras precipitadas e descuidadas são um erro a ser corrigido. O sábio pesa o que fala, mas o tolo se compromete na multidão das palavras (Ec 5.2,3). Uma pessoa sábia não deve amar ou confiar no dinheiro e nem depositar a sua esperança nas riquezas materiais (Ec 5.10-12). Ser sábio também denota viver em contentamento e não em murmuração. Em virtude da brevidade da vida, o homem

deve se alegrar com o fruto de seu trabalho como parte da dádiva divina, (Ec 9.7-10). Igualmente somos aconselhados a remir o tempo, e lembrar-se de Deus antes de ser chamado para se encontrar com Ele (Ec 12.1-7).

A mensagem bíblica também enaltece a integridade. A integridade se relaciona com firmeza de caráter e conduta ilibada. Os ensinamentos no livro de Jó sobrepõem os padrões de integridade do mundo. O manter-se íntegro independe das circunstâncias (Jó 1.22). O sofrimento e a dor são uma realidade, mas Deus provê os meios de cura (Jó 5.17,18). Por conseguinte, somos exortados a confiar sempre no Senhor (Jó 19.25); e a desfrutar do verdadeiro amor (Ct 8.7). No entanto, essas ações não devem ser observadas de forma legalista para evitar o castigo; ao contrário, elas devem ser o resultado do toque divino no coração humano (Pv 4.23).

3. Uma Mensagem de Adoração

As Escrituras ensinam que somente o Deus único e verdadeiro deve ser adorado (Êx 20.1-5). A adoração faz parte do culto prestado a Deus tanto individual como coletivo. Em geral, os elementos da adoração compreendem a oração, o louvor, os cânticos, o meditar na Palavra de Deus, dentre outros. O *Dicionário Vine* esclarece que a palavra hebraica *sãhãh* ocorre mais de 170 vezes no Antigo Testamento sendo “usada como termo comum para se referir a ir diante de Deus em adoração (Jr 7.2)”.¹⁹ No Novo Testamento, o

verbo grego *proskuneō* é empregado 59 vezes com o significado de adorar (cf. Mt 2.2,8,11; 4.10; Jo 4.21-24; 9.38; 1 Co 14.25; Hb 1.6; Ap 4.10; 5.14; etc.).

Moisés recebeu o modelo de adoração com ofertas e sacrifícios (cf. Nm 28.3-8; Lv 23.1ss). Desenvolveu um sistema de adoração pública com vários elementos: sacrifícios especiais (2 Cr 7.5ss); cerimoniais específicos (1 Rs 8.14); ministrações de louvor (2 Cr 5.13); oração pública (Dt 26.15); e discursos públicos (Ne 9.3-38).²⁰ Na Nova Aliança, esses sacrifícios e ofertas foram abolidos (Hb 20.26), uma vez que Cristo tirou os pecados do mundo (Jo 1.29). No modelo cristão, a adoração pública envolve: salmos, doutrina, revelação, língua e interpretação (1 Co 14.26). Porém, exige-se que a adoração seja em espírito e em verdade (Jo 4.23). A verdadeira adoração é aquela que procede do interior, a que é do coração (Rm 2.29; Ef 3.16).

Nesse aspecto, os Salmos possuem a peculiaridade de expressar as mais profundas emoções do coração humano, tais como: medo, angústia e tristeza (Sl 116.3); força, segurança e alegria (Sl 118.14). Assim, eles refletem o ideal divino da espiritualidade e da adoração. Entre outros retratos da vida espiritual, destacam-se: o coração que confia (Sl 3.3); o coração contrito (Sl 6.1); o coração que glorifica (Sl 8.1); o coração agradecido (Sl 30.1); e o coração arrependido (Sl 51.1). A fim de manter a verdadeira adoração em todas as circunstâncias da vida, o salmista descreveu a conduta por ele

adotada: “Escondi a tua palavra no meu coração, para eu não pecar contra ti” (Sl 119.11).

¹ FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lêes?** São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 66.

² As experiências dos personagens bíblicos não são relatadas apenas nos chamados “livros históricos”. Os livros de Gênesis e Jó, por exemplo, também possuem porções narrativas, mas tradicionalmente recebem classificação literária distinta.

³ Quanto à estrutura da Bíblia Sagrada, consultar o capítulo 4 desta obra.

⁴ ARCHER JR, Gleason L. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 197.

⁵ LASOR, William S. (Ed.). **Introdução ao Antigo Testamento.** São Paulo; Vida Nova, 1999, p. 167.

⁶ **Guia cristão de leitura da Bíblia.** Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 167.

⁷ ELLISEN, Stanley A. **Conheça melhor o Antigo Testamento.** São Paulo: Vida, 2000, p. 143.

⁸ LASOR (Ed.), 1999, p. 284.

⁹ **Panorama da Bíblia.** Rio de Janeiro: CPAD, 2016, p. 81

¹⁰ EATON, Michael; CARR, G. **Eclesiastes e cantares:** introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 32.

¹¹ EATON, 2011, p. 62.

¹² LASOR, 1999, p. 466.

¹³ ELLISEN, 2000, p. 161.

¹⁴ ARANHA, 2013, p. 448.

¹⁵ ARCHER JR., 1984, p. 448.

¹⁶ CHAFER, Lewis Sperry. **Teologia sistemática.** Vol. 1 e 2. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 245.

¹⁷ HODGE, Charles. **Teologia sistemática.** São Paulo: Hagnos, 2001, p. 332.

¹⁸ Para lembrar os detalhes do conceito da sabedoria, consulte o capítulo 6 desta obra, “A Bíblia como um Guia para a Vida”, especialmente o ponto II, “A Bíblia nos Torna Pessoas Sábias”.

¹⁹ VINE, W. E. **Dicionário Vine.** Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p 31.

²⁰ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p 32.

Capítulo 10



AS PROFECIAS DESPERTAM E TRAZEM ESPERANÇA

“Bem-aventurado aquele que lê, e os que ouvem as palavras desta profecia, e guardam as coisas que nela estão escritas; porque o tempo está próximo.”(Ap 1.3)

Os livros proféticos do Antigo Testamento se dividem em “Profetas Maiores” e “Profetas Menores”. A designação serve para diferenciar o tamanho dos livros, e não o grau de importância de seus autores. Os profetas maiores são Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel e Daniel, e os outros doze livros, de Oseias a Malaquias, são os profetas menores. No Novo Testamento, apenas o livro de Apocalipse é classificado como profético.

A mensagem dos profetas é de suma importância para despertar o cristão. Nos livros proféticos, a soberania, a justiça e a misericórdia divina estão claramente reveladas. Os fatos narrados comprovam o poder, a autoridade e o controle divino sobre todas as coisas. Eles nos servem de experiência de fé e produzem esperança ao povo de Deus (Rm 5.4).

I – OS PROFETAS MAIORES

1. Os Profetas e a Profecia

A palavra grega *prophetes* significa proclamador e intérprete da revelação divina. No hebraico, a palavra mais frequente é *nābi*, como sendo aquele que declara uma mensagem em nome de Deus.

Gordon Fee conceitua os profetas como sendo “os mediadores, ou porta-vozes de Deus, no tocante à aliança. Através deles, Deus relembra às pessoas nas gerações depois de Moisés que, se a Lei for guardada, haverá bênçãos como resultado; senão, seguir-se-á o castigo”.¹ Em vista disso, os profetas tinham acesso à presença dos reis, ofereciam-lhes assessoramento e, quando necessário, até censuravam os seus atos (Is 37.5-7; 2 Sm 12.7ss). Os profetas são identificados como servos do SENHOR (1 Rs 14.18; 2 Rs 9.7; 17.13; Jr 7.25). A Bíblia registra que Deus falou muitas vezes e de várias maneiras por meio dos profetas (Hb 1.1).

O termo grego empregado para profecia é *propheteia*, com o significado de “a declaração da mente e do conselho de Deus”. O *Dicionário Vine* enfatiza que “a profecia não é necessariamente, nem mesmo primariamente vaticinadora [...] é a descrição antecipada da vontade de Deus, quer com referência ao passado, presente ou futuro (Gn 20.7; Ap 1.19)”.² A atividade profética na Bíblia tem a sua origem em Deus e a difere do “profetismo” das demais religiões. A profecia nas Escrituras é a manifestação do Espírito com o propósito de proclamar os desígnios divinos, exortar e levar o seu povo à obediência e à fidelidade com Deus e a sua Palavra.

O desenvolvimento da história profética em Israel é usualmente dividido como “profetas não escritores” e “profetas escritores”, ou

“não literários” e “literários”. Essa divisão abrange os profetas do período pré-mosaico, mosaico, período de Samuel, do reino unido e do reino dividido.³ Nesse aspecto, nossa abordagem enfoca os “livros proféticos” do período literário, a composição e a data aproximada⁴ das profecias dos denominados “profetas maiores” e “profetas menores”. Como já visto no capítulo 4, essa classificação difere da coletânea hebraica, porém, sem prejuízo de conteúdo, autenticidade e canonicidade.

2. Os Profetas Isaías e Jeremias

Isaías profetizou no reino de Judá. Seu ministério ocorreu nos dias dos reis Uzias, Jotão, Acaz e Ezequias (Is 1.1 ss). Esse período equivale a mais de 60 anos de atividade profética. *Isaías* significa “*salvação do Senhor*”, e salvação é o tema central de seu livro.⁵ Ele denunciou a rebeldia do povo e apontou o cativoiro como juízo divino. O julgamento incluía fome, sede, morte, humilhação e vergonha (Is 5.13-17). Também predisse o retorno de Judá do exílio. Apesar dos pecados, a promessa a Davi se cumpriria, Deus iria livrar o seu povo, porém, os incrédulos não fariam parte desse livramento (Is 48.20-22). Ainda profetizou a respeito de Cristo, tal como seu nascimento de uma virgem (Is 7.14); sua descendência de Davi (Is 11.1); e seu ministério libertador (Is 61.1,2).

Jeremias atuou durante o reinado de Josias, Jeoacaz, Jeoaquim, Joaquim e Zedequias, reis de Judá (Jr 1.2ss). Seu ministério se

estendeu por mais de quarenta anos. Seu nome significa “*Yahweh estabelece*”. O propósito predominante no livro é de conclamar o povo de Judá ao arrependimento. Ele profetizou 60 anos após a morte de Isaías. Judá permanecia em declínio espiritual. Enquanto os falsos profetas prediziam o bem, Jeremias vaticinou a queda da nação por causa do pecado, principalmente a rebeldia e a idolatria (Jr 1.14-16). Contudo, o profeta anunciou a restauração do remanescente. A maldade seria perdoada e o povo retornaria do cativeiro ao seu país nativo (Jr 50.19,20). Jeremias também profetizou a chegada de Cristo como um Renovo de justiça (Jr 33.15).

No livro das *Lamentações*, temos o registro do clamor de Judá pelo perdão divino (Lm 1.2; 5.1). As deportações da nação de Judá tiveram início em 597 a.C., não obstante, o povo permaneceu negligente e confiado nos falsos profetas (Jr 27.5). Então, no ano 586 a.C., após dezoito meses sitiada, Jerusalém caiu diante do exército de Nabucodonosor. Seus muros foram queimados, o Templo foi destruído, e o restante do povo foi deportado para a Babilônia (Jr 21.13,14; 52.28-20; Lm 2.7,8).

Mediante o cenário caótico, cinco poemas integram o livro das *Lamentações*. Os primeiros são canções de tristeza e o quinto se assemelha a uma oração. O *Comentário Bíblico Beacon* sublinha que “os poemas permitem ao povo confessar que Deus o havia tratado com justiça, e, ao fazê-lo, encontrariam forças para suportar

o peso indescritível da angústia sem desesperar-se [...] apontavam o caminho para o arrependimento e fé e, deste modo, estimulavam esperança na misericórdia de Deus”.⁶ Nesse sentido, Isaías e Jeremias, além de juízo, anunciaram despertamento e esperança.

3. Os Profetas Ezequiel e Daniel

Ezequiel é um profeta do cativo que foi conduzido ao exílio na deportação promovida por Nabucodonosor em 597 a.C. (2 Rs 24.14-16). Ele tinha sido sacerdote em Jerusalém (Ez 1.3) e na Babilônia foi chamado para ser profeta do Altíssimo (Ez 1.2). Seu ministério profético desenvolveu-se por cerca de 22 anos. O nome Ezequiel significa “*aquele que Deus sustenta*”. Embora Judá estivesse no exílio, o coração do povo era obstinado. Estavam seguindo o mesmo caminho de rebeldia de seus pais (Ez 2.3,4), mas Deus não desistiu de seu povo.

Ezequiel foi levantado para os admoestar: “quer ouçam quer deixem de ouvir” (Ez 2.5). A mensagem lembrava a todos de que a restauração requeria arrependimento. Sua função era advertir a nação para deixar a maldade, seguir a justiça e persistir no caminho da retidão (Ez 3.20,21). Ele também profetizou a restauração da nação (Ez 34.1-39.29), prenunciou a Cristo como pastor e rei (Ez 34.23,24) e como fonte de águas vivas (Ez 47.1,2). O tema preponderante no livro engloba a justiça e a misericórdia divina, a responsabilidade individual e a esperança para o futuro.

Daniel pertencia à alta nobreza judaica (Dn 1.3). Ainda muito jovem, foi enviado para a Babilônia por volta do ano 605 a.C., e tornou-se um dos oficiais da corte (Dn 5.29). O profeta exerceu seu ministério por aproximadamente 70 anos (605 a.C.-535 a.C.), desde o primeiro ano de Nabucodonosor (Dn 1.1) até o terceiro ano de Ciro (Dn 10.1). Seu nome significa “Deus é o meu juiz”. O livro denota que o Juiz dos judeus, embora tivesse permitido o cativeiro, iria restaurar o seu povo por obra de seu grande amor e compaixão.

Ao estudar as profecias de Jeremias (Jr 25.11,12; 29.10), Daniel soube que o cativeiro duraria 70 anos (Dn 9.2), reconheceu a culpa do povo e com oração, súplica, jejum e com pano de saco e cinzas, passou a clamar pela misericórdia divina (Dn 9.3,19). Como resposta, Deus lhe revelou o tempo da restauração da nação, a vinda de Cristo, o advento do anticristo e o julgamento final (Dn 9.24-27). Essas profecias ilustram que Deus está no controle de tudo e tem propósito para cada indivíduo. Portanto, promovem despertamento e esperança de reconciliação com Deus.

II – OS PROFETAS MENORES

1. Os Profetas do Reino do Norte

Dois profetas menores profetizaram para Israel: Amós e Oseias. *Amós* vivia em Tecoá, aldeia de Judá, mas foi chamado para profetizar em Samaria, no Reino do Norte (Am 1.1) nos dias do rei Jeroboão II (793-746 a.C.). Ele era boiadeiro e cultivador de sicômoros, a comida dos pobres. Não era membro da classe dos

profetas, mas foi comissionado por Deus para o ministério profético (Am 7.14,15). Foi ameaçado por Amazias — sumo sacerdote de Betel —, e acusado pelo religioso de conspiração contra o rei Jeroboão II (Am 7.10,12,3). Amós não se intimidou e, destemido, cumpriu a sua chamada.

Ele profetizou quando Israel desfrutava paz e prosperidade econômica (Am 6.1). Esse crescimento material provocou ruptura na moralidade da nação. Deus reprovava as ações do povo, tais como: opressão aos pobres e injustiça social (Am 2.6-8; 6.3-6); o luxo e a ostentação (Am 3.10-15; 5.1-6); a idolatria e o culto a Baal (Am 4.4,5); o enriquecimento ilícito (Am 8.5); a corrupção e o suborno no sistema judiciário (Am 5.11-15). Em razão disso, Amós vaticinou o cativeiro como julgamento (Am 6.7; 7.11). Contudo, o profeta encerra suas profecias com a promessa de restauração (Am 9.11-15).

Oseias registra que a Palavra Ihe foi dirigida, nos dias de Uzias, Jotão, Acaz, Ezequias, reis de Judá, e de Jeroboão II, rei de Israel (Os 1.1). Esse período abrange cerca de 60 anos. Conjectura-se que Oseias fora padeiro (Os 7.4ss) ou até mesmo sacerdote em virtude de seu apreço ao sacerdócio (Os 4.7-9; 5.1; 6.9). A erudição veterotestamentária reconhece que ele era nativo do Reino do Norte. Sua abordagem profética enfoca a infidelidade de Israel, que, como uma meretriz, traiu e abandonou o Senhor, representado pelo casamento do profeta com uma mulher prostituta (Os 1.2).

Seu ministério denunciou a desintegração política em Israel e as alianças com o Egito e a Assíria (Os 5.13; 7.11; 8.9; 12.1; 14.3). Condenou a prática da idolatria (Os 10.5), da prostituição (Os 6.10), da luxúria (Os 4.10), do homicídio, do roubo, do engano e da opressão (Os 5.2; 7.1; 12.7). Denunciou o fracasso dos sacerdotes que aceitavam suborno do povo (Os 6.9). Como é possível perceber, era um tempo de crime, degradação moral e licenciosidade. Em consequência, a nação seria conduzida ao cativeiro pela Assíria (Os 9.3). Apesar dos erros, o profeta anunciou a restauração do povo (Os 14.4-9).

2. Os Profetas Pré-Exílio

Joel profetizou no reino de Judá por volta do ano 835 a.C., durante o reinado de Joás (2 Cr 22–24). Ele se identifica como “filho de Petuel” (Jl 1.1). O seu nome significa “*Jeová é Deus*”. Ele pregou o arrependimento nacional por meio do jejum, choro, pranto e santificação (Jl 2.12,13,16,17). O profeta anunciou o derramamento do Espírito Santo (Jl 2.28) que se cumpriu no dia de Pentecostes (At 2.17-21), e vaticinou o “dia do Senhor” como dia de salvação e de juízo (Jl 1.15; 2.1,11,31). Nesse sentido, Cristo veio para salvar o mundo (Jo 3.16), e um dia voltará para julgar (At 17.31).

Miqueias profetizou nos reinados de Jotão, Acaz e Ezequias (742–687 a.C.), reis de Judá (Mq 1.1). Seu ministério durou cerca de 50 anos. Era da cidade de Moreste, um profeta humilde em Judá (Mq

1.1). Miqueias denunciou a falsa espiritualidade do povo. A nação participava dos ritos sagrados, mas sua religiosidade era meramente legalista (Mq 2.11; 3.11). Condenou a exploração dos pobres (Mq 2.1,2); lamentou a impiedade (Mq 1.9); anunciou a destruição de Jerusalém e o cativeiro babilônico (Mq 3.12). Ainda assim, Deus concederia esperança de restauração a um remanescente (Mq 2.12,13; 4.10).

Habacuque iniciou seu ministério por volta do ano 609 a.C., no governo de Jeoaquim, rei de Judá (2 Rs 23.30-34). Seu nome significa “*abraço amoroso*” e ainda “*lutador*”. Ele próprio se apresenta como sendo profeta (Hc 1.1). O texto é tecnicamente um “oráculo”. Ele recebeu orientação divina para escrever, em lugar de transmitir oralmente como era o usual (Hc 2.2). Ele reclamou da violência, do litígio e da sentença distorcida (Hc 1.1-4), e vaticinou que Deus usaria os babilônios para punir a nação (Hc 1.6). Por fim, Deus haveria de julgar os ímpios e restaurar o seu povo (Hc 3.13).

Sofonias afirma que foi chamado “nos dias de Josias, [...] rei de Judá” (Sf 1.1). A erudição bíblica concorda que o ano 632 a.C. marca o início de suas profecias. Ele condenou a degeneração religiosa que reinava em Judá: o culto a Baal, a astrologia e a profanação dos sacerdotes (Hc 1.4,5); a má conduta dos príncipes, o engano e a violência (Sf 1.8,9). Anunciou a invasão da cidade e a destruição no grande “Dia do Senhor” (Sf 1.10-11,14), e a restauração do remanescente (Sf 3.13-17). Como é possível notar,

os profetas pré-exílio abordam o juízo, mas enfatizam a misericórdia divina em prover o livramento.

3. Os Profetas Pós-Exílio

Ageu era um homem idoso quando começou a profetizar (Ag 2.3). O início de seu ministério se deu no ano 520 a.C., correspondente ao “sexto mês do segundo ano do rei Dario” (Ag 1.1). Nesse tempo, após 17 anos de paralisação, a obra do Templo foi retomada. Ageu persuadiu o governador Zorobabel, o sumo sacerdote Josué, os líderes judeus e o povo a concluir a reconstrução do Templo de Jerusalém (Ag 1.2-9; 2.2,4). Deus prometeu prover os recursos da construção (Ag 2.8) e assegurou que a glória dessa casa seria maior do que a da primeira (Ag 2.9). O livro encerra com uma mensagem de esperança. Deus fará abalar céus e terra para abençoar o seu povo, e, numa referência a Cristo, estabelecerá o Reino messiânico para sempre (Ag 2.21-23).

Zacarias era membro da família sacerdotal (Ne 12.4). Foi comissionado profeta em 520 a.C., no segundo ano de Dario (Zc 1.1). Esdras registra que Zacarias e Ageu atuaram juntos para despertar o povo, Josué e Zorobabel a concluir o Templo (Ed 5.1,2; 6.14). Com a mensagem “não por força, nem por violência, mas pelo meu Espírito” (Zc 4.6) o profeta advertia que, embora fosse necessário o esforço humano, tanto o retorno do exílio, como a reconstrução da cidade e do Templo eram obras do poder divino.

Zacarias é considerado o mais messiânico dos profetas menores. Ele anuncia a vinda do Messias como o renovo do Senhor (Zc 3.8), e, nos capítulos 1.7–6.8 apresenta uma profunda descrição acerca de Cristo.

Malaquias significa “*mensageiro*”, e seu ministério teve início por volta de 433 a.C. Nessa época, a reconstrução do segundo Templo de Jerusalém já estava concluída (Ml 1.10; 3.1,10). A mensagem do profeta consistia em exortar os repatriados do exílio a uma vida de adoração e santidade. Ele repreendeu o desleixo dos sacerdotes que apresentavam no altar do Senhor pão imundo e animais com defeito (Ml 1.7,8); os pecados do povo, tais como feitiçaria, adultério, falsidade, fraude, extorsão e exploração dos necessitados (Ml 3.5). Igualmente denunciou a negligência com os dízimos e ofertas (Ml 3.8,9). O livro encerra o cânon do Antigo Testamento e conclui com a promessa de que o Dia do Senhor estava vindo (Ml 4.5.6).

4. Os demais Profetas

Jonas era um profeta do Norte, mas foi enviado para pregar em Nínive, a capital da Assíria (Jn 1.2). Seu livro é datado por volta de 762 a.C., quando a Assíria ainda era dotada de poder e grandeza (Jn 1.2). A mensagem era de destruição por causa da maldade da nação (Jn 3.4). O império era inimigo implacável de Israel, e o nacionalismo de Jonas o levou a desobedecer à ordem divina (Jn 1.3; 4.1,2). No entanto, após ser punido e liberto do ventre do

grande peixe (Jn 2.1,10), Jonas pregou aos ninivitas, a nação se converteu, e Deus cancelou o juízo sobre eles (Jn 3.8-10). A mensagem do livro demonstra o amor divino para com todas as nações. Ao tratar de sua morte e ressurreição, Jesus a comparou ao evento do profeta Jonas (Mt 12.39-41; Lc 11.29-32).

Naum era um profeta da vila de Elcós (Na 1.1) cuja localização é incerta, mas que provavelmente ficava em Judá. Ele profetizou a condenação de Nínive e dessa vez não houve arrependimento (Na 1.1,9). Pouco mais de um século antes, em 722 a.C., os assírios tinham deportado e torturado o reino de Israel. O reino de Judá também era atormentado pela tirania dos ninivitas. Por fim, Deus ordenou a destruição dos assírios pela insistência em praticar a crueldade (Na 3.1-4). Em 612 a.C., conforme vaticinado pelo profeta (Na 1.8), os babilônios sitiaram Nínive por três meses e a subjugaram quando o rio Tigre transbordou e destruiu os muros da cidade. Tinham se passado 150 anos desde o episódio envolvendo o profeta Jonas.

Obadias é o profeta menor com o registro da mensagem mais curta dos livros proféticos. São apenas 21 versículos com referência ao julgamento de Edom (Ob 1.1). A data do livro é muito disputada. No versículo 11, o profeta faz menção a um evento histórico envolvendo Jerusalém. A maior parte dos eruditos conservadores acredita que se trata da queda de Jerusalém em 586 a.C., assim a composição do livro teria ocorrido por volta de 585 a.C., um ano

antes do exílio babilônico. Obadias denunciou a soberba e a arrogância dos edomitas (Ob 1.1-3). Eles eram descendentes de Esaú e praticavam violência contra Judá (Ob 1.8-11). Por essa razão, Deus os condenava à destruição (Ob 1.15-16), enquanto Judá recebia a promessa de restauração (Ob 1.17).

III – O LIVRO DO APOCALIPSE

1. Autoria, Propósito e Destinatários

O *Dicionário Bíblico Wycliffe* assevera que o termo grego *apokalypsis* significa “revelações especiais de Deus ao homem em Jesus Cristo” (Lc 17.30; Rm 8.18; 2 Ts 1.7; 1 Pe 1.13).⁷ A palavra é uma combinação de *apo* (da parte de) e *kalupto* (encobrir) com o sentido de “revelar algo que estava encoberto”. No versículo de abertura, o livro atesta ser a “revelação de Jesus Cristo” (Ap 1.1a), assegura que o propósito é “mostrar as coisas que brevemente devem acontecer” (Ap 1.1b). Como literatura apocalíptica, o livro “descreve a futura graça de modo a encorajar os obedientes, e descreve o futuro castigo para desencorajar os desobedientes”.⁸

A obra apresenta o apóstolo João como seu autor (Ap 1.1, 22.8). No século III, Dionísio de Alexandria questionou a autoria joanina alegando diferenças de linguagem, vocabulário e estilo entre o Evangelho de João e o Apocalipse. Porém, os primeiros patriarcas da Igreja confirmaram que a autoria era de João. Por exemplo, Justino de Roma em seu *Diálogo com Trifão*, escrito por volta do ano 155 d.C., assegura que João recebeu a revelação acerca do

milênio, da ressurreição universal e do juízo final.⁹ A data da escrita do Apocalipse ocorreu por volta do ano 95 d.C. João recebeu a revelação exilado na ilha de Patmos durante o reinado de Domiciano (81-96 d.C.).

Os destinatários são identificados pelas cidades das sete Igrejas da Ásia Menor (atual sudoeste da Turquia). Embora a mensagem sirva para todos os crentes, em todas as partes do mundo e em todos os tempos, especificamente os primeiros leitores habitavam em: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Filadélfia, Laodiceia e Sardes (Ap 1.11). Como essas cidades estavam localizadas em uma rota bastante movimentada com estradas que formavam uma conexão entre elas, acredita-se que o livro de Apocalipse pretendia ser uma carta circular a ser lida em cada uma dessas igrejas.¹⁰ O livro encerra o cânon do Novo Testamento, e revela a vitória final do Reino de Deus.

2. Uma Mensagem de Esperança

Cristo disse a João: “Escreve as coisas que tens visto, e as que são, e as que depois destas não de acontecer” (Ap 1.19). Significa o registro do passado, presente e futuro. No passado, João “testificou da Palavra de Deus” (Ap 1.2). O tempo verbal grego empregado aqui, o aoristo (“testificou”) provavelmente refere-se a um “aoristo epistolar”, porque a escrita “das coisas que ele viu” estaria no passado quando seus leitores a recebessem. A declaração também

aponta o testemunho de João para as coisas já acontecidas, tais como a visão do Filho de Deus (Ap 1.10-17) e até mesmo o nascimento e a ascensão de Jesus (Ap 12.1.17). Ainda, a expressão indica que as “palavras desta profecia” são verdadeiras, portanto, divinamente inspiradas (Ap 22.7).

As “coisas que são” sinalizam aquilo que estava acontecendo no tempo presente do autor. Diz respeito à situação das Igrejas mostrada nos capítulos 2 e 3 do livro, mas que também se aplicam às igrejas de todas as épocas, tal como o dever de guardar as palavras da profecia (Ap 1.3, 22.14). As “coisas que hão de acontecer” revelam o futuro. Com algumas exceções de presente e passado, referem-se aos eventos narrados a partir do capítulo 4 que antecedem a volta de Jesus (Ap 1.7), e as coisas que acontecem depois, tais como a instauração do milênio (Ap 20.2,3), o julgamento final (Ap 20.13), o novo céu e a nova terra (21.1) e a nova Jerusalém (Ap 21.2).

O *Comentário Bíblico Pentecostal* faz o seguinte resumo dessa mensagem:

(i) Deus está no controle, não Satanás; (ii) Espere pela volta do Cordeiro, e não pela Besta; (iii) Combata todas as suas batalhas com as armas do Espírito, e não com as do mundo; (iv) Quando estiver em dúvida, adore a Deus! A adoração é a maior e mais poderosa expressão de fé; (v) Você está sendo preparado para uma colheita; (vi) A noiva está quase pronta para as bodas com o Filho; (vii) Os preparativos para o casamento já foram feitos, as festividades do final da colheita começaram, e nenhum outro sinal é necessário. Ouça... a última trombeta vai soar.¹¹

Os temas acima enumerados devem refletir na maneira como vivemos. Sua mensagem apresenta a esperança de um presente e de um futuro com Deus. Ratifica-se que o livro nos ensina a viver com Deus no presente, a fim de participar da eternidade com Ele. As revelações do futuro atestam que Deus controla a história (Ap 14.7,8); Deus triunfará sobre o mal; Satanás será derrotado (Ap 20.10); o pecado será banido; e os eleitos herdarão a Nova Jerusalém (Ap 21.2-4). Por isso, somos encorajados a clamar “Ora, vem, Senhor Jesus!” (Ap 22.20).

¹ FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lêes?** São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 155.

² VINE, W. E. **Dicionário Vine**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002, p. 902.

³ SOARES, Esequias. **O Ministério profético na Bíblia**: a voz de Deus na terra. Rio de Janeiro: CPAD, 2016, p. 18.

⁴ A data dos livros proféticos, bem como o período do ministério dos profetas, é alvo de muita disputa acadêmica. As datas apresentadas nesta obra são aproximadas e retratam o consenso da erudição ortodoxa.

⁵ WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo**: Novo Testamento. Vol. 4. Santo André: Geográfica, 2019, p. 8.

⁶ HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário bíblico Beacon**. Vol. 4. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 404.

⁷ PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 153.

⁸ STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário bíblico pentecostal**: Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1827.

⁹ ROMA, Justino de. **I e II Apologias. Diálogo com Trifão**. São Paulo: Paulus, 1999, questão 81. (Coleção Patrística).

¹⁰ **Panorama da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2016, p. 263.

¹¹ STRONSTAD, 2003, p. 1827.

Capítulo 11



LUCAS-ATOS: O MODELO PENTECOSTAL PARA HOJE

“E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.”(At 2.4)

Lucas-Atos são dois volumes de autoria do médico amado (Cl 4.14). Os relatos são escritos a partir de premissas históricas e teológicas. Roger Stronstad anota que “apesar da particularidade histórica de cada livro, eles têm uma perspectiva teológica homogeneamente comum”.¹ Assim sendo, Lucas é tanto historiador como teólogo. Desse modo, além da dimensão histórica, a obra lucana tem também uma dimensão didática. Essas narrativas servem de modelo para o comportamento cristão e a vida da Igreja em todos os tempos.

Lucas descreve a capacitação do Espírito Santo no ministério de Jesus e no ministério da Igreja. A unção do Espírito que repousava em Jesus também foi concedida à Igreja (At 2.33). Esse revestimento de poder na vida do crente não é apresentado como dom para salvação, mas como a unção dos salvos para o testemunho e o serviço cristão. Esse é o padrão bíblico adotado pelo pentecostal submisso ao ensino das Escrituras Sagradas. Desde o Pentecostes, o derramar do Espírito Santo permanece como modelo para a Igreja de Cristo.

I – O EVANGELHO DE LUCAS: O ESPÍRITO SANTO NO MINISTÉRIO DE CRISTO

1. O Espírito Santo no Evangelho

Lucas registra os fatos acerca da vida e obra de Cristo (Lc 1.1-3). A narrativa do Evangelho compreende o nascimento, ministério, morte e ressurreição de Jesus, bem como a promessa do derramamento do Espírito Santo. O evangelista enfatiza o papel e a importância do Espírito Santo no advento do Messias. Nossa *Declaração de Fé* professa que o Espírito Santo não é apenas um atributo da divindade, mas possui a mesma essência do Deus Pai e do Deus Filho; Ele é a terceira pessoa da Trindade e foi enviado ao mundo pelo Pai e pelo Filho; Ele é “o Espírito que provém de Deus” (1 Co 2.12).²

A ação do Espírito no Evangelho de Lucas é percebida em diversos eventos. De modo introdutório, destacamos os seguintes: na vida de João Batista, o precursor de Cristo, quando do anúncio do anjo de que ele seria “cheio do Espírito Santo, já desde o ventre de sua mãe” (Lc 1.15); na vida de Isabel e Zacarias — os pais de João Batista, quando, no sexto mês da gravidez, ao receber a visita de Maria, “a criancinha saltou no seu ventre; e Isabel foi cheia do Espírito Santo” (Lc 1.41); após o nascimento de João Batista, quando Zacarias “foi cheio do Espírito Santo e profetizou” (Lc 1.67).

E, no anúncio da concepção virginal de Maria, Lucas associa o Espírito Santo com o poder e a presença de Deus. No vocabulário empregado, percebe-se o conceito de Trindade: “Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra;

pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35). Lucas também registra que após o nascimento de Jesus, Simeão, impulsionado pelo Espírito, foi ao Templo a fim de conhecer o Messias antes de morrer (Lc 2.25-32). O Evangelho ainda ressalta o poder e autoridade de Cristo em batizar no Espírito Santo e fogo (Lc 3.16).

2. O Espírito Santo e o Batismo de Cristo

Jesus foi batizado em águas por João Batista com a idade de “quase trinta anos” (Lc 3.23), a mesma com que os levitas iniciavam o ministério (Nm 4.3, 35). Jesus não precisava arrepender-se de pecado algum (1 Pe 2.22), mas submeteu-se ao batismo em águas para “cumprir toda a justiça” (Mt 3.15). Nossa *Declaração de Fé* ensina que a palavra “batismo” significa “mergulho, imersão” e que o batismo simboliza a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo, deixando claro que se trata de uma prática realizada por meio da imersão do corpo inteiro (Mt 3.16; At 8.38-39; Rm 6.4).³

Ao descrever o batismo no Jordão, Lucas informa que, estando o Senhor em oração, ocorreram três eventos extraordinários: (a) o céu se abriu (Lc 3.21); (b) o Espírito Santo desceu sobre Ele em forma de pomba (Lc 3.22a); e (c) ouviu-se uma voz vindo do céu que estava aberto (Lc 3.22b). A abertura do céu significa que se segue uma revelação da parte de Deus.⁴ A expressão “forma corpórea, como pomba” enfatiza que a descida do Espírito Santo foi uma coisa

real, não ilusão visionária.⁵ E, todos testemunharam a voz do céu que dizia a Jesus: “Tu és meu Filho amado” (Lc 3.22b).

O céu aberto, o evento da descida do Espírito e a voz que o identificava como Filho de Deus tinham como propósito marcar o início do ministério público de Jesus (Lc 4.1,14,18). O relato não indica que Jesus não tivesse o Espírito, isso porque Ele já tinha o Espírito desde a concepção (Lc 1.35). Esse evento simbolizava a unção real da messianidade de Jesus (Is 11.2; 42.1). Também serviram como sinal para João Batista confirmar que Jesus era de fato o Cristo (Jo 1.32,33). Percebe-se, também, na narrativa a presença e atuação da Santíssima Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

3. O Espírito Santo e a Tentação de Cristo

Após o batismo nas águas e cheio do Espírito Santo (Lc 4.1a), Jesus foi impelido pelo Espírito ao deserto, e lá foi tentado pelo Diabo durante quarenta dias (Lc 4.1b; 4.2a). Depois de receber a unção do Espírito para o exercício público de sua messianidade, Jesus foi submetido a um severo teste de fidelidade para com o Pai. A articulação das trevas focou na frase dita por Deus a Jesus: “Tu és meu Filho amado” (Lc 3.22). Não somente uma vez, mas duas vezes o Diabo desafiou Jesus com respeito a essa declaração: “Se tu és o Filho de Deus [faz isso... faz aquilo]” (Lc 4.3,9).

Em todos os desafios da tentação, Jesus contra-ataca por meio das Escrituras. O Diabo sugeriu que Jesus provasse a sua filiação divina transformando pedra em pão (Lc 4.3), Cristo revidou citando Deuteronômio 8.3, e reafirmou que o homem não vive só de pão, mas de toda palavra que procede de Deus (Lc 4.4). O Adversário, para instigar o Senhor, distorce o livro de Salmos 91.11-12 e sugere que Jesus teste a sua condição de Filho de Deus atirando-se do pináculo do Templo (Lc 4.9-11). O Senhor o repele e ratifica o verdadeiro sentido das Escrituras: “não tentarás o Senhor, teu Deus” (Dt 6.16; Lc 4.12).

O Maligno também ofereceu todos os reinos do mundo em troca de ser adorado por Jesus (Lc 4.5-7). Porém, o Senhor cita Deuteronômio 6.13 e com firmeza lhe retruca: “Vai-te para trás de mim, Satanás; porque está escrito: Adorarás o Senhor teu Deus, e só a ele servirás” (Lc 4.8, ACF). A postura adotada por Jesus sinaliza que Ele manteve a comunhão com o Pai fortalecido pela oração e o jejum (Lc 4.2b). A vitória do Senhor sobre a tentação demonstra que Ele estava capacitado para cumprir o seu ministério. Cristo venceu o Diabo pelo poder do Espírito e da Palavra de Deus (Lc 4.4,8,12,13).

4. O Espírito Santo e a Missão de Cristo

Vencida a tentação no deserto, Jesus voltou à Galileia, conduzido pelo Espírito (Lc 4.14). Aqui é importante pontuar a ação do Espírito

Santo no ministério de Jesus. Ele foi conduzido ao deserto e de lá retornou, sempre no poder do Espírito. Lucas informa que, após ministrar em alguns lugares, o Espírito dirigiu o Senhor para Nazaré (Lc 4.15,16). Nazaré era uma aldeia situada a 24 quilômetros do mar da Galileia. Era um lugar depreciado pelos judeus (Jo 1.45,46), porém, foi ali que o anjo anunciou o nascimento de Jesus (Lc 1.26), o local onde Ele foi criado, e por isso chamado de Nazareno (Mt 2.23).

Na sinagoga de Nazaré, em um dia de sábado, Jesus levantou-se para ler (Lc 4.16). O rito litúrgico na sinagoga obedecia à leitura da Lei e dos profetas. A. T. Robertson esclarece que “sete pessoas eram convidadas a ler pequenos trechos da Lei. Essa primeira lição era seguida por uma leitura dos profetas e um sermão, a segunda lição”.⁶ Nesse dia, coube a Jesus fazer a leitura de um dos profetas e proferir o sermão. Não sabemos se o oficiante lhe entregou aleatoriamente o livro de Isaías ou se era a lição fixa do dia (Lc 4.17), mas sabemos que era ação providencial do Espírito de Deus.

Ao desenrolar o rolo de Isaías, Jesus leu a passagem que dizia: “O Espírito do Senhor é sobre mim” (Lc 4.18; cf. Is 61.1,2). Ao terminar a leitura, Jesus assentou-se no lugar do orador e a congregação fixou os olhos nEle (Lc 4.20). Então, o Senhor passou a explicar o texto e afirmou: “Hoje se cumpriu esta Escritura” (Lc 4.21). Aqui, Jesus declara que a unção do Espírito qualificava seu ministério para evangelizar os pobres, curar os quebrantados de coração,

libertar os cativos e oprimidos, restaurar os cegos e anunciar aos pecadores o ano aceitável do Senhor (Lc 4.18,19).

II – ATOS DOS APÓSTOLOS: O ESPÍRITO SANTO NO MINISTÉRIO DA IGREJA

1. O Espírito Santo em Atos

Ao concluir o Evangelho, Lucas anota que Jesus instruiu os discípulos a esperar o revestimento de poder do alto (Lc 24.49). A promessa tem conexão com a palavra profética de Isaías direcionada a Israel — “derramarei o meu Espírito sobre a tua posteridade” (Is 44.3); de Ezequiel — “derramarei o meu Espírito sobre a casa de Israel” (Ez 39.29); e, mais precisamente, com a profecia de Joel que estende a promessa para todos os crentes — “E há de ser que, depois, derramarei o meu Espírito sobre toda a carne” (Jl 2.28). Após o Senhor ter sido elevado aos céus, o livro de Atos dá prosseguimento à narrativa da promessa do Espírito à Igreja (At 1.1-4).

O autor ratifica que o derramamento do Espírito era a capacitação necessária para a evangelização dos povos: “recebereis a virtude do Espírito Santo [...] e ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1.8). A palavra “virtude” ou “poder” significa “ser capaz” ou “ter força”. A promessa não era de poder político, mas de poder que procede da parte de Deus. A atribuição de testemunhar de Jesus

não poderia ser executada por esforços humanos, os seguidores de Cristo deveriam aguardar o derramamento do poder do Espírito.

O livro de Atos relata que o Senhor apresentou aos discípulos muitas e infalíveis provas de sua ressurreição (At 1.3). Eles desfrutaram da companhia do Cristo ressurreto por 40 dias, tinham elementos suficientes para testemunhar do Filho de Deus, mas não deveriam fazer sem o poder de Deus. Assim, cerca de 120 discípulos voltaram a Jerusalém e, em oração, aguardaram o Espírito Santo (At 1.12-15). Portanto, Atos registra a ação do Espírito na inauguração histórica da Igreja como agência de Cristo. Trata-se da continuação da obra de Jesus por meio dos discípulos capacitados pelo Espírito Santo (At 2.38).

2. A Promessa Cumprida no Pentecostes

Como já visto, a promessa do batismo no Espírito Santo remonta às profecias de Isaías, Ezequiel e Joel (Is 44.3; Ez 39.29; Jl 2.28). No Novo Testamento, João Batista, o precursor do Messias, confirma essa promessa que é registrada por todos os evangelistas (Mt 3.11; Mc 1.8; Lc 3.16; Jo 1.32,33; At 11.16). Em Lucas-Atos, Cristo a avalizou como sendo “a promessa do Pai” (Lc 24.49; At 1.4), isto é, feita pelo Pai por meio de seus santos profetas. Nossa *Declaração de Fé* ratifica que “o batismo no Espírito Santo é um revestimento de poder do alto, uma promessa divina aos salvos, uma experiência espiritual”.⁷

O cumprimento da promessa se deu no Dia de Pentecostes (At 2.1). O termo “pentecostes” refere-se à festa judaica que ocorria cinquenta dias após a Páscoa (Lv 23.15-21; Dt 16.9-12). Os judeus da Palestina tinham sua maior celebração na festa da Páscoa, ocasião em que Cristo foi crucificado e ressuscitou (Lc 22.1,2; 24.1,6). Porém, entre os judeus da dispersão, a festa do Pentecostes era a mais concorrida, ocasião da descida do Espírito Santo (At 20.16; 1 Co 16.8). Isso explica a variedade de idiomas presentes em Jerusalém na festividade (At 2.9-11). Lucas escreveu que, cumpindo-se o dia do Pentecostes, os discípulos reunidos no cenáculo foram cheios do Espírito Santo e falaram noutras línguas (At 2.1, 4).

A narrativa de Atos registra dois sinais sobrenaturais que marcaram o advento do Espírito Santo: o “som, como de um vento” (At 2.2) e as “línguas repartidas, como que de fogo” (At 2.3). Nossa *Declaração de Fé* ensina que “eram sinais particulares que não se repetiram posteriormente nos batismos no Espírito Santo subsequentes, pois se tratava de um evento solene e único, que marcou o início de uma nova dispensação”.⁸ Somente o falar em línguas se repetiria nos demais registros de Atos. Desse modo, a partir do Pentecostes, os discípulos começaram a pregar pelo poder do Espírito. Muitas maravilhas e sinais eram operados e as almas eram alcançadas (At 2.43,47).

3. A Expansão da Igreja Primitiva

Conforme promessa do Senhor, o poder do Espírito capacitou os crentes para o serviço cristão. Já no primeiro sermão, Pedro, que outrora se acovardou e negou o Senhor (Lc 22.61,62), agora revestido de poder anunciou a Cristo com ousadia e intrepidez, e quase 3.000 almas se converteram (At 2.36,38,41). No sermão do Pentecostes, o apóstolo esclarece que os acontecimentos daquele dia são o cumprimento da profecia de Joel (At 2.16-18) e assevera que “a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus, nosso Senhor, chamar” (At 2.39).

Dias depois, às três da tarde, Pedro e João sobem ao Templo para orar (At 3.1). Eles entram pela porta chamada Formosa, que era a passagem favorita para o pátio do Templo. Junto dela estava um homem com mais de 40 anos de idade, nascido coxo, a pedir esmolas (At 3.2). Pedro, cheio do Espírito Santo, em nome de Jesus, ordena que o homem se levante e o milagre acontece (At 3.6-8). A multidão se aglomera ao redor de Pedro e João, que lhes ministram a Palavra e o Cristo ressuscitado. Como resultado, quase 5.000 vidas se renderam ao Senhor (At 3.8,19; 4.4). Esse sinal miraculoso demonstra o poder sobrenatural do Espírito que os discípulos receberam no Dia de Pentecostes.

O avanço do evangelho irritou as autoridades judaicas que ameaçaram e proibiram os apóstolos de pregar em nome de Cristo

(At 4.17-18). Mais tarde, lançaram os apóstolos na prisão pública, mas miraculosamente o anjo do Senhor os libertou (At 5.18,19). Enfurecidos, os religiosos condenaram Estêvão ao apedrejamento (At 7.59). A violência contra a Igreja foi tão grande que, com exceção dos apóstolos, todos foram expulsos de Jerusalém, e isso obrigou a Igreja a se tornar missionária (At 8.1).

Por conseguinte, Filipe, na virtude do Espírito, pregou em Samaria, expulsou os espíritos imundos, curou paráliticos e coxos, e muitas vidas foram salvas (At 8.5-13). Pelo mover do Espírito, também o gentio Cornélio e sua casa receberam o evangelho (At 10.24-29). Anos depois, Paulo, convertido e cheio do Espírito, alvoroçou o mundo e milhares de almas foram salvas e curadas pela pregação do evangelho (At 9.15,17; 17.6; 19.10; 24.5). Esses relatos e tantos outros demonstram a ação do Espírito Santo na propagação do Reino de Deus.

III – UM MODELO PENTECOSTAL PARA A IGREJA CONTEMPORÂNEA

1. O Revestimento de Poder do Alto

Como já observado, em Lucas-Atos o “batismo no Espírito Santo” (At 1.5) equivale a “revestimento de poder do alto” (Lc 24.49). Significa que o batismo no Espírito é dado ao crente como fonte de poder para o testemunho eficaz acerca da Palavra de Deus — as Boas-Novas da salvação. É a capacitação espiritual da parte de Deus para operação de atos miraculosos (Mc 16.17,18). O batismo no Espírito dinamiza a nossa vida de serviço a Cristo e a seu corpo

— a Igreja. Nesse aspecto, o papel do Espírito Santo é equipar o crente para “saber o que dizer” em todas as situações (Lc 12.11,12; 21.15); “pisar serpentes, e escorpiões, e toda a força do Inimigo” (Lc 10.19); fazer as mesmas obras que Cristo fez, porém maiores (Jo 14.12); e evangelizar os povos (Mt 28.19,20).

O apóstolo Pedro ensina que essa promessa está em vigor para todos os salvos em todas as épocas, independentemente da idade, sexo ou classe social (At 2.38,39). Robert Menzies enfatiza que “um dos grandes pontos fortes do movimento pentecostal é que lê a promessa de Pentecostes, contida na citação que Pedro faz de Joel (At 2.17-21) como modelo para a missão da Igreja”.⁹ Nessa compreensão, o Pentecostes é um paradigma a ser observado pelos crentes. A experiência do Pentecostes corresponde à unção de Jesus com o Espírito Santo logo após o batismo em águas no Jordão (Lc 3.21, 22). Desse modo, tendo Jesus Cristo como modelo, e como aquele que batiza no Espírito (Mc 1.8), após a capacitação recebida, temos o compromisso de fazer a obra do Senhor com diligência.

A experiência do batismo no Espírito Santo pode ocorrer junto ou após à regeneração. Entre os samaritanos, revestimento de poder aconteceu pós-conversão (At 8.15-17). Na casa de Cornélio, a experiência se deu durante o ato de conversão (At 10.44-46). Ressalta-se que no Pentecostes os discípulos já tinham o Espírito Santo (Jo 20.22). Todo salvo em Jesus recebe o Espírito Santo na

conversão (Gl 3.2). Porém, o batismo no Espírito Santo é algo distinto do novo nascimento. Significa, como já frisado, poder espiritual para a obra de expansão do evangelho (At 1.8), para uma vida cristã vitoriosa (At 6.8-10) e adoração mais profunda (1 Co 14.26). Em vista disso, a exemplo dos primeiros cristãos, a igreja hodierna deve buscar o revestimento de poder (Lc 11.13).

2. As Línguas como Evidência Inicial

No Pentecostes, os discípulos falaram noutras línguas conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (At 2.4). A palavra “glossolalia”, de origem grega, indica que as “línguas” concedidas pelo Espírito podem ser humanas ou celestiais (1 Co 13.1). Os intérpretes disputam se as línguas faladas em Jerusalém foram *glossalalia* (desconhecidas) ou *xenolalia* (conhecidas). Robert Menzies anota que, no Pentecostes, o fenômeno foi duplo, isto é, os discípulos falaram um idioma desconhecido e a multidão representada pelas diversas nações milagrosamente entenderam a *glossolalia* dos discípulos cada um em suas próprias línguas maternas.¹⁰

Quanto ao conceito de “falar noutras línguas”, Donald Stamps esclarece que “como sinal do batismo no Espírito Santo é uma expressão verbal inspirada, mediante a qual o espírito do crente e o Espírito Santo se unem no louvor e/ou profecia em uma língua nunca aprendida”.¹¹ Reitera-se que, no Pentecostes, os discípulos

falaram “línguas” (At 2.4). Em Cesareia, o centurião Cornélio e a família falaram “línguas” (At 10.46). Os irmãos em Éfeso falaram “línguas” (At 19.6). Em Samaria, e na vida de Paulo, as “línguas” estão implícitas (At 8.17,18; 9.17). Em vista disso, nossa *Declaração de Fé* ratifica que “o derramamento do Espírito veio com um sinal específico, o falar em línguas (At 2.4)”.¹²

A *Teologia Sistemática Pentecostal* assegura que “o batismo dos crentes no Espírito Santo é testemunhado pelo sinal físico inicial de falar em línguas conforme o Espírito de Deus lhes concede que falem (At 2.4)”.¹³ Nessa assertiva, toda experiência desacompanhada do “falar línguas” não se caracteriza como “batismo no Espírito Santo”. O “falar línguas” repete-se na vida da Igreja (At 10.46; 19.6). Isso porque a experiência pentecostal não ficou restrita ao Dia de Pentecostes; ela acontece no cotidiano da Igreja de Cristo na terra ao longo dos séculos, conforme a promessa divina (At 2.39).¹⁴ As línguas só cessarão quando Cristo voltar (1 Co 13.8-10). Por isso, a instrução bíblica diz: “procurai, com zelo, profetizar e não proibais falar línguas” (1 Co 14.39).

3. A Plenitude do Espírito Santo

Ratifica-se que a experiência pentecostal não ficou restrita ao tempo dos apóstolos (At 2.39). A promessa não era exclusiva dos judeus e seus descendentes, mas alcança a todos que responderem ao chamado divino, inclusive os gentios. O emprego de Lucas da

expressão “do meu Espírito derramarei” (At 2.17) aponta para o início da dispensação do Espírito e mostra que a efusão será contínua até “o grande e glorioso Dia do Senhor” (At 2.20). No Antigo Testamento, apenas algumas pessoas experimentaram o Espírito. A partir do Pentecostes, Deus tornou disponível a todos os seus filhos a plenitude do Espírito.¹⁵

Somado ao revestimento de poder, a plenitude abrange o “fruto do Espírito” (Gl 5.22). O fruto do Espírito Santo se relaciona com o crescimento espiritual e o desenvolvimento do caráter do cristão. Refere-se à nova vida em Cristo, o modo de andar e proceder daqueles que pertencem a Cristo e são cheios do Espírito (Gl 5.16-18; Ef 5.18). Jesus ensinou que é pelo fruto que se conhece a árvore (Mt 12.33). O *Comentário de Aplicação Pessoal* ensina que “os crentes exibem o fruto do Espírito, não porque eles trabalham nele, mas simplesmente porque o Espírito controla as suas vidas”.¹⁶

A plenitude também compreende as manifestações espirituais, tais como: as profecias, as curas, os sonhos, as visões, os prodígios e os sinais (At 2.17,19). Assim, o Espírito permanece em ação na vida da Igreja. Ele é quem capacita e conduz o povo de Deus (Jo 16.13,14). Em razão disso, a Bíblia ensina: “enchei-vos do Espírito” (Ef 5.18). Assim sendo, Lucas-Atos serve de modelo para a Igreja contemporânea. Portanto, que a nossa oração seja igual à da Igreja Primitiva: “Ó Senhor, [...] concede aos teus servos que falem com toda a ousadia a tua palavra; enquanto estendes a mão para curar,

e para que se façam sinais e prodígios pelo nome do teu santo Filho Jesus” (At 4.29,30).

¹ STRONSTAD, Roger. **Teologia lucana sob exame**: experiências e modelos paradigmáticos em Lucas-Atos. Natal: Carisma, 2018, p. 31.

² SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio Janeiro: CPAD, 2017, p. 43.

³ SOARES, 2017, p. 127.

⁴ MORRIS, Leon L. **Lucas**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 95.

⁵ EVANS, Craig A. **Novo comentário bíblico contemporâneo**: Lucas. São Paulo: Vida, 1996, p. 69.

⁶ ROBERTSON, A. T. **Comentário Lucas à Luz do Novo Testamento Grego**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 86, 87.

⁷ SOARES, 2017, p. 165.

⁸ SOARES, 2017, p. 167.

⁹ MENZIES, Robert P. **Pentecostes**: Essa história é a nossa história. Rio de Janeiro: CPAD, 2016, p. 34.

¹⁰ MENZIES, 2016, p. 16.

¹¹ STAMPS, Donalds (Ed.). **Bíblia de estudo pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 1631.

¹² SOARES, 2017, p. 167.

¹³ HORTON, Stanley (Ed.). **Teologia sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 476.

¹⁴ SOARES, 2017, p. 167.

¹⁵ STRONSTAD, Roger (Ed.). **Comentário bíblico pentecostal**: Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 634.

¹⁶ **Comentário do Novo Testamento**: Aplicação Pessoal. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 297.

Capítulo 12



AS EPÍSTOLAS INSTRUEM E FORMAM OS CRISTÃOS

“A graça, a misericórdia, a paz, da parte de Deus Pai e da do Senhor Jesus Cristo, o Filho do Pai, sejam convosco na verdade e amor.”(2 Jo 3)

O termo grego *epistole*, traduzido para o português como “epístola”, indica uma comunicação escrita, uma carta ou missiva de natureza formal. As Epístolas da Bíblia apresentam instruções vitais para a compreensão da doutrina cristã, bem como para a formação dos cristãos. Elas correspondem 21 dos 27 livros do Novo Testamento. As treze escritas por Paulo são denominadas de “paulinas”. As oito epístolas restantes são de outros autores e designadas de “gerais”.

Esses livros são divinamente inspirados e representam quase 80% do cânon do Novo Testamento. Apenas os quatro Evangelhos, Atos e Apocalipse não são considerados Epístolas. O conjunto de doutrina dessas Epístolas, revelado aos seus diversos autores, continua a instruir o povo de Deus, a formar o caráter do crente salvo em Jesus e a preparar a Igreja para a vinda do Senhor. Neste capítulo, agrupamos as Epístolas por temas e autoria, e destacamos alguns de seus aspectos doutrinários.¹

I – COMO AS EPÍSTOLAS PAULINAS NOS INSTRUEM

1. Instruções Salvíficas

Nesse grupo, enfatizamos os aspectos da doutrina da salvação. Em *Romanos*, destaca-se o texto: “Porque nele [Cristo] se descobre a justiça de Deus de fé em fé, como está escrito: Mas o justo viverá da fé” (Rm 1.17). Paulo ensina que, pela fé em Cristo que nos libertou do pecado mediante seu sacrifício redentor, somos declarados justos diante de Deus (Rm 3.23-25). A sentença “o justo viverá pela fé” remonta ao profeta Habacuque (Hb 2.4b) e aparece em Gálatas 3.11 e Hebreus 10.38, o que faz da declaração um preceito antigo que se cumpre na Nova Aliança. Essa expressão significa que “os cristãos viverão por causa da fidelidade de Deus, e por causa de sua resposta de fé a Deus: como resultado, eles terão vida eterna e experimentarão a plenitude de vida”.²

Em *Gálatas*, ressalta-se que “o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo [...] porquanto pelas obras da lei nenhuma carne será justificada” (Gl 2.16). Na construção da última parte desse versículo, Paulo faz alusão a Salmos 143.2 e explica que a justificação do crente não vem por observar a Lei. A condição de ser declarado “não culpado” diante de Deus vem por meio da fé na obra redentora de Cristo. O apóstolo reitera que somente a fé em Cristo nos liberta do jugo da Lei (Gl 5.1). O ensino ratifica que pela fé em Cristo “o crente é colocado em um relacionamento direto com todos os requisitos da Lei, absolvido de todas as penalidades da Lei e conseqüentemente liberto da maldição da Lei”.³

Em *1 Coríntios* sublinha-se a mensagem do “Cristo crucificado” (1 Co 1.23). O texto informa que os judeus buscavam “sinais” e os gregos buscavam “sabedoria” (1 Co 1.22). Portanto, a mensagem de salvação por meio da cruz de Cristo era escândalo para os judeus e loucura para os gregos. Não obstante, Paulo lhes assevera que Cristo é o “poder de Deus” e a “sabedoria de Deus” (1 Co 1.24), que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou ao terceiro dia (1 Co 15.3-4). Em *2 Coríntios*, frisa-se o “ministério da reconciliação” (2 Co 5.18). Por causa do pecado, o homem vivia em inimizade com Deus. No entanto, Deus estava disposto a perdoar as ofensas e enviou um Mediador. Assim, Cristo levou os nossos pecados na cruz e nos reconciliou com Deus (2 Co 5.19-21).

2. Instruções a Respeito de Cristo

Nesse enfoque, o destaque são os aspectos da doutrina de Cristo. Em *Efésios*, observam-se dois polos: Cristo e a Igreja — ambos representados pela imagem simétrica de “Cristo, a cabeça” (Ef 1.22; 4.15; 5.23) e “Igreja, o corpo” (Ef 1.23; 4.12; 5.30). Paulo ensina que é exclusivamente em conexão com Cristo que somos abençoados com todas as bênçãos espirituais. Nesse sentido, a Igreja foi eleita em Cristo (Ef 1.4), redimida em Cristo (Ef 1.7) e para a glória de Cristo (Ef 1.12). Em Cristo passamos da morte para a vida (Ef 2.1) e, em Cristo, fomos libertos das concupiscências (Ef 4.22). Assim, a nova vida do crente é caracterizada pela salvação “em Cristo”.

Em *Filipenses*, a mensagem enfatiza que para o cristão “o viver é Cristo” (Fp 1.21). Matthew Henry descreve que “a glória de Cristo deve ser a finalidade da nossa vida, a graça de Cristo, o princípio dela, e a Palavra de Cristo, a regra dela. A vida cristã é derivada de Cristo e dirigida a Ele. Ele é o princípio, a regra e o fim dela”.⁴ Em vista disso, Cristo é o modelo de vida para o salvo. Assim sendo, o crente deve regozijar-se em Cristo diante de todas as circunstâncias (Fp 1.18; 2.2; 3.1; 4.4-13); por amor a Cristo, fugir de contendas e manter a comunhão com os irmãos (Fp 2,1-4); e andar nos mesmos passos de humildade de Cristo Jesus (Fp 2.5-11).

Em *Colossenses*, Paulo sublinha que a “vossa vida está escondida com Cristo em Deus” (Cl 3.3). Indica que Cristo é a vida do crente, e que essa nova vida é de Cristo. O *Comentário Bíblico Beacon* avalia que “trata-se de uma realidade para o crente e é realizada numa nova consciência e poder éticos para a justiça”.⁵ Quem recebe essa graça deve despojar-se do velho homem e das suas más obras, e revestir-se da nova natureza em Cristo (Cl 3.5-10). E, dessa forma, a igreja está unida com Cristo em Deus, morta para os pecados e para o mundo, e ressuscitada com Cristo (Cl 2.13-15; 3.1,2). Em suma, Cristo é tudo em todos, Ele é a suficiência para todo cristão (Cl 3.11).

3. Instruções sobre as Últimas Coisas

Essas orientações enfatizam os aspectos da segunda vinda de Jesus. Em *1 Tessalonicenses*, Paulo ensina que, no retorno de Cristo, “os que ficarmos vivos, seremos arrebatados” (1 Ts 4.17). Quanto à vinda de Cristo, nossa *Declaração de Fé* professa que é um evento a ser realizado em duas fases:

A primeira é o arrebatamento da Igreja *antes* da Grande Tribulação (1Ts 1.10; 4.17; 5.9); a segunda fase é a sua vinda em glória *depois* da Grande Tribulação e visível aos olhos humanos (Ap 1.7). Nessa vinda gloriosa, Jesus retornará com os santos arrebatados da terra: “na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, com todos os seus santos” (1 Ts 3.13).⁶

O arrebatamento é um termo que designa o rapto da Igreja da face da terra para o encontro com o Senhor nos ares. Nesse evento, os mortos em Cristo e os santos do Antigo Testamento ressuscitarão primeiro (1 Ts 4.16), seguindo-se a transformação dos salvos vivos e o simultâneo encontro de ambos os grupos com o Senhor nos ares (1 Ts 4.17). Acontecerá em fração de segundos, e nosso corpo será transformado num corpo glorioso, que estará revestido de incorruptibilidade e imortalidade (Fp 3.21; 1 Co 15.51,53). Será um evento repentino e secreto (Mt 24.36,44,50; 25.13). A condição para fazer parte desse glorioso evento é estar em Cristo.⁷ Enquanto aguarda o arrebatamento, o crente deve conservar irrepreensível o espírito, a alma e o corpo (1 Ts 5.23).

Em *2 Tessalonicenses*, Paulo corrige o falso ensino de que Cristo já tinha vindo (2 Ts 2.1,2). Esclarece que somente após o arrebatamento da Igreja é que o “Dia do SENHOR” terá início com a

manifestação do Anticristo (2 Ts 2.3,8). A expressão “Dia do SENHOR” também é designação para a Grande Tribulação (Is 13.6-9; 1 Ts 5.2,3), ocasião em que a ira de Deus será derramada sobre os moradores da terra.⁸ Após a Grande Tribulação se dará a segunda fase da Segunda Vinda de Cristo, que será visível e corporal com a sua Igreja glorificada (Lc 21.27). Enquanto o salvo aguarda, deve orar para que o evangelho tenha livre curso, e vigiar para não viver desordenadamente (2 Ts 3.1,11,12).

4. Instruções Pastorais e Pessoais

As Epístolas particulares abrangem instruções de natureza prática. Duas delas foram dirigidas a Timóteo, um jovem pastor em Éfeso, natural de Listra, filho de pai gentio e de mãe cristã judia (At 16.1). Após sua conversão, tornou-se um auxiliar de confiança na obra missionária. Paulo se refere a ele como “irmão” e “cooperador” (1 Ts 3.2); “filho amado” e “fiel no Senhor” (1 Co 4.17); “verdadeiro filho na fé” (1 Tm 1.2). As orientações são pessoais, mas servem para aplicação na vida espiritual e gestão da Igreja.

Dentre outros temas, em *1 Timóteo*, Paulo orienta o combate às heresias por meio da “sã doutrina” (1 Tm 1.3,9,10). Timóteo deveria coibir o ensino de “outra doutrina” que minava a fé da Igreja, esmerando-se em ensinar a ortodoxia cristã (doutrina correta). Para tanto, precisava combater as inovações, tais como, “fábulas ou a genealogias intermináveis” (1 Tm 1.4). Refere-se a doutrinas

espúrias permeadas de mitos, ficções, lendas e revelações falsas em contraste com a verdade do Evangelho.⁹ Em vista disso, depreende-se que o líder deve ser apto para ensinar (1 Tm 3.2; 4.13,16).

Em *2 Timóteo*, destaca-se que o obreiro deve ser aprovado diante de Deus e manejar “bem a Palavra da verdade” (2 Tm 2.15). Paulo orienta o líder a esforçar-se para receber a aprovação divina, e não dos homens. O apóstolo aconselha tanto Timóteo como a Igreja a não participarem de falatórios vazios e profanos como faziam os hereges (2 Tm 2.14,16). Para isso, deveria estudar com zelo as Escrituras para não ser um obreiro despreparado, a fim de instruir aos que resistiam a sã doutrina (2 Tm 2.25).

As outras duas missivas pessoais de Paulo foram endereças a Tito e a Filemom. Tito era um grego convertido (Gl 2.3), que se tornou cooperador de confiança de Paulo, com as mesmas virtudes de Timóteo (Tt 1.4; 2 Co 2.13; 8.23; 12.18). Ele foi comissionado pelo apóstolo para pastorear em Creta (Tt 1.5). Na Epístola a *Tito*, enfatiza-se que o pastor deve contrapor os falsos ensinamentos (Tt 1.5,10,11) e, para tanto, é exortado a falar “o que convém à sã doutrina” (Tt 2.1). Nessa tarefa, cabe ao ministro reafirmar a autoridade da Palavra de Deus e manter-se fiel às doutrinas bíblicas.

Em *Filemom*, a mensagem enfatiza o perdão. O destinatário principal é Filemom e a Igreja em sua casa (Fm 1,2). Esse detalhe

indica que a casa de Filemom era o lugar de cultos dos crentes de Colossos (Cl 4.8,9). O assunto gira em torno de Onésimo, um escravo fugitivo que Paulo converteu ao evangelho na prisão (Fm 10). Paulo aconselha Filemom a acolher Onésimo com brandura e apreço, e ainda se dispõe a pagar todo o prejuízo causado (Fm 17,18). O apóstolo ensina que o transgressor arrependido deve ser recebido não como servo, mas como irmão amado (Fm 16).

II – COMO AS EPÍSTOLAS GERAIS NOS FORMAM

1. As Epístolas de Pedro

A *1ª Epístola de Pedro* foi escrita aos irmãos dispersos no “Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia” (1 Pe 1.1). Refere-se aos judeus convertidos a Cristo, mas principalmente aos gentios cristãos que habitavam em uma dessas cinco províncias romanas. Eles eram minoria em uma sociedade pagã, idólatra, injusta, pervertida e imoral. Estavam sofrendo pressões e perseguições por causa da sua fé em Cristo e de seu modo de viver e agir contrário a cultura predominante. Nesse contexto, ressalta-se que em 1 Pedro a abordagem enfatiza o sofrimento cristão (1 Pe 1.6).

O apóstolo ensina que as provações fortalecem a fé. Afirma que a fé é testada no fogo das adversidades (1 Pe 1.7). Exorta os cristãos a não ceder às concupiscências, mas manter uma vida de santidade (1 Pe 1.15). Orienta os crentes a suportar os agravos para a glória de Deus (1 Pe 2.19) e alegrar-se por serem participantes das aflições de Cristo (1 Pe 4.13). Assegura que o próprio Deus é quem

aperfeiçoa, confirma, fortifica e estabelece o crente fiel (1 Pe 5.10). Essas verdades devem nos dar a confiança, paciência e esperança para perseverar, mesmo quando formos perseguidos.¹⁰

A *2ª Epístola de Pedro* foi destinada aos leitores da primeira missiva (2 Pe 3.1) e provavelmente a um grupo maior de cristãos. A ocasião da escrita revela um quadro bem desolador para os servos de Cristo. Nero, o imperador de Roma (54 d.C.-68 d.C.), promovia crescente perseguição à Igreja. Como já visto na primeira Epístola, Pedro advertiu e encorajou os crentes a manter a fidelidade e a esperança em meio ao sofrimento. Nessa segunda Carta, antes de morrer, Pedro escreve suas últimas orientações aos irmãos. Em 2 Pedro, a mensagem faz alerta aos ensinamentos dos falsos mestres (2 Pe 1.12-14).

O apóstolo exorta acerca das heresias que perturbavam a fé da Igreja, tais como a negação da divindade de Jesus e a negação da Segunda Vinda de Cristo (2 Pe 2.1; 3.4). Pedro vaticina que muitos seriam enganados (2 Pe 2.2), e que os hereges por avareza fariam da igreja um negócio para ganhar dinheiro (2 Pe 2.3). Para combater esses males, Pedro ratifica que Jesus é o Filho de Deus (2 Pe 1.16,17) e anima a Igreja a manter-se fiel e imaculada até a volta do Senhor (2 Pe 3.9-14). Assim, os escritos de Pedro estimulam as virtudes do discernimento, santidade e perseverança.

2. As Epístolas de João

A *1ª Epístola de João* adverte sobre o falso ensino que negava a encarnação de Jesus (1 Jo 1.1; 4.2,3) e as demais heresias gnósticas (1 Jo 5.13-21). Os hereges ensinavam que Cristo só tinha a aparência de ser humano. Essa heresia é chamada de “docetismo” (do grego *dokeo*, “parecer”). O gnosticismo ligava a salvação a uma experiência de revelação esotérica (do grego *gnosis*, “conhecimento”). João esclarece que ele próprio era testemunha da encarnação (1 Jo 1. 1-4). Explica que o salvo deve viver em comunhão com os irmãos (1 Jo 1.6,7); afastar-se da prática do pecado (1 Jo 2.1; 3.7); amar uns aos outros (1 Jo 4.11); vencer o mundo por meio da fé (1 Jo 5.4); e permanecer no que é verdadeiro: Jesus Cristo (1 Jo 5.20).

Em *2 João*, o apóstolo reitera a prática do amor como mandamento divino (2 Jo 1.5,6) e novamente refuta as heresias do docetismo e gnosticismo. João assegura que todo aquele que não confessa que Cristo veio em carne é enganador e anticristo (2 Jo 1.7). Portanto, a Igreja é exortada a não se deixar enganar, nunca ir além daquilo que está escrito, mas perseverar na doutrina de Cristo (2 Jo 1.9). A Epístola orienta os cristãos a não receber pessoas com falsos ensinamentos em casa (2 Jo 1.10). Nesse quesito, João declara que aquele que escuta um herege tem parte nas suas más obras (2 Jo 1.11).

Em *3 João*, destaca-se em posições opostas a fidelidade e a infidelidade. A Epístola condena a soberba e a rivalidade mesquinha

que coloca cristãos uns contra os outros. O apóstolo aprova o comportamento de Gaio e Demétrio, cujas virtudes são: “andar na verdade”, “proceder fielmente”, “exercitar o amor” e “dar verdadeiro testemunho” (3 Jo 1.4-8,12). De outro lado, Diótrefes é reprovado por “desejar a primazia”, “desprezar os líderes”, “ser maledicente” e “causar escândalos” (3 Jo 1.9,10). Nessa missiva, somos exortados a seguir o bom exemplo dos servos que são fiéis a Deus, a sua obra e a seus líderes.

3. As outras Gerais

A *Epístola aos Hebreus* foi provavelmente escrita aos judeus cristãos helenistas que são instados a manter firme a fé em Cristo (Hb 3.6,14; 4.14; 10.23). A ênfase da mensagem repousa na supremacia de Cristo: Ele é superior aos Pais e aos Profetas (Hb 1.1); superior aos anjos (Hb 1.4); superior a Moisés (Hb 3.3); e superior ao sacerdócio levítico (Hb 4.14). Ele é Mediador de uma melhor aliança (Hb 8.6); Ele é o Sumo Sacerdote de um maior e mais perfeito tabernáculo (Hb 9.11) e por seu próprio sangue executou uma eterna redenção (Hb 9.11,12). Desse modo, o crente é estimulado a olhar para Cristo, o “autor e consumador da fé” (Hb 12.2).

Tiago foi destinada aos judeus cristãos que tinham deixado a Palestina (Tg 1.1). O autor é meio-irmão de Jesus (Mc 6.3). Seus leitores estavam enfrentando pressão a respeito de seus valores e

crenças (Tg 1.2-4). Em vista disso, entre outros conselhos, Tiago adverte que “a ira do homem não opera a justiça de Deus” (Tg 1.20); esclarece que “a fé sem obras é morta” (Tg 2.26); acentua que a fé deve ser mostrada em ações (Tg 2.14); enfatiza a importância de controlar a língua (Tg 3.2), e estimula os crentes a orar e ajudar uns aos outros (Tg 5.16-20). Para tanto, o texto adverte o cristão a ser praticante da Palavra, e não somente ouvinte (Tg 1.22).

Judas foi endereçada aos cristãos judeus espalhados pelo mundo (Jd 1b). O autor é também meio-irmão de Jesus (Jd 1a). Judas exorta o salvo a “batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos” (Jd 3). Isso por causa dos hereges infiltrados na igreja (Jd 4). Eles diziam que a liberdade em Cristo os isentava das regras morais; eram insubmissos aos líderes; e desprezavam o mundo espiritual (Jd 8). Em suma, ensinavam concupiscências e licenciosidade (Jd 18,19). Em vista disso, o crente é instruído a se firmar na fé, orar e a preservar a esperança da vida eterna (Jd 20,21).

III – AS EPÍSTOLAS CONTINUAM A FALAR

1. A Doutrina da Justificação

A doutrina da justificação pela fé ensina, em termos gerais, que o pecador é justificado (absolvido da punição e da condenação do pecado) unicamente pela fé na graça divina (Rm 5.1,2). Assevera que a salvação é dom gratuito e imerecido de Deus aos pecadores e que só pode ser recebida por meio da fé (Ef 2.8,9). Significa dizer que as obras humanas não podem salvar, mas apenas a fé em

Cristo por meio da recepção da graça de Deus (Gl 2.16). Lutero afirmava que “a doutrina da justificação não é apenas mais uma doutrina; é o artigo fundamental da fé, pelo qual a igreja se firmará ou cairá e do qual depende toda a doutrina”.¹¹ Desse modo, a doutrina da justificação pela fé é considerada como a grande verdade que a Reforma Protestante restituiu à Igreja.

Nossa *Declaração de Fé* professa crer na restauração do homem por meio do arrependimento e fé na obra expiatória e redentora de Cristo (Rm 3.23,24), no novo nascimento pela graça de Deus mediante a fé (Ef 2.8,9) e na justificação pela fé no sacrifício de Cristo (Rm 10.13; Hb 5.9; 7.25).¹² Nosso documento doutrinário explica que a justificação é um ato da graça de Deus, o Supremo Juiz, pelo qual a justiça de Cristo é imputada a todo aquele que crê em Jesus declarando-o justo (Rm 3.24,28). O primeiro resultado da justificação é a paz com Deus (Rm 5.1). Juntamente com a salvação e a justificação, o pecador arrependido recebe a adoção de filho de Deus (Jo 1.12; Gl 4.4-6).¹³ Nesse entendimento, ratifica-se que essa é uma doutrina fundamental da fé cristã.

2. A Doutrina da Santificação

Etimologicamente (do hebraico *kadosh* e do grego *hagios*), o significado da palavra “Santo” é respectivamente “puro” e “separado para Deus”. Nesse sentido, a doutrina da santificação implica uma vida separada do pecado e dedicada a Deus (Rm 12.1,2). É um

processo mediante o qual Deus purifica os que a Ele se achegam e passam a ser orientados pelo Espírito Santo (1 Jo 3.3). A Bíblia Sagrada ensina enfaticamente que Deus é “Santo”: Ele é o “Santo de Israel” (Is 1.4); “Deus, o Santo” (Is 5.16); o seu nome é “Santo” (Is 40.25; 57.15), dentre outros textos. Portanto, o Deus “Santo” requer que sua criação ande em santidade (1 Pe 1.15,16), isto é, o atributo comunicável de Deus da santidade é concedido a todos os que verdadeiramente são regenerados.

Nossa *Declaração de Fé* ensina que “já salvo e justificado, o novo crente entra de imediato no processo de santificação, pois assim o requer a sua nova natureza em Cristo (Rm 6.22; 1 Ts 4.3)”.¹⁴ Porém, essa transformação vai sendo aperfeiçoada durante a jornada do cristão (2 Co 3.18; Fp 1.6). Nesse aspecto, a santificação “é uma continuação do que foi começado na regeneração, quando então uma novidade de vida foi conferida ao crente e instilada dentro dele”.¹⁵ Desse modo, o salvo precisa ser santificado pelo Espírito Santo (1 Pe 1.2). O fruto do Espírito nos é concedido para andarmos no mundo conservando a nossa santidade (Gl 5.16-17, 22). Portanto, o crente deve purificar-se tanto da carne como do espírito (2 Co 7.1), pois sem a santificação ninguém verá o Senhor (Hb 12.14).

3. A Doutrina da Glorificação

A Escritura Sagrada diz: “se é certo que com Ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados” (Rm 8.17). Acerca desse texto, o *Comentário Aplicação Pessoal* sublinha que “só iremos gozar da nossa herança futura, se o nosso relacionamento com Cristo for suficientemente autêntico para podermos enfrentar o sofrimento em seu nome, por amor ao Senhor”.¹⁶ Indica que o cristão justificado pela fé e santificado pelo Espírito Santo ao sofrer perseguição por amor a Cristo, e suportar injustiças por causa de seus valores, está experimentando o sofrimento de Cristo para poder compartilhar de sua glória na eternidade. Paulo ratifica essa verdade ao declarar que aos que Deus “chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou” (Rm 8.30).

Desse modo, a doutrina da glorificação é a última etapa de nossa salvação. Nesse processo, o pecador é salvo pela graça, justificado pela fé, santificado pelo Espírito e prossegue até que todos cheguemos “a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo” (Ef 4.13, ACF). Em nossa trajetória cristã, continuamos sendo aperfeiçoados, mas nunca chegaremos à perfeição até chegarmos ao céu. Quer dizer que, somente ao final do processo da salvação, a glória perdida no Éden pelo primeiro Adão será finalmente restaurada (1 Co 15.45). Trata-se de uma promessa da futura transformação de nosso corpo mortal em corpo glorioso (Fp 3.21), que se dará por ocasião da vinda do Senhor (1 Co 15.52-54; 2 Co 3.18). Esse novo corpo será eterno, imortal, imperecível.¹⁷

¹ A categorização temática das Epístolas adotada nesta obra é meramente didática. Reconhecemos que as categorias se justapõem; por exemplo, Efésios nos instrui acerca de Cristo — a cabeça da Igreja —, mas também nos oferece instruções salvíficas — tais como a eleição, predestinação, fé e graça. Por isso, a síntese apresentada não pretende limitar os temas de uma Epístola, apenas destaca os pontos básicos no intuito de facilitar o ensino-aprendizagem.

² **Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 20.

³ STRONSTAD, Roger (Ed.). **Comentário bíblico Pentecostal: Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003, p. 1150.

⁴ HENRY, Matthew. **Comentário bíblico do Novo Testamento**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 614.

⁵ HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário bíblico Beacon**. Vol. 9. Rio de Janeiro: CPAD, 2019, p. 331.

⁶ SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 185,186.

⁷ SOARES (Org.), 2017, p. 185.

⁸ SOARES (Org.), 2017, p. 187.

⁹ STRONSTAD (Ed.), 2003, p. 1445.

¹⁰ **Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 701.

¹¹ OLSON, Roger. **História da teologia cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001. p. 399.

¹² SOARES (Org.), 2017, p. 22.

¹³ SOARES (Org.), 2017, p. 111.

¹⁴ SOARES (Org.), 2017, p. 112.

¹⁵ HORTON, S. (Ed.). **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996, p. 408.

¹⁶ **Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 56.

¹⁷ STRONSTAD (Ed.), 2003, p. 1308.

Capítulo 13



A LEITURA DA BÍBLIA E A EDUCAÇÃO CRISTÃ

“Persiste em ler, exortar e ensinar, até que eu vá.”(1 Tm 4.13)

A Educação Cristã tem como finalidade a formação espiritual e o desenvolvimento do caráter do cristão. A Escola Dominical (ED), dentre outros, é uma agência educadora no contexto da Igreja. A fonte para o ensino é a Bíblia Sagrada, autoridade suprema de fé e prática para o salvo em Cristo. A leitura e o estudo das Escrituras servem de base para o conteúdo programático da ED a ser observado tanto em sala de aula como fora dela. Seus principais objetivos são ganhar almas, desenvolver o caráter e preparar o salvo para o serviço cristão. Nesse propósito, enfatiza-se que seus alunos são instruídos e motivados à leitura e ao estudo da Bíblia e, sobretudo, a pautar suas vidas na autoridade das Escrituras Sagradas.

I – A BÍBLIA É O LIVRO TEXTO DA ESCOLA DOMINICAL

1. O Currículo Adotado

O vocábulo *curriculum* é de origem latina e significa “pista de corrida”. Era um caminho ou uma trilha que orientava o corredor até o seu objetivo final. O renomado teólogo e educador Antonio Gilberto apresenta a seguinte definição para currículo: “É um grupo de assuntos constituindo um curso de estudos, planejado e adaptado às idades e necessidades dos alunos. Em outras palavras,

são os meios educacionais adotados, visando aos objetivos do ensino”.¹ Nesse diapasão, o referido autor estabelece as seguintes considerações sobre o currículo da ED:

(1) Deve abranger os principais assuntos bíblicos necessários ao conhecimento e à experiência do crente; (2) Tal currículo deve ser devidamente dosado, visando ao desenvolvimento de uma vida cristã ideal e uma personalidade cristã que em tudo honre a Cristo, perante a Igreja e o mundo; (3) Deve ser um currículo graduado, mas também, ao mesmo tempo inter-relacionado, por ser a vida cristã um todo indivisível.²

Nessa concepção, um bom currículo é o resultado de um trabalho organizado e meticulosamente planejado. Na elaboração do currículo da ED, observa-se sua conformidade com as doutrinas bíblicas, um programa completo e abrangente de ensino das Escrituras e atividades de aprendizagem com aplicação das verdades aprendidas. Ao contrário disso, escreve Antonio Gilberto, “um simples conjunto de lições bíblicas sem sequência continuada, sem relacionamento entre si e sem levar em conta os agrupamentos de idade, não pode ser chamado de currículo, e não atingirá o alvo desejado no ensino da Palavra”.³

Visando alcançar tais objetivos, a ED prima pela excelência do “ensino bíblico”. As revistas que integram o currículo são de lições bíblicas. A Bíblia é o livro base para todo o seu ensino-aprendizagem (Jo 5.39). O currículo da ED preserva a autoridade suprema da Palavra de Deus como única regra infalível de fé e prática (2 Tm 3.14-17). Em vista disso, as doutrinas bíblicas

reproduzidas no material didático servem como padrão para o viver diário e a formação do caráter cristão (SI 119.105). O conteúdo expressa a ortodoxia professada pelas Assembleias de Deus, contribui para manter a unidade doutrinária da igreja e atua como antídoto contra as heresias.

2. A Prática Pedagógica

A prática pedagógica é a expressão das atividades rotineiras que são desenvolvidas no âmbito da ED. É o somatório de todas as atividades planejadas com o intuito de possibilitar o processo educativo. As múltiplas dimensões da prática pedagógica compreendem, entre outros: a gestão, os professores, os alunos, a metodologia, o material didático, a avaliação e a relação professor-aluno. Destaca-se que uma boa prática pedagógica requer o comprometimento de todos, em especial, a capacitação e o preparo dos professores acerca de seus saberes e deveres. É responsabilidade do corpo docente planejar as aulas de acordo com o currículo estabelecido; dominar o assunto a ser ensinado; despertar e manter o interesse dos alunos.

Nesse aspecto, convém ressaltar a importância e o papel preponderante do professor da ED. A performance do corpo docente é fundamental para conquistar a atenção, manter a frequência e assiduidade dos alunos. Um professor despreparado ou desmotivado servirá de pedra de tropeço no processo ensino-

aprendizagem. Portanto, é da competência da gestão da ED a responsabilidade da escolha e o compromisso da capacitação dos professores. Nesse propósito, recomenda-se a promoção de eventos que possam contribuir na qualificação dos professores, tais como seminários teológicos, cursos de capacitação, congressos e conferências da ED. Nas atividades da igreja local, faz-se necessário conhecer as principais limitações a fim de propiciar atividades pedagógicas que possam equacionar as dificuldades e maximizar o ensino das Escrituras.

Nessa perspectiva, no contexto da ED, cabe aos gestores priorizar a excelência da prática pedagógica, e aos professores compete o “fazer pedagógico” com qualidade. Dentre outros aspectos, enfatizamos o uso de metodologia adequada às faixas etárias, bem como o objetivo a ser alcançado em cada lição. Desse modo, torna-se indispensável que o texto bíblico seja o referencial permanente da prática pedagógica. Nesse sentido, o ensino não deve ser limitado a “transferência de conhecimento”, mas, sobretudo, o estudo das verdades reveladas deve instruir, expor e corrigir o erro (2 Tm 3.16), a fim de produzir verdadeira transformação na velha natureza humana (Ef 4.22,23). A ED terá cumprido o seu papel educacional cristão quando forem perceptíveis mudanças na vida dos alunos que atestem o novo nascimento e o crescimento espiritual (1 Co 6.10-12).

3. O Padrão Ético e Moral

Historicamente o conceito de ética surgiu na Grécia antiga (IV século a.C.). Quando os códigos ainda não estavam escritos e positivados, a própria consciência estabelecia a ética a ser observada (Rm 2.14-15). A palavra “ética” possui origem no vocábulo grego *ethos* (costumes ou hábitos). No latim é usado o termo correspondente *mos* (moral), com o sentido de “normas” ou “regras”. Assim, “ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros”.⁴ Esses termos são muito próximos e na práxis diária são confundidos como sinônimos. Porém, didaticamente é possível defini-los separadamente:

A ética trata dos princípios e valores que orientam a conduta de uma pessoa. A moral é a prática dessa conduta ética. A ética trata dos princípios e a moral da prática baseada nesses princípios. Sendo assim, ética e moral não são a mesma coisa, mas estão conectadas – ética e moral são como a teoria e a prática. Por exemplo, se eu tenho um princípio ético que me orienta a dizer a verdade, minha conduta moral será mentir ou não.⁵

Nesse enfoque, a ética cristã tem como objetivo indicar a conduta ideal para a retidão do comportamento humano. O fundamento da ética e da moral cristã são as Escrituras Sagradas. Desse modo, a ética cristã não pode ser desassociada da moral e dos bons costumes preconizados nas doutrinas bíblicas.⁶ É verdade que não se pode desprezar a tradição da Igreja, as leis civis e criminais, as

variadas literaturas e nem tampouco os bons costumes adotados pela sociedade, entretanto, para o cristão, toda e qualquer prática e conduta precisa passar pelo crivo e pelo aval da Palavra de Deus (Hb 4.12).

Por conseguinte, o texto bíblico é divinamente inspirado e, portanto, permanece inalterado (Mt 24.35). Os valores cristãos são permanentes, pois sua fonte de autoridade é imutável (1 Pe 1.25). Em suma, a Palavra de Deus não pode ser relativizada, revogada ou ajustada aos interesses humanos (Is 40.8). Assim, no propósito de cumprir o seu papel de instituição educadora, a ED também atua como multiplicadora dos princípios éticos e dos valores morais da fé cristã. A Igreja que zela pelo ensino sólido das lições bíblicas não é influenciada pelo erro, mas estabelece o padrão moral e ético a ser observado pelos cristãos (1 Tm 4.6; 2 Tm 3.10).

II – A EDUCAÇÃO CRISTÃ E A FORMAÇÃO DE LEITORES DA BÍBLIA

1. Conceito de Educação Cristã

As palavras “educação” e “educar” vêm do latim *educare*, que significa literalmente “guiar”, “levar”, “tirar de”, “retirar”, “conduzir para fora”. No texto do Novo Testamento, entre outros, destaca-se o emprego da palavra grega *paideia*, com o sentido de “instruir”, “formar”, “ensinar” e “educar”. Na Grécia Antiga, a *paideia* referia-se tanto ao modo como à meta da educação. O *Dicionário Bíblico Wycliffe* assegura que, quando aplicada às crianças, “abrange todo o cultivo da mente e da moral e o emprego de ordens,

admoestações e censuras com o objetivo de treinamento e correção” (Hb 12.5-11); e, no caso de adultos, “se refere aquilo que desenvolve a alma, corrigindo erros e controlando as paixões (2 Tm 3.16)”.⁷

Em termos gerais, a educação é um processo contínuo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do ser humano. No sentido formal, designa o ensino como um sistema que compreende tanto a teoria quanto a prática. No aspecto da Educação Cristã, entendemos que ela começa por Deus: “É Ele quem prescreve o que deseja que saibamos e nos ensina por meio de sua Palavra, a fim de vivermos, por graça, à altura do privilégio de nossa filiação”.⁸ O *Dicionário Teológico* corrobora com essa definição nos seguintes termos: “programa pedagógico que, tendo por base a Bíblia Sagrada, visa ao aperfeiçoamento espiritual e moral dos que se declaram cristãos e daqueles que venham a entender o chamado do Evangelho de Cristo”.⁹ Em suma, a Educação Cristã molda o nosso viver segundo as Escrituras e produz crescimento e amadurecimento espiritual.

Nesse entendimento, reiteramos que o ensino-aprendizagem da Educação Cristã se fundamenta na revelação divina, cujo livro texto é a Palavra de Deus. No âmbito eclesial, especialmente na ED e no culto de doutrina, sua ocupação é o ensino sistemático e contínuo das doutrinas bíblicas (Mt 28.20; At 15.35; Cl 1.28, 2 Tm 2.2). Na esfera da sociedade civil, dedica-se à educação formal,

como, por exemplo, colégios confessionais e instituições de ensino superior que oferecem formação acadêmica e intelectual com o embasamento e a práxis dos princípios cristãos (Mt 5.13-14; Rm 12.1-2).

2. Objetivos da Educação Cristã

O Senhor Jesus confiou à Igreja a tarefa da Grande Comissão (Mt 28.19-20; Mc 16.15). Nesse aspecto, o ensino cristão sempre esteve relacionado ao IDE estabelecido por Jesus. A incumbência é tanto de formação de indivíduos como de transformação da sociedade. Trata-se de uma ordenança proclamadora e de um mandato educacional. É responsabilidade dos discípulos de Cristo evangelizar e ensinar as doutrinas bíblicas (1 Tm 4.13; 2 Tm 4.2). Em vista disso, Paulo enfatiza a necessidade da dedicação ao ensino (Rm 12.7). O apóstolo aponta para o indispensável “esmero” e “diligência” da Igreja no exercício do dom de ensinar.

Desse modo, o ministério da Educação Cristã se reveste de notável importância, uma vez que, bem estruturado, pode cabalmente cumprir a missão ordenada à Igreja. Sua atividade é imprescindível no propósito de evangelizar e ensinar. Os agentes da Educação Cristã nas Assembleias de Deus são diversificados e possuem áreas de abrangência variadas, entre eles, ratifica-se o culto de ensino e a ED, e, ainda, acrescenta-se a obra evangelística e missionária, a formação teológica, bem como, já citado, a atuação

por meio de uma escola de cunho confessional da educação básica ou de nível superior.

Nessa estrutura, destaca-se o papel de excelência da ED como maior agência de Educação Cristã, porque evangeliza enquanto ensina, atendendo os dois lados da ordem de Jesus: fazer discípulos e ensinar (Mt 28.19,20). Ao contrário do culto de doutrina, que reúne em um único auditório todas as faixas etárias, o currículo da ED merece destaque pela sua abrangência específica. Nesse mister, Antonio Gilberto enfatiza três principais objetivos da ED, a saber: (a) *Ganhar almas para Jesus*, o que requer dedicação para conduzir o aluno a aceitar a Cristo (2 Co 12.15); (b) *Desenvolver a espiritualidade e o caráter cristão*, o que engloba empenho na formação dos hábitos cristãos (Gl 5.22); e, (c) *Treinar o cristão para o serviço do Mestre*, o que demanda propiciar oportunidades para a capacitação de obreiros (2 Tm 2.2,15).¹⁰

3. A Capacitação dos Alunos

Os processos educativos, seus currículos e metodologias, como já observado, integram a prática pedagógica adotada em uma instituição de ensino. O objetivo é fazer com que as pessoas aprendam e modifiquem seu comportamento. Na Educação Cristã, o procedimento não é diferente. Contudo, na esfera eclesiástica, a diferença se fundamenta no livro texto adotado: a Palavra de Deus. Não obstante, o processo da aprendizagem é o mesmo. O *Manual*

da Escola Dominical define aprendizagem como “a mudança de conduta do educando, pelo conhecimento adquirido, pela prática, e pela experiência resultante de seu aprendizado. Não havendo mudança de comportamento de quem está a aprender, não houve real aprendizagem”.¹¹

Em busca dessa excelência, a Educação Cristã esmera-se em capacitar seus alunos. A capacitação é um processo permanente e deliberado de aprendizagem com a finalidade de “tornar capaz”, “preparar” e “qualificar” pessoas. O aprendizado cristão se alicerça nas Escrituras Sagradas; por conseguinte, o aluno é orientado e incentivado à leitura da Bíblia. Entretanto, a leitura bíblica não pode ter intenção meramente intelectual de acúmulo de conhecimento. Nesse quesito, o *Guia Cristão de Leitura da Bíblia* apresenta um triplo propósito: “descobrir os conteúdos; compreender as verdades; e aplicar as mensagens”.¹² Dessa forma, a formação continuada de leitores da Bíblia se concentra em capacitar os alunos a “conhecer, entender e viver a Palavra de Deus”.

Isso posto, reiteramos que, na Educação Cristã, o processo de desenvolvimento do caráter e habilitação do cristão para servir no Reino de Deus acontece por meio do estudo acurado da Bíblia. Assim sendo, os alunos são formados não apenas como leitores do texto bíblico, mas qualificados ao exame minucioso das Escrituras e habilitados para ensinar a outros (At 17.10,11; 2 Tm 2.2). Essa meta somente pode ser atingida por meio da leitura diária das Escrituras

Sagradas (Sl 1.1,2), sob a iluminação do Espírito Santo (Ef 1.17,18), e da aplicação dos princípios hermenêuticos, tais como as regras gramaticais e o contexto histórico e literário (1 Ts 5.21).¹³ Para tanto, é imprescindível manter a disciplina na leitura bíblica, no aprendizado e no exercício do devocional diário.

III – É PRECISO LER A BÍBLIA DIARIAMENTE

1. A Leitura e a Disciplina Cristã

A disciplina tem relação com “castigo” e “punição”, mas também significa “ordem” e “obediência às regras”. O conceito se relaciona com a prática regular de certos princípios que pautam a atividade diária e as metas de uma pessoa. Com esse sentido, encontramos três símbolos na Bíblia que exemplificam a vida disciplinada: (a) o Soldado — a disciplina na aflição: “Sofre, pois, comigo, as aflições, como bom soldado de Jesus Cristo” (2 Tm 2.3); (b) o Lavrador — a disciplina da paciência: “porque o que lavra deve lavrar com esperança, e o que debulha deve debulhar com esperança de ser participante” (1 Co 9.10); (c) o Atleta — a disciplina no treinamento: “os que correm no estádio, todos, na verdade, correm, mas um só leva o prêmio” (1 Co 9.24).

Em resumo, a “disciplina” compreende abnegação, regularidade, prioridade, metas e perseverança. Essas ações reivindicam renúncia e compromisso. Dentre as “disciplinas cristãs”, citamos a oração, a leitura da Bíblia e o jejum. Contudo, não podemos alcançar ou merecer o favor e a justiça do Reino de Deus

meramente observando as disciplinas cristãs. Quem incorre nesse erro embarca no legalismo do qual Cristo já nos libertou (Rm 7.6). A disciplina cristã é um meio de nos aproximar de Deus. Paulo disse: “Quem semeia para a sua própria carne, da carne colherá corrupção; mas quem semeia para o Espírito, do Espírito colherá vida eterna” (Gl 6.8). Richard Foster escreveu que “o mesmo acontece com as Disciplinas Espirituais — elas são um meio de semear para o Espírito”.¹⁴

Nesse sentido, o objetivo da disciplina cristã é propiciar intimidade singular com Deus por meio da “oração incessante” (1 Ts 5.17); “exame das Escrituras” (Jo 5.39); e a “prática do jejum” (1 Co 7.5). Em vista disso, o autêntico discípulo observa os exercícios espirituais. O termo “discípulo” está relacionado com a “disciplina” e, por isso, todo o discípulo é disciplinado. Em termos gerais, o zelo espiritual de um discípulo de Cristo repousa na prática das disciplinas cristãs. Repete-se que a disciplina não é um meio de salvação, mas por meio dela conhecemos a perfeita vontade de Deus (Rm 12.1,2). A disciplina cristã, ratifica-se, requer regularidade e prioridade na busca da santificação (Rm 6.22). Portanto, a leitura bíblica, por exemplo, deve ser diária (Sl 119.97; 1 Tm 4.13).

2. A Leitura e o Aprendizado

Como já argumentado, a leitura bíblica é uma disciplina cristã. E, como todo o ato disciplinado, a leitura requer dedicação. Como já

afirmado, o termo “dedicação” tem o sentido de “esmero” e “diligência” no exercício de alguma atividade. Para bem trilhar esse caminho de crescimento e aprendizado, os objetivos do leitor da Bíblia devem ser bem definidos e obedecidos à risca. Nesse diapasão, corroboram-se as palavras do salmista que nos exorta ao exercício diário de leitura e meditação da Bíblia: “Antes, tem o seu prazer na lei do Senhor, e na sua lei medita de dia e de noite” (Sl 1.2); “Oh! Quanto amo a tua lei! É a minha meditação em todo o dia!” (Sl 119.97).

Na busca desse objetivo, se faz necessário: planejamento, adoção de um cronograma de leitura e estabelecimento de metas. Por exemplo: (a) definição do horário diário da leitura. Deve ser o horário em que pessoa se encontra mais bem disposta; (b) tempo destinado à leitura. Deve ser um tempo adequado para ao menos a leitura de um capítulo das Escrituras; e (c) metas a ser alcançadas. A meta é um importante fator motivador, tais como ler a Bíblia toda dentro de um determinado prazo que seja exequível. Não obstante, a leitura não pode ser superficial ou centrada em um amontoado de informações. A leitura deve promover acima de tudo o aprendizado.

O aprendizado é parte intrínseca de um discípulo. Isso porque “discípulo” significa literalmente “aprendiz”. Uma máxima pedagógica afirma que “ler é aprender”. Desse modo, por meio da leitura da Bíblia, aprendemos acerca de Deus e de seu plano de salvação (Rm 1.2-4). Esse aprendizado orienta o discípulo a tornar-

se parecido com Cristo (Ef 4.13). Por isso, o aprendizado deve ultrapassar a teoria e ser aplicado na vida diária. Paulo repreende os “que aprendem sempre e nunca podem chegar ao conhecimento da verdade” (2 Tm 3.7). Por essa razão, o apóstolo adverte Timóteo a observar o aprendizado bíblico que o faria sábio para a salvação, pela fé em Cristo Jesus (2 Tm 3.14,15).

3. A Leitura e o Devocional

A plena comunhão com Deus é o aspecto mais importante para uma vida cristã espiritualmente frutífera e bem-sucedida. Em vista disso, reforçamos que a leitura e o estudo sistemático das Escrituras Sagradas nos auxiliam a manter a necessária intimidade com Deus e a sua Palavra. Como afirmou o salmista, é possível guardar a Palavra no coração e, dessa forma, não pecar contra Deus (Sl 119.11). Significa que “ela deve ocupar os sentimentos, assim como o entendimento; toda a mente precisa estar impregnada com a Palavra de Deus”.¹⁵ Por conseguinte, o correto aprendizado bíblico conduz o crente à plena adoração. Aquele que se dedica em aprender a Bíblia descobre que a verdadeira adoração é praticada “em espírito e em verdade” (Jo 4.23).

Apesar de todo genuíno cristão concordar com essas afirmações, nem sempre o dia a dia do crente reflete a prática do devocional e da adoração devida. A falta de tempo, em virtude da agenda cheia e os mais variados compromissos são o pretexto mais comuns

apresentados por boa parte dos evangélicos. No entanto, nenhuma atividade, seja eclesiástica, seja secular, pode ser mais importante que nosso devocional com Deus. Não é salvo aquele que conhece e até ensina a Bíblia, mas não mantém comunhão com o seu autor. É preciso ter em mente a mesma preocupação paulina: “Antes, subjugo o meu corpo e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha de alguma maneira a ficar reprovado” (1 Co 9.27).

Portanto, recordamos que um dos aspectos da adoração é o culto devocional (Jo 4.23,24). Não se refere ao culto público que prestamos a Deus no templo, nem ao culto doméstico em família, mas aquele praticado de forma individual e constante (Sl 55.17). Inclui a oração, o louvor, o jejum e a leitura bíblica. Essa atividade fortalece a comunhão com Deus (Sl 119.11,15,24). O devocional é também uma oportunidade para o estudo sistemático/indutivo das Escrituras, que, por ação do Espírito Santo, abre o nosso entendimento (Jo 14.26). A intimidade com as Escrituras acontece, em primeiro lugar, com a leitura diária dos textos sagrados.¹⁶ Depois, pela leitura de bons comentários da Bíblia. Dicionários e tratados de teologia enriquecem o nosso conhecimento bíblico tal como a nossa *Declaração de Fé*, que expressa a ortodoxia pentecostal (Jd 1.3).

- ¹ SILVA, Antonio Gilberto da. **Manual da escola dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008, p. 208.
- ² SILVA, 2008, p. 208.
- ³ SILVA, 2008, p. 209.
- ⁴ CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 340.
- ⁵ STEFFEN, Ronaldo. **Cultura religiosa**. Canoas: ULBRA, 2017, p. 239.
- ⁶ BAPTISTA, Douglas. **Valores cristãos: enfrentando as questões morais de nosso tempo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018. p. 7.
- ⁷ PFEIFFER, F. Charles. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p. 597.
- ⁸ MAIA, Hermisten. **Introdução à educação cristã**. Brasília: Monergismo, 2013, p. 69.
- ⁹ ANDRADE, Claudionor. **Dicionário teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998, p. 132-133.
- ¹⁰ SILVA, Antonio Gilberto da. **A Escola dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005, p. 21-23.
- ¹¹ SILVA, 2008, p. 184.
- ¹² **Guia cristão de leitura da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013, p. 9.
- ¹³ Quanto à aplicação dos princípios hermenêuticos, consultar nesta obra o capítulo 5, “Como Ler as Escrituras”.
- ¹⁴ FOSTER, Richard J. **Celebração da disciplina: o caminho do crescimento espiritual**. São Paulo: Vida, 1983, p. 159.
- ¹⁵ SPURGEON, Charles. **Os Tesouros de Davi**. Vol. 3. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 209.
- ¹⁶ BAPTISTA, Douglas. **Ministério Pastoral**. Brasília: Editora Trindade, 2010, p. 101.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE, Claudionor. **Dicionário teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2001-2006.

Guia cristão de leitura da Bíblia. Rio de Janeiro: CPAD, 2013.

ARAUJO, Isael de. “História da hermenêutica pentecostal”. **Revista Obreiro aprovado**. Ano 44, n. 92, 1º Trim. 2021. Rio de Janeiro: CPAD, 2021.

ARCHER Jr, Gleason L. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Vida Nova, 1984.

ARMÍNIO, Jacó. **As obras de Armínio**. Vol. 1, Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

BAPTISTA, Douglas. **A igreja eleita**: redimida pelo sangue de Cristo e selada com o Espírito Santo da Promessa. Rio de Janeiro: CPAD, 2020.

_____. **Valores cristãos**: enfrentando as questões morais de nosso tempo. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

_____. **Ministério pastoral.** Brasília: Editora Trindade, 2010.

BERKHOF, Louis. **Princípios de interpretação bíblica.** Rio de Janeiro: JUERP, 1981.

_____. **Teologia sistemática.** São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BOICE, James Montgomery. **As epístolas de João.** Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAY, Gerald L. (Org.). **Comentário bíblico da reforma: Gálatas e Efésios.** São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

BRUCE, F. F. **João: introdução e comentário.** São Paulo: Vida Nova, 2002.

BULTMANN, Rudolf. **Jesus Cristo e mitologia.** São Paulo: Editora Novo Século, 2000.

CAMPOS, C. **A pessoa de Cristo: As duas naturezas do Redentor.** São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

CAMPOS, Heber. **Eu sou: a doutrina da revelação verbal.** São José dos Campos: Fiel, 2017.

CARSON, D. A. (Ed.). **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2001.

_____. **A Exegese e suas falácias: perigos na interpretação da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

CESAREIA, Eusébio. **História eclesiástica: os primeiros quatro séculos da igreja cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

CHAFER, Lewis Sperry. **Teologia sistemática**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Hagnos, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COMFORT, Philip Wesley (Ed.). **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

DANIEL, Silas. **A sedução das novas teologias**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

DAVIDS, Peter H. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Tiago**. São Paulo: Vida, 1997.

EATON, Michael; CARR, G. **Eclesiastes e Cantares: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 2011.

ELLISEN, Stanley A. **Conheça melhor o Antigo Testamento**. São Paulo: Vida, 2000.

ERICKSON, Millard. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

EVANS, Craig A. **Novo comentário bíblico contemporâneo: Lucas**. São Paulo: Vida, 1996.

FEE, Gordon; STUART, Douglas. **Entendes o que lês?** São Paulo: Vida Nova, 2001.

FLANIGAN, J. M. **Comentário Ritchie do Novo Testamento: Hebreus**. Ourinhos: Edições Cristãs, 2001.

FOSTER, Richard J. **Celebração da disciplina: o caminho do crescimento espiritual**. São Paulo: Vida, 1983.

GEISLER, Norman (Org.). **A inerrância da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2003.

_____. **Resposta aos cétricos: saiba como responder questionamentos sobre a fé cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

_____. **Teologia sistemática**. Vol. 1—2. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

GEISLER, Norman; NIX, William. **Introdução bíblica**. São Paulo: Vida, 1997.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores**. São Paulo: vida Nova, 1993.

GIBELLINE, Rosino. **A Teologia do Século XX**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

GUTHRIE, Donald. **Hebreus**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HAGNER, Donald A. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Hebreus**. São Paulo: Vida, 1997.

HARPER, A. F. (Ed.). **Comentário bíblico Beacon**. Vol. 1—5. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

_____. **Comentário Bíblico Beacon**. Vol. 6—10. Rio de Janeiro: CPAD, 2019.

HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Efésios e Filipenses**. São Paulo; Cultura Cristã, 2013.

HENRICHSEN, Walter A. **Princípios de Interpretação da Bíblia**. São Paulo: Mundo Cristão, 1997

HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico do Novo Testamento**. Vol. 1—2. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001.

HORTON, S. (Ed.). **Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

JUST, Gustav. **Deus Despertou Lutero**. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

KIDNER, Derek. **Provérbios: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 2011.

KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento: Hebreus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

LASOR, William S. (Ed.). **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

LAUBACH, Fritz. **Carta aos Hebreus: comentário esperança**. Curitiba: Editora Esperança, 2000.

LIGHTFOOT, Neil R. **Comentário bíblico vida cristã: aos Hebreus**. São Paulo: Vida Cristã, 1976.

LOPES, Hernandes Dias. **Provérbios: manual de sabedoria para a vida**. São Paulo: Hagnos, 2016.

LUTERO, Martinho. **As 95 teses e a essência da igreja**. São Paulo: Vida, 2016.

MAIA, Hermisten. **Introdução à educação cristã**. Brasília: Monergismo, 2013.

MANIFESTO. **Conselho de doutrina e da comissão de apologética da CGADB sobre hermenêutica pentecostal.** Portal CPADNews. Publicado em 12 abril 2021.

MARCONCINI, Benito. **Os evangelhos sinóticos:** formação, redação e teologia. São Paulo: Paulinas, 2001.

MARSHALL, Howard I. **Fundamentos da narrativa teológica de São Lucas.** Natal: Carisma, 2019.

MCGRATH, Alister. **A revolução protestante.** Brasília: Editora Palavra, 2012.

MEARS, Henrietta C. **Estudo panorâmico da Bíblia.** São Paulo; Vida, 2003.

MENZIES, Robert P. **Pentecostes:** Essa história é a nossa história. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

MENZIES, William W. **Doutrinas bíblicas:** os fundamentos da nossa fé. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

MENZIES, William; HORTON, Stanley. **Doutrinas bíblicas:** os fundamentos da nossa fé. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

MORRIS, Leon L. **Lucas:** introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2000.

MOUNCE, ROBERT H. **Novo comentário bíblico contemporâneo:** Mateus. São Paulo: Vida, 1996.

MURRAY, Andrew. **Humildade**: a beleza da santidade. Alfenas: Corpo de Cristo Edições, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Raimundo Ferreira de. **Princípios de hermenêutica**. Campinas, EETAD, 2001.

OLSON, Roger. **História da teologia cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

PEARLMAN, Myer. **Mateus**: o Evangelho do Grande Rei. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

Panorama da Bíblia. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

PFEIFFER, Charles F. **Dicionário bíblico Wycliffe**. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

Comentário do Novo Testamento: Aplicação Pessoal. Vol. 1—2. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

RICHARDS, Lawrence. **Comentário histórico-cultural do Novo Testamento**. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

ROBERTSON, A. T. **Comentário Lucas à luz do Novo Testamento grego**. Rio de Janeiro: CPAD, 2013.

ROMA, Justino de. **I e II Apologias. Diálogo com Trifão.** São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Patrística).

SAUSSURE, A. de. **Lutero o grande reformador.** Rio de Janeiro: Vida, 2003.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento.** São Leopoldo: Sinodal, 2002.

SILVA, Antonio Gilberto da (Ed.). **Teologia sistemática pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

_____. **Bibliologia:** introdução ao estudo da Bíblia. Campinas: EETAD, 2007.

_____. **A Escola dominical.** Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

_____. **Manual da escola dominical.** Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

SOARES, Esequias (Org.). **Declaração de fé das Assembleias de Deus.** Rio Janeiro: CPAD, 2017.

_____. **A Razão da nossa fé.** Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

_____. **O Ministério profético na Bíblia:** a voz de Deus na terra. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

_____. **Os dez mandamentos.** Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

SPURGEON, Charles. **Os tesouros de Davi.** Vol. 1-3. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

STARLING, David L. **Hermenêutica:** a arte da interpretação ensinada pelos próprios escritores bíblicos. Rio de Janeiro: CPAD, 2019.

STEFFEN, Ronaldo. **Cultura religiosa.** Canoas: ULBRA, 2017.

STERN, David H. **Comentário judaico do Novo Testamento.** São Paulo: Didática Paulista, 2008.

STOTT, John. **A mensagem de Efésios.** São Paulo: ABU Editora, 2007.

STRONSTAD, Roger. **Teologia lucana sob exame:** experiências e modelos paradigmáticos em Lucas-Atos. Natal: Carisma, 2018.

STRONSTAD, Roger; ARRINGTON, L. French (Ed.). **Comentário bíblico pentecostal:** Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

TASKER, R. V. G. **Mateus:** introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1999.

VANHOOZER, Kevin J. **Há um significado neste texto?** São Paulo: Vida, 2006.

VINE, W. E; UNGER, Merrill; WHITE, William Jr. **Dicionário Vine**.
Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

WALTKE, Bruce K. **Comentários do Antigo Testamento:**
Provérbios. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento**. São Leopoldo:
Sinodal, 1998.

WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo:** Novo
Testamento. Vol. 1—6. Santo André: Geográfica, 2019.

WILLIAMS, J. R. **Teologia sistemática:** uma perspectiva
pentecostal. São Paulo: Editora Vida, 2011.

ZAGAL, Héctor. “Sýnesis, Euphyía e Anchínoia em Aristóteles.
Algunas habilidades para el conocimiento del singular”. In:
Anuário filosófico, 1999, vol. 32.



ELIENAI CABRAL

O Apóstolo Paulo

*Lições da Vida e Ministério do Apóstolo
dos Gentios para a Igreja de Cristo*

O Apóstolo Paulo

Cabral, Elienai

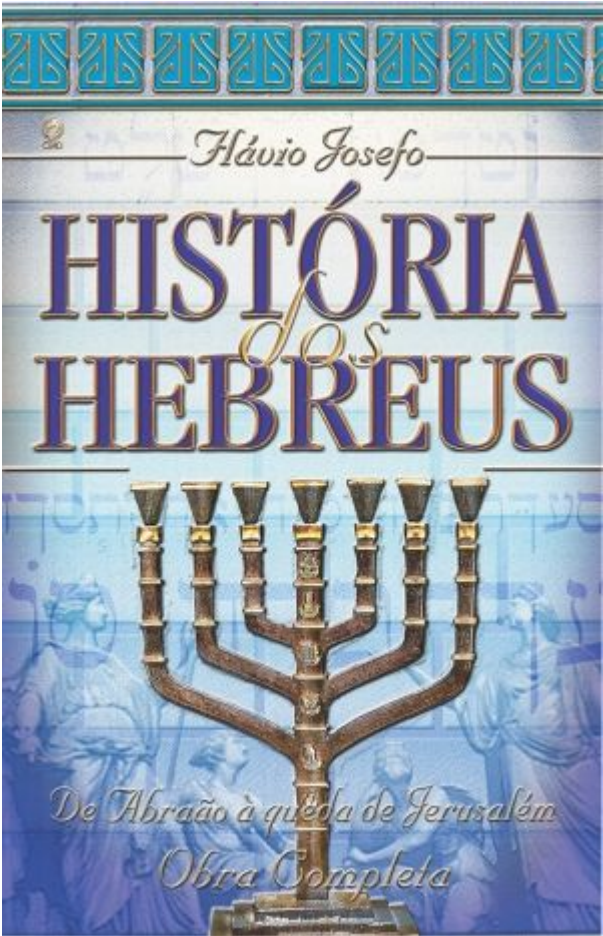
9786559681792

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Ao longo da história do Cristianismo, o apóstolo Paulo tornou-se o ápice da teologia cristã. A sua opção radical por Jesus o fazia vislumbrar um cristianismo que alcançasse o mundo todo. Por isso, vale a pena conhecer mais sobre Paulo. Neste livro, Elienai Cabral nos apresenta o mundo de sua época, sua vida como perseguidor, sua conversão e vocação, bem como sua mensagem, visão acerca do Espírito Santo, atuação como plantador de igrejas e discipulador, entre outras características que fizeram dele o "Apóstolo dos Gentios".

[Compre agora e leia](#)



História dos Hebreus

Josefo, Flávio

9788526313491

1568 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em História dos Hebreus o autor escreve com detalhes os grandes movimentos históricos judaicos e romanos. Qualquer estudante da Bíblia terá em Flávio Josefo descrições minuciosas de personagens do Novo Testamento (Evangelhos e Atos), tais como: Pilatos, os Agripas, os Herodes e inúmeros outros pormenores do mundo greco-romano, tornando esta obra, depois da Bíblia, a maior fonte de informação sobre o povo Judeu. Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)

Mais de um milhão de cópias vendidas

Como ter o Coração de **Maria** no Mundo de **Marta**



Fortalecendo a Comunhão
com Deus em uma
Vida Atarefada

JOANNA WEAVER

Autora do Best-Seller *Tendo um Espírito como o de Maria*

Como ter o Coração de Maria no Mundo de Marta

Weaver, Joanna

9788526312302

256 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um convite para toda mulher que sente que não é piedosa o suficiente ... não está amando o suficiente ... não está fazendo o suficiente. A vida de uma mulher hoje não é realmente tão diferente da de Maria e Marta no Novo Testamento. Como Maria, você deseja se sentar aos pés do Senhor ... mas as demandas diárias de um mundo ocupado simplesmente não o deixam em paz. Como Marta, você ama Jesus e realmente quer servi-lo ... mas luta com cansaço, ressentimento e sentimentos de inadequação. Então vem Jesus, bem no meio de sua movimentada vida Maria / Marta - e ele estende o mesmo convite que fez há muito tempo às duas

irmãs de Betânia. Com ternura, ele convida você a escolher "a melhor parte" - uma vida alegre de intimidade na "sala de estar" com ele, que flui naturalmente para o "serviço de cozinha" para ele. Como você pode fazer essa escolha? Com sua nova abordagem à história familiar da Bíblia e suas estratégias criativas e práticas, Joanna mostra como todos nós - Maria e Marta - podemos nos aproximar de nosso Senhor, aprofundando nossa devoção, fortalecendo nosso serviço e fazendo as duas coisas com menos estresse e maior alegria.

[Compre agora e leia](#)



HERÓIS DA FÉ

VINTE HOMENS
EXTRAORDINÁRIOS
QUE INCENDIARAM
O MUNDO

ORLANDO BOYER

Heróis da fé

Boyer, Orlando

9788526311954

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Mais de 300.000 livros vendidos! Um dos maiores clássicos da literatura evangélica. Homens extraordinários que incendiaram o mundo. A cada capítulo uma história diferente, uma nova biografia. As verdadeiras histórias de alguns dos maiores vultos da Igreja de Cristo. Heróis como: Lutero, Finney, Wesley e Moody, dentre outros que resolveram viver uma vida de plenitude do evangelho. "O soluço de um bilhão de almas na terra me soa aos ouvidos e comove o coração: esforço-me, pelo auxílio de Deus, para avaliar, ao menos em parte, as densas trevas, a extrema miséria e o indescritível desespero desses mil milhões de almas sem Cristo. Medita, irmão, sobre o amor do Mestre,

amor profundo como o mar, contempla o horripilante espetáculo do desespero dos povos perdidos, até não poderes censurar, até não poderes descansar, até não poderes dormir." (Carlos Inwood). Esta obra contém as biografias de grandes servos de Jesus. Conheça a vida de pessoas verdadeiramente transformadas por Deus e que, por isso, servem-nos como exemplos de vida. Um estímulo para também buscarmos ser reconhecidos como verdadeiros Heróis da Fé. Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



O VERDADEIRO PENTECOSTALISMO

A Atualidade da Doutrina Bíblica
sobre a Atuação do Espírito Santo



Esequias Soares

O Verdadeiro Pentecostalismo

Soares, Esequias

9786586146134

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

O Verdadeiro Pentecostalismo foi escrito para ajudar a esclarecer os pontos essenciais da fé pentecostal. Os pentecostais são conhecidos por suas relações e experiências com a manifestação do Espírito de Deus, mas sua característica básica é o batismo no Espírito Santo, com seus dons e manifestações, como a glossolalia, as profecias, as curas e as outras operações de maravilhas. O objetivo é mostrar e explicar a doutrina pentecostal no seu aspecto bíblico, teológico e prático. A base de nossa fé não são experiências humanas e nem as emoções dos crentes, mas a Palavra de Deus. No entanto, elas não estão descartadas, mas submetidas às Escrituras, porque servimos a um

Deus vivo que continua a se comunicar com seus filhos e filhas, de todas as idades, de todos os lugares, de todas as épocas e de todos os estratos sociais (At 2.13-21).

[Compre agora e leia](#)